

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

AMANDA DE ANDRADE CAMPO

“OUSAMOS PRESCREVER UMA DIETA DE PRAZERES”: AIDS E A *LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL* NO *JORNAL DO NUANCES*

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

AMANDA DE ANDRADE CAMPO

**“OUSAMOS PRESCREVER UMA DIETA DE PRAZERES”: AIDS E A *LIVRE*
EXPRESSÃO SEXUAL NO *JORNAL DO NUANCES***

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dr^a. Juliana Tonin

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

C198o Campo, Amanda de Andrade

“Ousamos prescrever uma dieta de prazeres” : Aids e a livre expressão sexual no Jornal do nuances (1998 - 2016) / Amanda de Andrade Campo . – 2018.

203.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Tonin.

1. Comunicação. 2. Aids. 3. Liberdades sexuais. 4. Jornal do nuances. I. Tonin, Juliana. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

AMANDA DE ANDRADE CAMPO

“OUSAMOS PRESCREVER UMA DIETA DE PRAZERES”: AIDS E A *LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL* NO *JORNAL DO NUANCES*

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 05 de DEZEMBRO de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Seffner - UFRGS

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva - PUCRS

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Tonin - PUCRS

Porto Alegre
2018

Dedico este trabalho às diversidades de gênero, raça, classe e sexualidade que, de alguma forma e com toda a coragem, sobrevivem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, às professoras e aos professores que estiveram em meu caminho, às trabalhadoras e aos trabalhadores do programa de pós-graduação, à professora orientadora Juliana Tonin por me mostrar que, na esteira de cada ato de desconstrução, vem uma boa dose de autoconhecimento. Agradeço, também, aos meus amigos de longa data, aos recentes, aos de música, aos de livros, aos de luta e aos de parada. Agradeço à Melina *por tudo o que não cabe aqui*.

There's nothing stronger than a broken woman who has rebuilt herself
(GADSBY, Hannah, 2017).

RESUMO

Esta pesquisa estudou, por meio do processo comunicacional inscrito no *Jornal do nuances* (1998 – 2016), as liberdades sexuais no contexto da Aids. O objetivo geral da pesquisa é analisar as publicações sobre Aids no referido periódico para refletir sobre o processo de estigmatização (PARKER e AGGLETON, 2001) das liberdades sexuais acionado pela doença em recorte. Percorremos 43 edições do jornal e encontramos 13 reportagens que apresentaram a Aids como seu debate principal. O *corpus* foi constituído por cinco reportagens e, depois de uma análise quantitativa, orientamos a pesquisa e nosso gesto interpretativo pelos *elementos analisadores* escolhidos a partir das “poderosas metáforas” discutidas pelos autores basilares de nossa pesquisa. Como principal resultado, notamos que o *Jornal do nuances* objetiva ser um propagador das liberdades sexuais e, desta forma, aparece como um agente de enfrentamento principalmente da epidemia de significação. Além disso, esta dissertação apresenta questionamentos sobre liberdades sexuais, comunicação, políticas públicas e saúde.

Palavras-chave: Comunicação; Aids; Liberdades sexuais; *Jornal do nuances*.

ABSTRACT

This research studied, through the communication of the *Jornal do nuances* (1998 - 2016), sexual liberties in the context of Aids. The general objective of the research is to analyze the AIDS publications in the aforementioned periodical to reflect on the process of stigmatization (PARKER and AGGLETON, 2001) of the sexual liberties triggered by the disease in clipping. We studied 43 issues of the newspaper and found 13 stories that presented AIDS as their main debate. The *corpus* was constituted by five reports and, after a Content Analysis, we were guided by the analyzing elements chosen from the metaphors pointed out by the basic authors of our research. As a main result, we notice that the *Jornal do nuances* proposes to be a propagator of sexual liberties and, in this way, appears as an agent of confrontation mainly of the epidemic of signification. In addition, this dissertation presents questions about sexual liberties, communication, public policies and health.

Key-words: Communication; AIDS; Sexual liberties; *Jornal do nuances*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Expediente da primeira edição	18
Figura 2: Mortalidade por Aids entre 1995 e 1999	25
Figura 3 - Taxa de detecção segundo região de residência	32
Figura 4 - A produção do estigma e os marcadores sociais	51
Figura 5 - Organização do <i>corpus</i>	97
Figura 6 - Reportagem sobre Aids da primeira edição do <i>Jornal do Nuances</i> (1998)	99
Figura 7 - Reportagem sobre Aids da sexta edição do <i>Jornal do Nuances</i> (1998)	102
Figura 8 - Reportagem sobre Aids da sétima edição do <i>Jornal do Nuances</i> (?)	104
Figura 9 - Reportagem sobre Aids da nona edição do <i>Jornal do Nuances</i> (?)	109
Figura 10 - Reportagem sobre Aids da décima quinta edição do <i>Jornal do Nuances</i> (2000)	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registros de Aids entre 1980 e 1995	26
Tabela 2: Registros de Aids entre 1996 e 2001	27
Tabela 3 - Dados Globais da evolução da epidemia de 2000 a 2017	29
Tabela 4 - Dados por região de 2017	30
Tabela 5 - Taxa de detecção de casos de Aids a cada 1000.000 habitantes	32
Tabela 6 - Edições do <i>Jornal do nuances</i>	85
Tabela 7 - Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem O sangue dos vampiros	115

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição percentual de casos de Aids segundo raça/cor por ano de diagnóstico. Rio Grande do Sul (2004 a 2014)	33
Gráfico 2 - Distribuição percentual de casos de Aids, segundo sexualidade por ano de diagnóstico. Rio Grande do Sul (2004 a 2014)	34
Gráfico 3 - Edições publicadas por ano	87
Gráfico 4 - Notas sobre Aids por edição	94
Gráfico 5 - Notas sobre Aids pela perspectiva cronológica	95
Gráfico 6 - Reportagens sobre Aids por edição	96
Gráfico 7 - Reportagens sobre Aids pela perspectiva cronológica	96
Gráfico 8 - Relações afetivas e sexuais debatidas em reportagens (levantamento de todas as edições disponíveis)	118
Gráfico 9 - Reportagens veiculadas segundo os debates sobre lesbianidade, racialidade e transexualidade	119
Gráfico 10 - Debate sobre lesbianidades em reportagens ao longo do tempo	120
Gráfico 11 - Debate racial abordado em reportagens ao longo do tempo	121
Gráfico 12 - Debate sobre transexualidade em reportagens ao longo do tempo	121
Gráfico 13 - Destaque de capa do <i>Jornal do nuances</i>	123
Gráfico 14 - Denúncias de violência simbólica pela perspectiva cronológica	124
Gráfico 15 - Denúncias de violência física pela perspectiva cronológica	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem O machismo e as “doenças”	108
Quadro 2 - Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem Os jovens gays e a Aids	112

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
HIV/AIDS: UMA RETOMADA DA EPIDEMIA NO BRASIL	21
1.1. A Aids no Rio Grande do Sul	31
1.2. O grupo <i>Nuances</i> e o HIV/Aids	35
1.3. Compilado Primeiro.....	38
SEXUALIDADE E SAÚDE: UMA PERSPECTIVA SOCIAL	41
2.1. Liberdades sexuais: tensões e debates.....	43
2.2. Aids, estigma e a violência simbólica.....	46
2.3. <i>Ousamos prescrever uma dieta de prazeres</i>	53
2.4. Compilado segundo	57
HISTÓRIA E (R)EXISTÊNCIA: LIBERDADES SEXUAIS NO BRASIL	60
3.1. Resistir para existir	61
3.2. Movimento LGBT: a primeira onda e o culto à liberdade	64
3.2.1. A reforma sanitária e os princípios de inclusão	69
3.2.2. O Lampião da esquina.....	71
3.3. Movimento LGBT: a segunda onda e a epidemia da Aids.....	74
3.4. Movimento LGBT: a terceira onda e as conquistas políticas e legais	78
3.4.1. O movimento gay gaúcho	80
3.5. Comunicação e hegemonia: algumas reflexões	88
3.6. Compilado terceiro.....	89
AIDS E O <i>JORNAL DO NUANCES</i> : SEXUALIDADE E LIBERDADE.....	93
4.1. A terceira epidemia no <i>Jornal do nuances</i>	103
4.2. Considerações iniciais.....	116
4.3. As liberdades sexuais no <i>Jornal do nuances</i>	117
CONSIDERAÇÕES	126
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE 1	137
APÊNDICE 2.....	146
ANEXOS.....	158

INTRODUÇÃO

Jjjiihfqwp. Enquanto essas linhas foram escritas, estava na companhia de minha sobrinha Luísa, com pouco mais de um ano de idade. Escolhi manter, não por estética, mas por afetividade, as letras digitadas por aquelas pequenas mãos. Essas letras simbolizam tudo o que não cabe na linguagem. Simbolizam, no limite, um trabalho que só se faz possível por toda sua subjetividade concentrada em cada reflexão que me proponho a apresentar ao leitor. Que as páginas desta dissertação possam contribuir não só para uma formação mais sensível e questionadora de novos comunicadores, como também para um mundo mais afetuoso e doce, possível de ser habitado por Luísa quando sentir nos poros de sua pele a necessidade de viver sua liberdade e suas escolhas.

Conversaremos durante as páginas deste trabalho sobre liberdades. Divido com meu leitor um dos grandes desafios vividos ao longo da produção desta dissertação: encontrei muita dificuldade em aceitar que ao falar de Aids e de homossexualidades, era de saúde que estava falando. Mais do que isso: que a compreensão de saúde, ou de uma existência saudável, extrapola as definições semânticas das palavras. Descobri, ainda, outras formas de se pensar a saúde, e assumi a possibilidade de outros efeitos de sentido que essa palavra aciona. Para explicar, farei o exercício de me despir de alguns rigores acadêmicos e me apresento, apresento algo de minha subjetividade que está presente em cada palavra escolhida para esta dissertação.

Lembro-me de, em 2010, no alto dos meus dezenove anos, ter experienciado minha primeira relação com uma mulher. A despeito da euforia da juventude, do entusiasmo pulsante de sentir-me apaixonada, por todo tempo eu sentia uma adrenalina furtiva que revelava um sentimento de *culpa* inventado, cultivado, crescido e florescido no seio daquela relação. Como caberia, em uma só relação, tanto entusiasmo e tanta *culpa*? A palavra *entusiasmo* tem origem grega que, num deslocamento quase poético, simboliza (ou representa) uma festa divina em nosso interior. A palavra *culpa* não deveria existir. Porque se a palavra existe, ela categoriza algo que, no caso, é um sentimento, um valor, uma agência. *Culpa* não deveria existir, não nesse contexto, mas existe e é tão real quanto o entusiasmo. Afinal, o que nos faz conferir um valor de culpa a um sentimento, a uma manifestação da sexualidade?

A raiz de todas as minhas inquietações pessoais e acadêmicas é, indiscutivelmente, subjetiva. É um *subjetivo* que me despertou para uma realidade vivenciada por muitas pessoas, há muitos anos. Por que condenamos, em várias instâncias, toda e qualquer relação sexual que subverte o corpo, o gênero, o sexo e a sexualidade? Em meu lugar de mulher lésbica, oito anos após ter saboreado pela primeira vez minha liberdade sexual, observei olhares discursivos de familiares, amigos, professores e colegas de trabalho. Reparei que, nos meios de comunicação de massa, a representação, ou melhor, a significação das homossexualidades (da minha homossexualidade, inclusive) passava, muitas vezes, ou quase todas as vezes, pela manutenção de ideias perversas e preconceituosas sobre viver a manifestação sexual para além dos muros da heterossexualidade. Por isso, antes de tudo, esta dissertação existe para ser, além de um registro acadêmico, uma ferramenta em função da propagação e da (re)afirmação das liberdades sexuais.

Busquei, então, conhecer um pouco mais sobre a história das sexualidades. Desta forma, iniciei meus estudos investigando, ainda na graduação, os sentidos sobre moral, heteronormatividade, fé e ciência presentes no debate sobre a Cura Gay nas revistas *Veja* e *Junior*. Para onde lançava um olhar investigativo, encontrava cargas discursivas e pistas de efeitos de sentido despertados. Se em algum momento a fé cristã passou a dar um contorno preconceituoso às relações homossexuais, em outro momento a própria ciência assumia esse papel. A política passou a ser mediadora e agente de manutenção desses discursos, como mostra, por exemplo, a “Cura Gay”, apelido do Projeto de Decreto Legislativo nº 234, em 2011, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), sob a presidência do pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP), no dia 18 de junho de 2013. Esses discursos encontram um canal de disseminação. Esse canal é, fundamentalmente, a comunicação.

A partir disso, comecei a me interessar não pelos discursos hegemônicos que atuam na preservação dessas ideias, mas por aqueles materializados por veículos de comunicação que atendem às necessidades e demandas da comunidade LGBT¹. Desta forma, comecei minha vida de pesquisadora. Em minhas pesquisas, notei a importância, por assim dizer, do surto da Aids na comunidade LGBT e notei que talvez este seja o estigma, ou o processo de estigmatização, mais recente que acometeu

¹ Comentaremos mais sobre comunidade no terceiro capítulo da dissertação.

liberdades sexuais. Em algum momento, as homossexualidades passaram de *grupo de risco*² para *culpados*. Por isso, definimos como nosso **objetivo geral** do trabalho, analisar as publicações sobre Aids no referido periódico para refletir sobre o processo de estigmatização (PARKER e AGGLETON, 2001) das liberdades sexuais acionado pela doença em recorte. Nossos primeiro e segundo capítulos exploram a epidemia pela perspectiva médica/biológica e pela perspectiva social. E foi em meio a essas experiências que conheci alguns periódicos que surgiram naquela época e me interessei pelo *Jornal do nuances* porque, além de ter sido criado por um dos grupos gays mais antigos do Brasil, foi fruto de financiamentos públicos que, dentre outras ações, possibilitaram sua existência e sua produção. Ainda, o jornal teve origem na capital nacional com maior índice de infecção do vírus HIV proporcionalmente, desde o final dos anos 1980. O que tem a dizer esse jornal? **O que o *Jornal do nuances* nos revela sobre as liberdades sexuais no contexto da Aids?** Esta última questão é exatamente o que essa dissertação pretende responder.

O grupo *Nuances: grupo pela livre expressão sexual* é uma Organização Não-Governamental (ONG) que surgiu em 1991, mas o jornal teve sua primeira edição em 1998 e a última, em 2016. Com dez mil exemplares de tiragem média, a abrangência foi nacional: em suas edições, o periódico dedicava parte da página dois às cartas dos leitores. Na segunda edição, por exemplo, encontramos mensagens de leitores do Ceará, de São Paulo e do Maranhão. Contudo, é curioso que na bibliografia consultada sobre imprensa alternativa LGBT brasileira, o *Jornal do nuances* não aparece na maioria das vezes. O que percebemos é que as produções que vão além do eixo Rio-São Paulo não foram muito estudadas pela academia. Percebemos, assim, mais uma responsabilidade deste trabalho: garantir que outras produções também estejam mapeadas nos documentos acadêmicos.

Para compreender o contexto de surgimento tanto da ONG quanto do periódico, recorreremos, dentre outros autores, à pesquisadora Regina Facchini (2007), socióloga que estuda o movimento homossexual brasileiro e que atribui à epidemia os esforços dos militantes que viveram a “segunda onda” do movimento, como categoriza o contexto da Aids dentro da história do movimento homossexual no Brasil. A autora

² As categorizações de populações acometidas pela doença sofreram alterações ao longo do tempo. Veremos mais sobre isso no segundo capítulo.

pontua que, nesse contexto, o Estado subsidiou projetos de comunicação desenvolvidos por ONGs como o grupo *Nuances* no intuito de investir na instrução sobre a síndrome e outras doenças. Nessa época, surgiram periódicos que levavam informação sobre DST's, sobretudo sobre Aids, para todo o país. Foi nesse momento que o grupo *Nuances*, um propagador das liberdades sexuais (atributo que ele mesmo se embute, como veremos durante nossa análise no quarto capítulo), teve financiamento do Ministério da Saúde que, dentre outras ações, investiu o subsídio para materializar mais um periódico com essa finalidade: o *Jornal do nuances*. A seguir, uma imagem da edição número um do jornal, de 1998:

Figura 1: Expediente da primeira edição



Exploramos, ainda, a produção de Richard Parker e Peter Aggleton (2001), no segundo capítulo, para debater a epidemia por perspectivas não só biológicas como também sociais. Sobre isso, uma compreensão chave para esta dissertação foi apresentada pelos autores: a epidemia da Aids, na realidade, é um conjunto de três epidemias diferentes, quais sejam, a epidemia de infecção do vírus HIV, a epidemia de evolução para a doença e a **epidemia de significação**, central para nosso estudo, que constitui um processo de estigmatização que se faz pela retomada de preconceitos e discriminações pautados pelas diversidades de gênero, raça, classe e manifestações sexuais. Estes conceitos foram explorados durante o segundo capítulo desta dissertação.

Apresentamos ao nosso leitor, portanto, nossa estrutura capitular: no **primeiro capítulo**, a fim de contemplar o **primeiro objetivo específico** do trabalho, qual seja, acessar a perspectiva quantitativa da Aids no rio Grande do Sul, investigamos a

doença principalmente pela chave biológica, pelas iniciativas e políticas públicas que tinham como objetivo estabelecer formas de combate ao vírus HIV. Neste capítulo, também buscamos, nos boletins epidemiológicos locais e nacionais, mensurar os diagnósticos da infecção e da doença no Brasil e no Rio Grande do Sul. No final do primeiro capítulo, introduzimos uma primeira reflexão sobre o grupo *Nuances* neste contexto, bem como algumas ações do grupo que visavam a propagação das liberdades sexuais.

Reservamos para o **segundo capítulo**, as tensões e os debates entre as ciências das humanidades e as ciências biológicas que disputam as sexualidades enquanto campo de pesquisa. Na sequência, revisitamos os estudos que exploram a história social da Aids, a perspectiva do processo de estigmatização e, desta forma, atendemos ao **segundo objetivo específico** da pesquisa: compreender o processo de estigmatização das liberdades sexuais no contexto da Aids. Inserimos, ainda nesta etapa do trabalho, um primeiro contato com o *Jornal do nuances* e investigamos o editorial da edição de estreia do periódico.

Considerando o **terceiro objetivo específico** do estudo (compreender a atuação dos movimentos sociais pelas liberdades sexuais no contexto em recorte), o **capítulo três** apresenta ao leitor, com um caráter de retomada da história dos movimentos sexuais no Brasil, as três ondas do movimento, como classifica Facchini (2005), por uma perspectiva política e social das sexualidades. Ainda, investigamos alguns periódicos gays³ que constituem a imprensa nanica (MACRAE, 1991) ou imprensa alternativa (KUCINSKI, 1999) para compreender como que esta arena de publicações se constituiu conforme as demandas de seu público alvo, da comunidade LGBT. É neste capítulo que apresentamos, inclusive, nossa perspectiva sobre a comunidade LGBT enquanto conceito. Ao final desta etapa, comentamos o Movimento Homossexual Gaúcho (MHG), primeiro nome do grupo *Nuances*, e examinamos o jornal por uma perspectiva quantitativa: tiragem, circulação, periodicidade, páginas, anos de publicação e outros resultados dessa observação panorâmica sobre o periódico.

³ Detalhamos estes periódicos no Apêndice 2.

Por fim, reservamos nosso quarto capítulo para uma análise dos textos. Encontramos, ao todo, 13 reportagens/artigos opinativos que abordaram a Aids como tema principal da publicação. Contudo, por notarmos apenas dois tipos de textos (dez informativos, com caráter de serviço, reproduzidos de outros veículos de comunicação ou de boletins epidemiológicos; e três com autorias ou do jornal ou de militantes do *Nuances*), construímos nosso corpus pela análise de cinco reportagens: duas representando as dez comentadas, e as outras três que apresentam características distintas destas primeiras.

Com esta breve apresentação, convidamos nosso leitor para a apreciação deste trabalho, escrito e defendido no trigésimo aniversário do Dia Mundial da Luta contra Aids (1988), cujas linhas foram escritas com amor, entusiasmo e dedicação. Esvaziemo-nos de culpa, de preconceitos e discriminações. Que o gesto da leitura possibilite uma reflexão mais profunda não só sobre as sexualidades, mas, sobretudo, sobre a forma como cada um lida e convive com seus próprios corpos e prazeres.

CAPÍTULO I

HIV/AIDS: UMA RETOMADA DA EPIDEMIA NO BRASIL

Deve ser meio incômodo ser feito de carne.

(O Mágico de Oz)

Antes de tensionarmos a história social da Aids (PARKER, 2001) no recorte temporal e geográfico deste trabalho, apresentaremos ao nosso leitor uma dimensão estatística da doença no decorrer dos anos desde sua aparição. Desta forma, poderemos justificar uma de suas representações que revela não só a violência da doença na população, qualquer que seja sua categoria ou marcador (gênero, raça, classe e sexualidade), mas, ajustando os olhares para além da semântica, conseguimos acessar a significação que excede a palavra e que aciona incontáveis sentimentos: a Aids foi, para muitos autores, o *mal do século XX*.

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, uma das doenças provenientes da ação do vírus HIV no organismo, atinge os brasileiros no ano de 1980 e é confirmado e divulgado em 1982. Embora tenha sido neste ano o primeiro registro oficial de caso de Aids, a epidemia já era produto de notícia principalmente nos telejornais norte-americanos e, por este motivo, já era citada no Brasil. Seffner (2007) atribui a essa veiculação de informações norte-americanas o fato de termos absorvido o nome Aids, e não SIDA, como seria a sigla correta adaptada ao português. Entre os anos de 1977 e 1978, África Central, Haiti e Estados Unidos apresentaram os primeiros casos que seriam confirmados posteriormente, na década de 1980. O primeiro caso de Aids no Brasil foi identificado como ocorrência por transfusão sanguínea, segundo o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. É importante perceber que, neste primeiro momento⁴, a doença foi intitulada “doença dos 5H”: homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (para designar aqueles usuários de heroína em sua forma injetável) e *hookers* (palavra apropriada da língua inglesa para fazer referência às profissionais do sexo).

⁴ Em 1983, o jornal Notícias Populares colocava em circulação uma edição em que trazia a manchete “Peste-gay já apavora São Paulo”. Ainda, no “chapéu” da chamada, encontrava-se a sentença: “É a pior e mais terrível doença do século – dois brasileiros mortos”.

Para continuarmos com nosso estudo da epidemia ao longo dos anos, Seffner (2007) comenta a criação de termos e categorias que fazem referência às populações infectadas que conferem a grupos específicos o encargo ou a *culpa* pela infecção pelo HIV, ao mesmo tempo em que localiza as vítimas. Nosso esforço, neste capítulo, é voltado para a exploração da epidemia pela ótica quantitativa, mais ou menos objetiva que é proporcionada mais pelas ciências biológicas e exatas do que pela perspectiva social. Apesar disso, o leitor poderá perceber que dentre todas as particularidades da doença e de sua disseminação, o mal social é estruturante, assim como suas formas de contágio, de diagnóstico e de prevenção. No limite, percebemos que o universo de significação da doença causada pela infecção do vírus HIV, que pode ir de uma *morte próxima anunciada* a um atestado de violações de regras de comportamentos (classificados e categorizados ao longo dos anos), se dá por uma construção baseada essencialmente em seus desdobramentos tanto físicos como sociais.

Em 1983, o Brasil assiste ao primeiro caso de Aids entre mulheres, ao mesmo tempo em que a população mundial registra a primeira notificação de infecção pelo vírus entre crianças. Também nesse ano, aparecem os primeiros casos dentre heterossexuais e a manchete “Brasil registra dois casos de câncer gay”, do *Jornal do Brasil*, era veiculada. Sobre as movimentações do campo científico no esforço de desvendar e combater a epidemia, a França divulga as primeiras imagens do vírus HIV-1 em sua forma isolada, trabalho realizado no Instituto Pasteur. Os anos 1984 e 1985 foram marcados por fortes disputas científicas entre franceses e estadunidenses (que registraram, no ano anterior, mais de 1200 mortes pelo vírus) pela autoria da descoberta e exploração do HIV, uma vez que no país norte-americano o vírus também já era isolado para estudos. Também foi nesse período que aparecem os primeiros testes diagnósticos para a Aids, já com trabalho para detectar o desenvolvimento de anticorpos contra o HIV. No Brasil, o primeiro programa de controle da epidemia foi estruturado em São Paulo e, em 1986, cria-se o primeiro Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde.

No final dos anos 1980, especificamente entre 1987 e 1990, as movimentações nacionais preocupadas com a doença foram protagonizadas tanto pelos avanços e mobilizações políticas e da área da saúde, quanto pela esfera pública e movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz isolam

o vírus HIV e tornam-se os pioneiros na América Latina a realizar tal ação, o Ministério da Saúde adota, por recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), o 1º de dezembro como o Dia Mundial da Luta contra a Aids. Vale lembrar que foi neste mesmo ano (1988) que o Sistema Único de Saúde foi criado em um cenário de mais de 4535 casos de Aids no país. A força política dos movimentos engajados contra a epidemia assistiu a sua primeira conquista material: o remédio utilizado (a saber, AZT) teve seu preço reduzido em 20% como resposta às reivindicações populares.

No início da década de 1990, enquanto o Brasil acompanhava a morte de Cazuzza⁵ que, posteriormente, se tornaria um dos ícones da luta contra a Aids, acontece a primeira distribuição de antirretrovirais⁶ gratuita, ação do Ministério da Saúde, ao mesmo tempo em que a fita vermelha⁷ figura como símbolo da luta contra a Aids em nível mundial. Apenas quatro anos depois do surgimento do SUS, o programa passa a realizar os procedimentos de exame e diagnóstico da doença, bem como ações iniciais de tratamento da Aids. É também em 1992 que o coquetel composto por Videx e AZT (ambos remédios utilizados no tratamento da doença) entra em circulação em todo país, embora o segundo da composição ainda não fosse produzido no Brasil, algo que aconteceria apenas no ano seguinte.

É importante não perdermos de vista os efeitos sociais da circulação de remédios citados nos parágrafos anteriores. Como assinalamos no início de nosso capítulo, a Aids, principalmente no período narrado até este momento do trabalho, se configurou como uma morte anunciada, iminente e certa para aqueles diagnosticados soropositivos. O pavor causado pelas imagens de degradação dos corpos assustadoramente cadavéricos (e entendemos isso como um sintoma de um sistema de controle e prevenção baseado no medo), com a chegada das primeiras respostas

⁵ Cazuzza, assumidamente gay e ícone das liberdades sexuais dos anos 1970 e 1980, foi diagnosticado soropositivo em 1987 e em 1989 levou seu estado de saúde a público e figurou como a primeira personalidade a se declarar soropositiva. Faleceu em 1990, mesmo com constantes tratamentos de AZT nos Estados Unidos. Sua mãe Lucinha, então, fundou a ONG Viva Cazuzza, que redireciona os lucros com as vendas de obras de Cazuzza para o tratamento de adolescentes e crianças diagnosticados com Aids.

⁶ Antirretrovirais não eliminam o vírus do corpo, mas o enfraquece e enfraquece seus efeitos no sistema imunológico. Desta forma, tornou-se uma saída indispensável na busca pela longevidade e uma vida mais saudável, mesmo para os diagnosticados soropositivos.

⁷ Simbolizando comprometimento e solidariedade na luta contra a Aids, a fita vermelha foi criada em 1991, nos Estados Unidos, por um grupo de artistas que queriam homenagear os amigos que perderam para a doença.

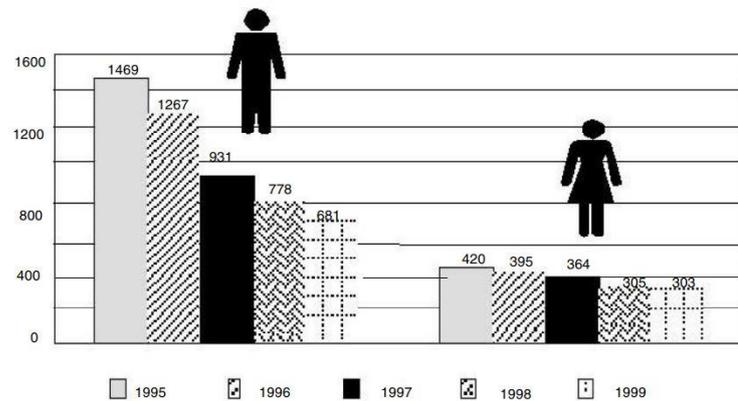
da medicina à epidemia, começara a dar espaço a uma possibilidade de vida, como uma doença relativamente tratável. Seffner (2007) nos aponta para a criação de uma:

(...) identidade de pessoa vivendo com Aids, que trabalha, convive entre nós, estuda, namora, ama, faz sexo e até mesmo tem filhos, participa de festas, serve-se de salada com a mesma colher que utilizamos, bebe eventualmente do mesmo copo, dorme conosco no mesmo quarto, toma chimarrão com a mesma bomba, nos dá um beijo na boca, etc (p.30).

Como resposta aos dez mil novos casos de infecção por dia no mundo, a Organização Mundial da Saúde aprova, em 1993, a primeira vacina (ainda que com caráter de teste) a ser distribuída em larga escala em países considerados desassistidos. Com quase dezessete mil casos de Aids já registrados no Brasil, a Unids/OMS, em parceria com o Ministério da Saúde, cria redes de isolamento do HIV-1, e torna-se possível a atividade de mapeamento do vírus no país, assim como sua diversidade genética, o que possibilita estudar as melhores formas de medicar e vacinar brasileiros. No ano seguinte, o Banco Mundial também integra a parceria com Ministério da Saúde e, com respaldo econômico, impulsiona ações de prevenção à Aids.

Os Estados Unidos, em 1995, foram responsáveis pela elaboração e aprovação de um novo medicamento de caráter preventivo, a saber, os inibidores de *protease*. É certo que não foi o único medicamento a ser validado no período, mas certamente foi marcante pela aderência na sociedade. Conseguimos perceber que a movimentação da ciência mundial para uma (im)possível cura, prevenção e controle dos danos à saúde provenientes da infecção pelo vírus HIV estava, desde a primeira década de sua ocorrência, articulando diferentes esferas sociais locais e mundiais: frentes econômicas públicas e privadas, ciência e pesquisa, educação, comunicação e política pareciam, neste momento, engrenagens de um mesmo mecanismo. Também nesse ano, é criado o Simpósio Brasileiro de pesquisa em HIV/Aids no país. Diferentes órgãos já estavam capacitados para diagnosticar a infecção e a doença e, como podemos reparar na figura a seguir, os anos seguintes foram marcados por consecutivas quedas na taxa de mortalidade por Aids na cidade de São Paulo.

Figura 2: Mortalidade por Aids entre 1995 e 1999⁸



Fonte: CN-DST/AIDS/SPS - Ministério da Saúde, 2000.

No Brasil de 1997, a Rede Nacional de Laboratórios já acompanhava e monitorava os pacientes por meio de terapias antirretrovirais e, no ano seguinte, a obrigatoriedade de seguros privados de saúde na cobertura de despesas (por exemplo, acolhimento hospitalar) de pacientes soropositivos torna-se lei. Com os avanços científicos sobretudo da área da saúde, o uso do coquetel anti-aids, a distribuição de antirretrovirais (quinze medicamentos no total) pelo Ministério da Saúde, o Brasil recebia, em 1999, a feliz notícia da queda em 50% na mortalidade por HIV/Aids, e a redução em 80% de infecção. Na virada no século, enquanto a proporção era de dois homens para cada mulher, as ciências médicas observavam a epidemia e, de acordo com Brito, Castilho e Szwarcwald (2000), no artigo da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, essas diferenças notadas e categorizadas como *heterossexualização*, *feminização*, *interiorização* e *pauperização*, são reflexos da difusão geográfica das infecções:

Inicialmente restrita aos grandes centros urbanos e marcadamente masculina, a atual epidemia do HIV e da Aids caracteriza-se pelos processos de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização. As mudanças no perfil da Aids no Brasil devem-se à difusão geográfica da doença a partir dos grandes centros urbanos em direção aos municípios de médio e pequeno porte, ao aumento da transmissão por via heterossexual e ao persistente crescimento dos casos entre usuários de drogas injetáveis. O aumento da transmissão por contato heterossexual implica no crescimento substancial de

⁸ A figura foi retirada de um relatório pronto do Ministério da Saúde e notamos que a binaridade de sexo masculino e feminino é representada por duas figuras: um indivíduo aparentemente de calças e outro de vestido. Sublinhamos que compreendemos a existência de diversas formas de manifestação de gênero para além das definições normativas que relacionam genitália à identidade de gênero. Optamos por deixar a figura por dois motivos: pela construção da narrativa desta dissertação e para ilustrar como os relatórios e diagnósticos provenientes das áreas da saúde são comumente construídos.

casos em mulheres, o qual tem sido apontado como uma das mais importantes características do atual quadro da epidemia no Brasil (p. 207).

A tabela a seguir é de nossa autoria e foi elaborada com os dados obtidos do relatório epidemiológico publicado em 2001, referente à década anterior, da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Organizamos a tabela de modo a separar por região, bem como por estado. No ano de sua publicação, foram registradas 7099 *notificações* de Aids, designação que aparece no próprio relatório. Com esse número, em 2001 já eram 210.447 casos de Aids em todo o país desde o primeiro registro na aurora dos anos 1980:

Tabela 1 - Registros de Aids entre 1980 e 1995

ESTADO	1980 - 1990	1991	1992	1993	1994	1995
RONDÔNIA	26	4	26	27	39	43
ACRE	12	7	7	9	10	1
AMAZONAS	60	35	55	65	92	94
RORAIMA	15	13	7	7	6	8
PARÁ	99	64	85	112	146	178
AMAPÁ	6	3	8	1	6	17
TOCANTINS	10	8	6	13	19	19
MARANHÃO	130	75	82	111	123	143
PIAUÍ	55	35	31	28	62	76
CEARÁ	250	180	251	212	361	326
RIO GRANDE DO NORTE	95	54	60	75	93	69
PARAÍBA	101	49	58	95	115	106
PERNAMBUCO	539	230	251	304	348	383
ALAGOAS	98	33	63	74	69	79
SERGIPE	72	30	43	54	89	86
BAHIA	566	286	330	370	316	307
MATO GROSSO DO SUL	188	135	152	264	240	275
MATO GROSSO	128	76	97	105	170	202
GOIÁS	257	170	255	231	339	444
DISTRITO FEDERAL	203	203	224	216	239	268
MINAS GERAIS	1065	530	869	1278	1479	1356
ESPÍRITO SANTO	167	83	112	161	205	202
RIO DE JANEIRO	5185	1777	2274	2303	2378	2702
SÃO PAULO	13526	6527	8105	8682	8986	9775
PARANÁ	405	300	439	561	659	818
SANTA CATARINA	419	334	424	578	733	959
RIO GRANDE DO SUL	1140	694	736	975	1172	1322

Fonte: a autora.

Tabela 2: Registros de Aids entre 1996 e 2001

ESTADO	1996	1997	1998	1999	2000-2001
RONDÔNIA	41	44	32	16	25
ACRE	6	11	17	27	23
AMAZONAS	102	150	160	202	170
RORAIMA	16	15	20	17	31
PARÁ	217	216	222	37	20
AMAPÁ	19	32	20	37	25
TOCANTINS	28	30	41	37	26
MARANHÃO	164	174	200	124	112
PIAUÍ	71	95	80	102	122
CEARÁ	318	310	573	393	165
RIO GRANDE DO NORTE	102	120	152	101	25
PARAÍBA	117	119	159	183	135
PERNAMBUCO	531	543	669	419	417
ALAGOAS	96	119	81	102	13
SERGIPE	74	88	86	98	62
BAHIA	452	569	563	621	521
MATO GROSSO DO SUL	310	286	275	209	127
MATO GROSSO	278	294	216	57	19
GOIÁS	372	508	393	270	59
DISTRITO FEDERAL	297	339	292	243	266
MINAS GERAIS	1408	1357	1184	1105	367
ESPÍRITO SANTO	229	308	277	219	64
RIO DE JANEIRO	3256	3422	3179	2226	1106
SÃO PAULO	10675	10076	9647	8240	5826
PARANÁ	978	1130	1294	1222	1434
SANTA CATARINA	1080	1101	1333	1078	1226
RIO GRANDE DO SUL	1594	1910	2468	1930	1543

Fonte: a autora.

Os próximos dados foram retirados do Relatório Informativo da Unids publicado em julho de 2018 e mostra que 36,9 milhões de pessoas viviam com Aids em 2017 em todo o mundo. Pensando a retrospectiva que fizemos até o momento desde o início da epidemia, 77,3 milhões de pessoas já foram infectadas pelo vírus HIV e 35,4 milhões de pessoas morreram por causas relacionadas à Aids, segundo o relatório. Além disso, 75% das pessoas que vivem com HIV tem conhecimento da infecção e sabem que são soropositivas. Também segundo a Unids, o número de novas infecções caiu 47% em relação ao alto número registrado em 1996 (1,8 milhões

de pessoas em 2017 contra 3,4 milhões em 1996). Se comparadas às mortes por Aids em 2004, período em que podemos observar uma crescente deste dado, o número é 51% menor em 2017 (940 mil pessoas em 2017 contra 1,9 milhão em 2004 e 1,4 milhão em 2010).

O termo usado na elaboração do relatório para designar as populações que, em suas especificidades, são as mais afetadas pela epidemia é *populações-chave*. Estão nessa categoria homossexuais, *homens que fazem sexo com homens*, usuários de drogas injetáveis, dentre outros. Nas palavras do relatório, “(...) o risco de infecção pelo HIV é 27 vezes maior entre homens que fazem sexo com homens; 23 vezes maior entre pessoas que usam drogas injetáveis; 13 vezes maior entre profissionais do sexo; 12 vezes maior entre mulheres trans” (UNAIDS, 2018, p. 02). Assinalamos esse trecho porque temos como um de nossos horizontes compreender melhor o que torna *homens que fazem sexo com homens* uma população-chave a ser destacada e diferenciada de *homossexuais*, por exemplo. Seria uma questão de *autodeclaração*? O que homossexuais aciona que homens que fazem sexo com homens não aciona?

Ainda, algo que nos intriga é pensar que, de acordo com a tabela 3, apenas 21,3 milhões de pessoas em todo o mundo têm acesso aos antirretrovirais, ao passo em que a população mundial já soma mais de 7 bilhões de pessoas. Ainda nessa linha, a segunda tabela nos mostra que das 1,8 milhões de pessoas que vivem com Aids na América Latina (conjunto de países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela), 700 mil pessoas, aproximadamente, não têm acesso ao tratamento. Esse número diminui se compararmos com os países da América do Norte e Europa: apesar de somarem mais infectados (2,2 milhões), 500 mil não têm acesso ao tratamento.

Tabela 3 - Dados Globais da evolução da epidemia de 2000 a 2017

	2000	2005	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoas vivendo com HIV	27,4 milhões [23,1 milhões–32,6 milhões]	30,1 milhões [25,4 milhões–35,8 milhões]	32,4 milhões [27,4 milhões–38,5 milhões]	33,7 milhões [28,4 milhões–40,0 milhões]	34,3 milhões [29,0 milhões–40,8 milhões]	35,0 milhões [29,5 milhões–41,6 milhões]	35,6 milhões [30,1 milhões–42,4 milhões]	36,3 milhões [30,6 milhões–43,1 milhões]	36,9 milhões [31,1 milhões–43,9 milhões]
Novas infecções por HIV (total)	2,8 milhões [2,2 milhão–3,7 milhões]	2,5 milhões [1,9 milhão–3,2 milhões]	2,2 milhões [1,7 milhão–2,9 milhões]	2,1 milhões [1,6 milhão–2,7 milhões]	2,0 milhões [1,6 milhão–2,7 milhões]	2,0 milhões [1,5 milhão–2,6 milhões]	1,9 milhão [1,5 milhão–2,5 milhões]	1,9 milhão [1,4 milhão–2,4 milhões]	1,8 milhão [1,4 milhão–2,4 milhões]
Novas infecções por HIV (com idade 15+)	2,4 milhões [1,9 milhão–3,2 milhões]	2,1 milhões [1,6 milhão–2,7 milhões]	1,9 milhão [1,5 milhão–2,5 milhões]	1,8 milhão [1,4 milhão–2,4 milhões]	1,8 milhão [1,4 milhão–2,4 milhões]	1,8 milhão [1,4 milhão–2,3 milhões]	1,7 milhão [1,3 milhão–2,3 milhões]	1,7 milhão [1,3 milhão–2,2 milhões]	1,6 milhão [1,3 milhão–2,1 milhões]
Novas infecções por HIV (com idade 0–14)	420 000 [260 000–620 000]	380 000 [240 000–560 000]	270 000 [170 000–400 000]	230 000 [150 000–340 000]	220 000 [140 000–320 000]	200 000 [120 000–290 000]	190 000 [120 000–280 000]	180 000 [110 000–270 000]	180 000 [110 000–260 000]
Mortes relacionadas à AIDS	1,5 milhão [1,1 milhão–2,2 milhões]	1,9 milhão [1,4 milhão–2,7 milhões]	1,4 milhão [1,0 milhão–2,0 milhões]	1,2 milhão [880 000–1,7 milhão]	1,2 milhão [820 000–1,6 milhão]	1,1 milhão [770 000–1,5 milhão]	1,0 milhão [730 000–1,5 milhão]	990 000 [700 000–1,4 milhão]	940 000 [670 000–1,3 milhão]
Pessoas com acesso à terapia antirretroviral	611 000 [538 000–636 000]	2,1 milhões [1,8 milhão–2,1 milhões]	8,0 milhões [7,1 milhões–8,3 milhões]	11,4 milhões [10,1 milhões–11,9 milhões]	13,2 milhões [11,6 milhões–13,8 milhões]	15,1 milhões [13,3 milhões–15,7 milhões]	17,2 milhões [15,2 milhões–17,9 milhões]	19,4 milhões [17,1 milhões–20,2 milhões]	21,7 milhões [19,1 milhões–22,6 milhões]
Recursos disponíveis para HIV (países de baixa - e média - renda)	US\$ 4,8 bilhões*	US\$ 9,4 bilhões*	US\$ 15,9 bilhões*	US\$ 18,8 bilhões*	US\$ 19,5 bilhões**	US\$ 19,2 bilhões**	US\$ 19,0 bilhões**	US\$ 19,1 bilhões**	US\$ 21,3 bilhões**

Fonte: Relatório Informativo da Unaid (Julho/2018).

Tabela 4 - Dados por região de 2017

Região	Pessoas vivendo com HIV 2017	Novas infecções 2017			Mortes relacionadas à AIDS 2017	Pessoas com acesso ao tratamento 2017
		Total	Idade 15+	Idade 0-14		
África Oriental e Austral	19,6 milhões [17,5 milhões–22,0 milhões]	800 000 [650 000–1,0 milhão]	710 000 [580 000–890 000]	92 000 [61 000–130 000]	380 000 [300 000–510 000]	12,9 milhões [11,4 milhões–13,4 milhões]
Ásia e Pacífico	5,2 milhões [4,1 milhões–6,7 milhões]	280 000 [210 000–390 000]	280 000 [210 000–390 000]	10 000 [7 400–14 000]	170 000 [110 000–280 000]	2,7 milhões [2,4 milhões–2,9 milhões]
África Ocidental e Central	6,1 milhões [4,4 milhões–8,1 milhões]	370 000 [220 000–570 000]	310 000 [180 000–470 000]	67 000 [36 000–100 000]	280 000 [180 000–410 000]	2,4 milhões [2,1 milhões–2,5 milhões]
América Latina	1,8 milhão [1,5 milhão–2,3 milhões]	100 000 [77 000–130 000]	99 000 [75 000–130 000]	2400 [1800–3600]	37 000 [26 000–51 000]	1,1 milhão [992 000–1,2 milhão]
Caribe	310 000 [260 000–420 000]	15 000 [11 000–26 000]	14 000 [10 000–24 000]	1100 [710–1 900]	10 000 [7 100–17 000]	181 000 [159 000–188 000]
Oriente Médio e Norte da África	220 000 [150 000–300 000]	18 000 [10 000–31 000]	17 000 [9 200–28 000]	1 300 [780–1 900]	9 800 [6 400–15 000]	63 200 [55 600–65 700]
Leste Europeu e Ásia Central	1,4 milhão [1,3 milhão–1,6 milhão]	130 000 [120 000–150 000]	130 000 [120 000–150 000]	—*	34 000 [25 000–41 000]	520 000 [458 000–541 000]
Europa Ocidental e Central e América do Norte	2,2 milhões [1,9 milhão–2,4 milhões]	70 000 [57 000–84 000]	69 000 [57 000–83 000]	—*	13 000 [9 900–18 000]	1,7 milhão [1,5 milhão–1,8 milhão]
Total Global	36,9 milhões [31,1 milhões–43,9 milhões]	1,8 milhão [1,4 milhão–2,4 milhões]	1,6 milhão [1,3 milhão–2,1 milhão]	180 000 [110 000–260 000]	940 000 [670 000–1,3 milhão]	21,7 milhões [19,1 milhões–22,6 milhões]

Fonte: Relatório Informativo da Unaid (Julho/2018).

1.1. A Aids no Rio Grande do Sul

Os dados apresentados na primeira parte de nosso estudo nos revelam uma das justificativas de nosso trabalho, bem como o recorte espacial/geográfico que optamos por delimitar: ano após ano, o Rio Grande do Sul apresentou sucessivos aumentos no número de soropositivos. Em 1998, ano de lançamento do *Jornal do nuances*, pudemos notar um pico de registros de novos infectados. Nosso recorte temporal será definido a partir da virada do século XX para o XXI, uma vez que nosso objeto de estudo foi lançado no final dos anos 1990 e se manteve ao longo dos anos 2000. Segundo o primeiro (2015) Boletim Epidemiológico HIV/Aids e Sífilis da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul⁹, de 1982 a 2014 foram registrados mais de 76 mil casos de infecção pelo vírus HIV, e 46,6% deste número estão localizados na região de Porto Alegre e Vale do Gravataí. Para fins de comparação, o número total é de 734 mil pessoas vivendo com HIV/Aids em todo o país.

Ainda, entre 2003 e 2014 a região sul do país registrou 21,3% dos óbitos nacionais por Aids (mais de 141 mil casos no Brasil), e o Rio Grande do Sul soma 55,7% desta parcela da região. É importante assinalar que a rede de Atenção Básica desde 2012 tem como estratégia a ampliação e oferta de testes rápidos e diagnósticos tanto do vírus HIV, quanto da Sífilis¹⁰, como iniciativa de políticas públicas estaduais. A tabela a seguir também foi elaborada durante leitura e interpretação de dados disponíveis no primeiro Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul e nos revela que, na última década, o número de detecção de casos de Aids diminuiu e, a despeito da diminuição do índice elaborado, o estado ainda apresenta resultados superiores àqueles correspondentes à média nacional. Mais do que isso: os índices do Rio Grande do Sul são, durante toda a década, o dobro do resto do país, guardando as proporções.

⁹ Segundo o próprio Boletim consultado nesta etapa do trabalho, o documento foi elaborado com base nos resultados de algumas entidades responsáveis, quais sejam: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Controle de Exames Laboratoriais (SISCEL), Sistema de Controle Legítimo de Medicamentos (SICLOM).

¹⁰ A Sífilis, assim como a Aids, também pode ser transmitida pelo ato sexual. Também conhecida como Avariose, a Sífilis se diferencia do HIV/Aids por ser essencialmente uma doença proveniente de uma infecção bacteriana.

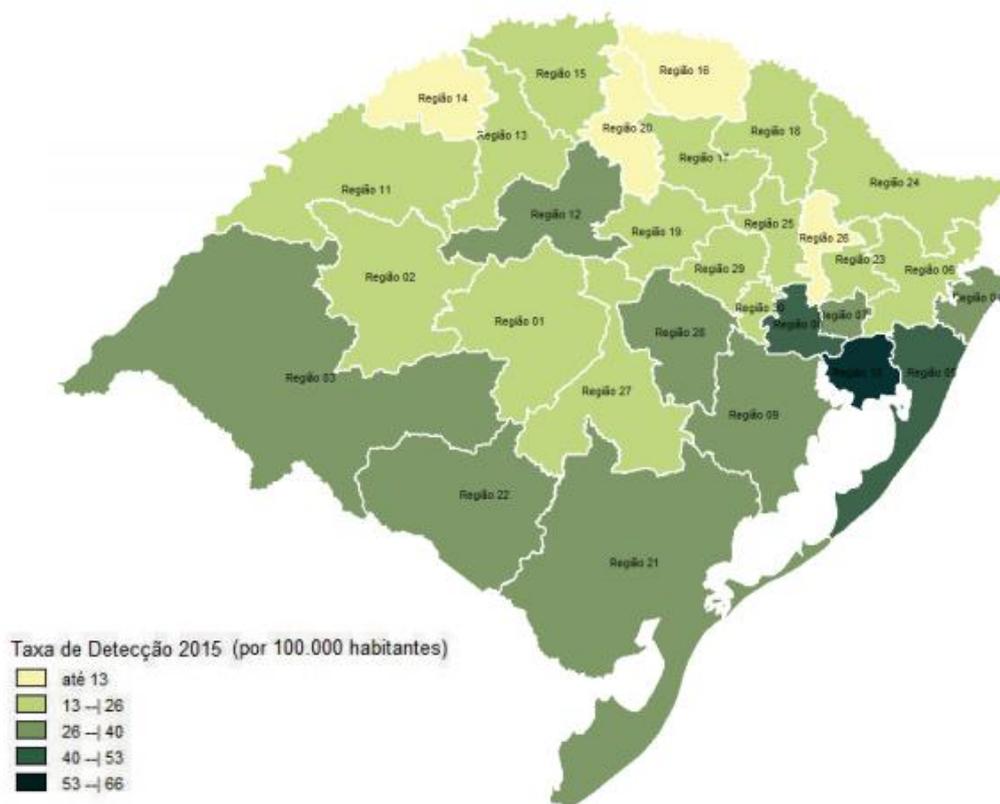
Tabela 5 - Taxa de detecção de casos de Aids a cada 1000.000 habitantes

	2003	2007	2011	2014
Brasil	21,6	19,9	21,4	19,7
Região Sul	33,4	32,2	32,9	28,7
Rio Grande do Sul	41,8	46,2	42,6	38,3

Fonte: a autora (2018).

A figura a seguir, ilustra espacial e geograficamente as regiões do estado do Rio Grande do Sul, e podemos enxergar com nitidez a única região em que a taxa de detecção por 100 mil habitantes ultrapassa 53, qual seja, a região 10 (Porto Alegre, sobretudo):

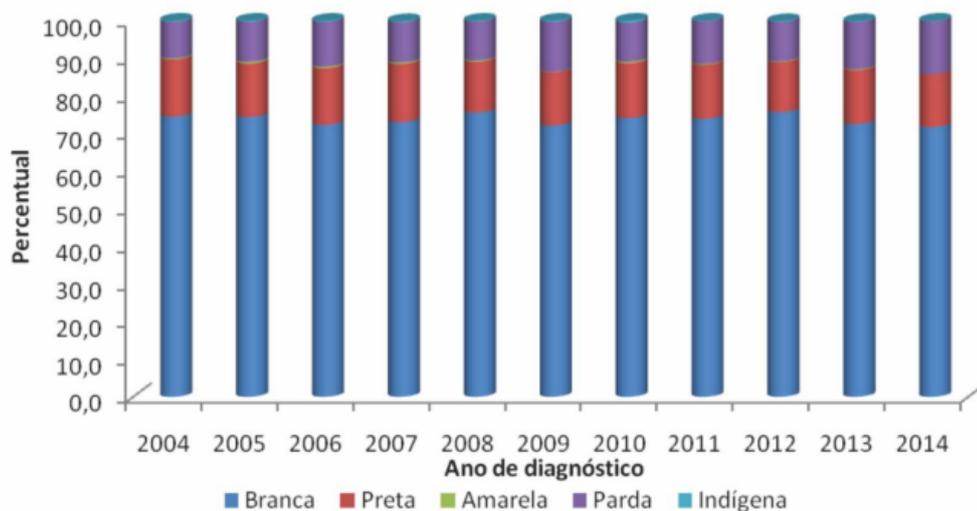
Figura 3 - Taxa de detecção segundo região de residência



Fonte: Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul.

Outro elemento de análise fundamental é a estruturação do que os estudos da área da saúde, principalmente, chamam de *população-chave*, como no primeiro momento deste capítulo, grupo de risco, ou ainda (e como é usado pelo boletim que usamos de referência para a construção deste tópico do trabalho) *categoria de exposição*. O primeiro gráfico, apresentado nesta dissertação propositalmente para nos permitir uma reflexão sobre *estigmatização* e manutenção de hierarquias, reservada para nosso segundo capítulo, podemos notar que, ao observarmos o recorte de cor/raça¹¹, mais de 73% da população infectada pelo vírus HIV, até 2014, é branca:

Gráfico 1 - Distribuição percentual de casos de Aids segundo raça/cor por ano de diagnóstico. Rio Grande do Sul (2004 a 2014)



Fonte: Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (2014).

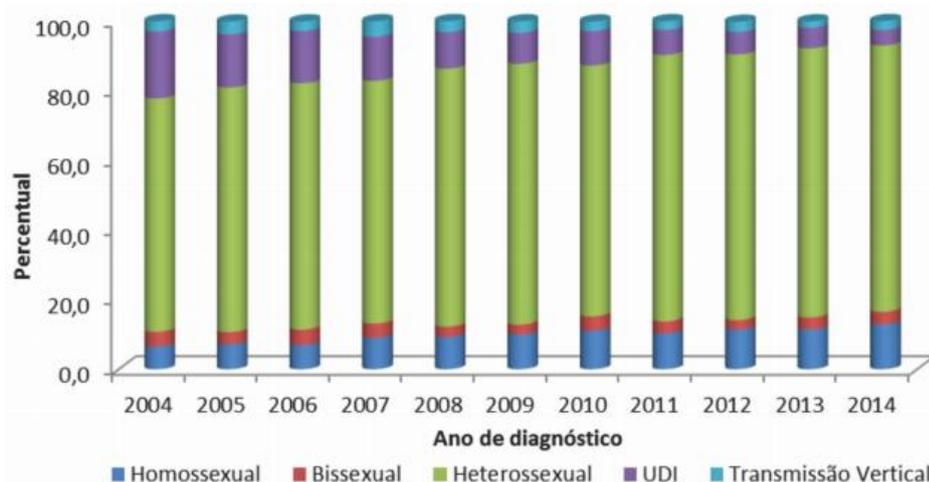
O segundo gráfico, já mais próximo do recorte deste trabalho, contempla a diversidade de sexualidade como conformadora de uma dessas categorias de exposição. Se no gráfico anterior observamos que aproximadamente 73% dos soropositivos no estado são autodeclarados brancos, em um estado onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a população também é

¹¹ Usaremos estas duas terminologias de forma a manter uma fidelidade ao material-base de nossa análise.

majoritariamente branca (81%), o segundo gráfico nos despertou muita curiosidade: a mesma porcentagem de pessoas brancas soropositivas também é heterossexual, ou seja, 73%. Sobre isso, conseguimos anunciar um primeiro tensionamento: o termo *heterossexualização*, embora não tenha sido conceituado anteriormente, nos aciona um movimento de transição da epidemia que passa de corpos que, antes de um conjunto de órgãos, seriam manifestações homossexuais para corpos que são essencialmente heterossexuais. Construimos esse raciocínio com todas as relativizações necessárias e fundamentais: a *parte essencial* é o efeito discursivo da palavra *heterossexualização*, mas a transição a que nos referimos está, em síntese, em tornar algo que em sua “essência” pertence aos corpos homossexuais para corpos heterossexuais.

Além disso, essa informação nos fez pensar sobre duas categorias que também destacamos no início deste capítulo. Há, segundo a Unaid, dois grupos que são diferentes e que estão igualmente figurando nessas categorias de exposição: homossexuais e homens que fazem sexo com homens. A questão está, neste momento, em pensar a diferença das categorias e saber se essa diferença é estruturante desses 73% de heterossexuais soropositivos. O que são homens que fazem sexo com homens, como categoria de exposição, e o que os difere dos homossexuais? As homossexualidades, mesmo nos relatórios, já são compreendidas pela chave das identidades?

Gráfico 2 - Distribuição percentual de casos de Aids, segundo sexualidade por ano de diagnóstico. Rio Grande do Sul (2004 a 2014)



Fonte: Boletim Epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (2014).

Constituímos nosso texto de duas formas: hora falamos em heterossexualidade e em homossexualidade, hora assumimos uma outra categoria, qual seja, a HSH (homens que fazem sexo com homens). Sentimo-nos confortáveis em dizer ao leitor que nos pareceu até um trabalho difícil assumir dois tipos de relatório para nossa breve análise deste capítulo. Contudo, acreditamos que ambas entidades consultadas (UNAIDS e Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul) sejam legítimas, e encontrar diferentes categorias é, sem dúvida, sintomático. Nos parece que a UNAIDS leva em consideração e, mais do que isso, acredita ser determinante a aplicação da pesquisa assumindo as diversidades sexuais, ao mesmo tempo em que a secretaria estadual não faz o mesmo caminho. Ou seja o que significa dizer que 73% da população soropositiva no Rio Grande do Sul, segundo cálculo da secretaria estadual, é heterossexual? Não é nosso objetivo responder a esta pergunta nesta dissertação, mas certamente é uma inquietação resultante deste primeiro capítulo.

1.2. O grupo *Nuances* e o HIV/Aids

Escolhemos reservar para esta seção tanto um breve histórico de algumas atividades do grupo *Nuances* que abordam a epidemia, como também alguns fatos históricos da Aids no Rio Grande do Sul que ajudam a contar a história da organização. Para isso, escolhemos introduzir as próximas páginas por um relato de Veriano Terto Junior¹² que, há quinze anos (na aurora dos anos 2000), visitava Porto Alegre e caminhava pela margem do Guaíba. Ele se deparou com vários materiais gráficos informativos pelo seu caminho, em sua maioria produzidos pelo *Nuances* e, dentre as linhas de seu relato, nos chamou a atenção:

Os materiais encontrados eram cartazes, edições do *Jornal do nuances*, folhetos e preservativos, que abordavam diversos aspectos da prevenção para homens que fazem sexo com homens (HSH): idade, gênero, direitos humanos, informações atualizadas sobre as formas de transmissão do HIV, telefones úteis, serviços de saúde, práticas sexuais seguras, etc, sempre com textos com marcas de humor e erotismo, de crítica ao discurso mais sisudo da biomedicina, ao conservadorismo moral que recrimina as práticas homossexuais (TERTO, 2017, p. 57).

¹² Veriano Terto Junior é doutor em Saúde Coletiva e vice-presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA).

Portanto, o que nos interessa tornar nítido ao nosso leitor é o cenário material e simbólico do desenvolvimento de ações do grupo. Já se aproximando da tensão principal deste trabalho, Veriano nos aponta um importante caminho: a epidemia da Aids foi, de alguma forma, uma porta que se abriu para que o grupo pudesse problematizar a história social da Aids e, apesar de todo o processo de estigmatização sofrido principalmente pela população LGBT, as instituições questionadas e acionadas foram, justamente, as reguladoras de normas do conservadorismo moral, como bem marca Terto, que dão manutenção às ideias discriminatórias sobre as homossexualidades.

A despeito disso, nos parece que alguns paradoxos e contradições vêm à superfície das linhas que são escritas neste momento, quais sejam, quantificar os efeitos da epidemia foi essencial para que a biomedicina (TERTO, 2017) pudesse assegurar uma vida mais longa e com mais esperança para os diagnosticados soropositivos, ao mesmo tempo em que uma epidemia social era construída, uma morte simbólica das liberdades sexuais. Perdia-se, em algum momento, a possibilidade de manifestação de uma sexualidade mais diversa.

Se no final da seção anterior, pensamos a constituição dos relatórios utilizados para mensurar os efeitos da epidemia nas diferentes populações que foram atingidas. Nesta parte do trabalho conseguimos estabelecer algumas pistas sobre a participação da comunidade LGBT não só nas organizações populares, mas também sua participação ativa em frentes de trabalhos institucionais. Observando as movimentações no Rio Grande do Sul, temos a fundação do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids no Rio Grande do Sul - GAPA/RS criado e registrado também em 1989. É importante assinalarmos que algumas das atividades do grupo *Nuances* foi em parceria com o GAPA/RS, como o projeto de prevenção ao HIV intitulado *PoA Noite Homens*, com duração de 1995 a 1998 (GOLIN, 2017). Ainda de acordo com Golin, em 1994 começaram as primeiras atividades na área da saúde desenvolvidas pelo *Nuances* em parceria com o GAPA/RS, entidade que também tinha militantes *nuanceiros* (como a própria ONG classifica seus participantes) em atividade (GOLIN, 2017).

PoA Noite Homens tinha como objetivo, em suma, uma “intervenção comportamental”, possibilitada pela elaboração de materiais e conteúdo que informavam seu público alvo (homens *gueis*, grafia usada pelo próprio grupo) que

transitavam pelos *inferninhos* porto-alegrenses, como definiam as saunas, boates, vídeo-locadoras, enfim. Além disso, Golin (2017) sublinha que o acesso a esses estabelecimentos não foi algo facilmente conquistado e visto com bons olhos pela própria comunidade alvo do conteúdo distribuído, uma vez que “os mesmos viam a prevenção o HIV num espaço de prazer e sexo como uma associação negativa, permeada pelo medo e insegurança” (p. 41). Apesar desta dificuldade encontrada no ponto de partida do projeto, a organização conseguiu adentrar os estabelecimentos e realizar seu planejamento. O autor e coordenador do grupo *Nuances* nos conta que o fato de o material firmar bases em informações tão sérias quanto criativas (GOLIN, 2017) foi elemento fundamental de conquista de confiança dos proprietários desses estabelecimentos, bem como dos homens gays que os frequentavam. Ressaltamos esta observação do autor, um dos fundadores do grupo, porque ela ilustra, melhor do que as nossas palavras podem descrever, a forte relação entre a ciência e a sensibilidade acionadas na elaboração e no contato da organização com as pessoas atingidas. Estar munido de informação e ciência, quando trabalhado em prol de um corpo material e simbólico, pode ser, em alguma medida, mais eficaz.

Outra campanha que o grupo *Nuances* desenvolveu, como uma ação que fez parte do projeto *PoA Noite Homens*, lançada em agosto de 1997 no bar Ocidente, na Rua José do Patrocínio no bairro Cidade Baixa (Porto Alegre), tinha como objetivo debater temas como sorodiscordância (relação entre duas pessoas em que apenas uma é soropositiva), bissexualidade e relações fora do casamento. É evidente que desmistificar comportamentos fora da norma, como a poligamia e o adultério, foi uma forma que o grupo encontrou de fazer sua mensagem chegar e circular na comunidade. Segundo Golin (2017) a ousadia já encontrara espaços na linguagem e nos temas abordados até o momento. Contudo, o *Nuances* estava prestes a assumir o que havia de mais “atrevido” naquele contexto: a defesa “do exercício da sexualidade, do prazer do sexo sem moralismos” (p. 41). Célio Golin exemplifica esta frente de luta, por assim dizer, lembrando as discussões sobre monogamia enquanto o Estado e os meios de comunicação hegemônicos apostavam na redução do número de parceiros sexuais como a melhor estratégia ao enfrentar a epidemia. Foi neste contexto em que a ONG profanava a “santa união” e o tão almejado amor romântico: distribuía pela cidade de Porto Alegre preservativos com os dizeres “Use em caso de tesão”. A mensagem convida, confirma e permite o prazer da carne e se

desvia do caráter proibitivo das campanhas pelo uso da camisinha. Esta mensagem circulava na capital do estado com o maior índice de infecção por HIV a cada 100 mil habitantes, e 73% da população soropositiva se autodeclara heterossexual. Além disso, outra ação também pode ser lida por esta chave de enfrentamento:

Em 1995, enquanto o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde e alguns grupos *gueis* como o Grupo Gay da Bahia defendiam a redução do número de parceiros e a monogamia como estratégias de prevenção, o Nuances, de forma direta e ousada fez uma campanha onde produzimos uma camiseta que trazia muitas imagens de preservativos e a frase: “aumente o número de parceiros”, exatamente na contramão desta visão, que para o Nuances era equivocada em termos de prevenção, além de conservadora e higienista (GOLIN, 2017, p. 42).

Ressaltamos o projeto *Poa Noite Homens* pela sua parceria com instituições públicas e outras ONG's, mas também por ter sido o momento em que o *Nuances* subverte o financiamento público e estabelece uma outra forma de interpretar as ações preventivas, como vimos nos parágrafos anteriores. Encerramos esta seção apresentando ao nosso leitor mais uma ação do grupo para a prevenção do vírus HIV. Ainda nos anos 1990, o lubrificante usado para sexo anal não era distribuído pelos órgãos públicos à população. O *Nuances* teve acesso aos estudos e materiais desenvolvidos principalmente na Europa e Estados Unidos que associavam o sexo anal, que era infinitamente menos lubrificado do que sexo que envolvia um pênis e uma vagina, com a infecção do vírus. Esses materiais apresentavam a distribuição deste insumo (o gel lubrificante) junto com a camisinha como uma estratégia de prevenção, inédita no Brasil (GOLIN, 2017). Em 1996, o grupo tentou parceria com produtores e distribuidores do insumo (com *Johnson&Johnson*, detentora da marca *KY*, e com *Blausiegel*), mas não teve sucesso. Hoje em dia, o gel é produto de distribuição gratuita. Dois anos depois, entrava em circulação o *Jornal do nuances*.

1.3. Compilado Primeiro

Nosso principal objetivo com este capítulo é possibilitar dimensionar a epidemia no país, na região e no Estado do Rio Grande do Sul para pensar um pouco mais sobre sua história contada pelos órgãos oficiais responsáveis por diagnosticar e

desenvolver ações preventivas. O primeiro caso registrado no Brasil, ainda em 1982, veio noticiado como *câncer gay* nas páginas dos periódicos em circulação na época. O medo aumentava esponencialmente, bem como o número dos infectados e das mortes por Aids no país e no mundo. As primeiras respostas vieram de frentes governamentais principalmente da área da saúde, como o primeiro sistema de controle da epidemia, iniciativa do estado de São Paulo, mas também vieram como conquistas das reivindicações de organizações populares, como a redução de 20% no preço do remédio AZT, nos anos 1990.

Com base em três documentos oficiais que mensuram efeitos da Aids nas diferentes populações, quer seja pelo recorte geográfico, quer seja pelo marcador social, a saber, o Relatório Informativo da UnaidS publicado em julho de 2018, o relatório epidemiológico publicado em 2001, referente à década anterior, da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e o Boletim Epidemiológico HIV/Aids e Sífilis da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul; vimos que as classificações das populações mais atingidas pela epidemia sofreram modificações: população-chave, categoria de risco, grupo de risco, categoria de exposição, enfim. Para além da designação, nos chamou a atenção as diferentes categorias que fazem referência à exposição pela sexualidade dos indivíduos: falamos em heterossexualidade (bem como em *heterossexualização*), em homossexualidade, em homens que fazem sexo com homens (HSH). Ademais, encontramos uma informação específica no processo de pesquisa para a elaboração desta dissertação: vimos que há 18 anos, no mínimo, cerca de 73% da população soropositiva do Rio Grande do Sul (estado que tem o dobro do índice de soropotivos a cada 100 mil habitantes, quando comparamos com a média dos outros estados do Brasil), é *autodeclarada* heterossexual.

Interrompemos este capítulo com a reflexão de Mario Pecheny (2017), quando nos lembra que o sexo, entre os anos 1980, 1990 e 2000, passou a ser pensado pela chave da cidadania, um “objeto de cidadania”. Desta forma, a sexualidade ou o ato sexual é discutido por aqueles que formulam nossas leis, pensam a construção e mediação dos elementos da esfera pública, nos ministérios, nos menores e maiores poderes que administram uma sociedade, que tomam as decisões. O ponto a ser posto em relevo é justamente a pergunta que Pecheny nos lança: “em qual linguagem?” (p.82). Segundo comenta o autor, é a linguagem da luta contra os

ditadores, formada, ironicamente, pela burguesia do século XVIII, ou seja, classista, sexista e formalista. “Pero, ¿cómo pensar algo como lo sexual en términos de un lenguaje de los derechos que fue pensado justamente para individuos, entre otras cosas, sin cuerpo ni sexo?” (p. 82).

É com esta intrigante pergunta, que remonta o que pensamos sobre heterossexualidade, homossexualidade e HSH como categorias de exposição, que anunciamos nosso próximo capítulo e convidamos nosso leitor a adentrar um pouco mais esta tensa fresta que existe entre a saúde e as homossexualidades. Descansaremos a reflexão que nos deu um panorama quantitativo da epidemia para que possamos estudar as homossexualidades como um campo em disputa, inclusive entre as áreas das humanidades e da biomedicina. Anunciamos um caminho chave para nosso estudo: a história social da Aids.

CAPÍTULO II

SEXUALIDADE E SAÚDE: UMA PERSPECTIVA SOCIAL

*Olha só, doutor
Saca só que genial
Sabe a minha identidade?
Nada a ver com genital.
(MC Linn Da Quebrada - Pirigoza)*

Para falar da Aids pela perspectiva social e, mais do que isso, pela perspectiva restritiva que acomete as liberdades sexuais, é necessário que revisitemos os estudos que olharam para as homossexualidades se distanciando da procura por características biológicas que conformassem uma orientação sexual, e que problematizaram as relações estabelecidas a partir das orientações sexuais não-normativas. Portanto, organizamos a reflexão deste capítulo em três momentos: primeiro vamos retomar as perspectivas das áreas das humanidades e alguns de seus estudos sobre homossexualidades; na sequência, comentaremos o processo de estigmatização das homossexualidades no contexto da epidemia da Aids e, por fim, trataremos algumas considerações, a partir de leituras de publicações do *Jornal do nuances*, que remontam o que estudamos até aqui e o que veremos a partir daqui.

Propor uma dissertação que se compromete, como **objetivo geral** do trabalho, analisar as publicações sobre Aids no referido periódico para refletir sobre o processo de estigmatização (PARKER e AGGLETON, 2001) das liberdades sexuais acionado pela doença em recorte, é navegar intensamente pela complexa relação entre morte e vida, aprisionamento e liberdade, não como efeitos de sentido antagônicos, mas por aquilo que excede uma condição natural e primeira de estar vivo. Não podemos compreender a morte apenas como o destino de corpos que têm um prazo de validade, mas como um deixar de ter, como um sentimento de perda de si mesmo, como um esvaziar-se daquilo de que se era nutrido e repleto. Ao mesmo tempo, não podemos falar de liberdade como possibilidade, como escolha. Preferimos entender a liberdade, neste trabalho, como ato transitar em si mesmo e no outro, como permitir experimentar, *experienciar*, como viver de forma plena aquilo que nos habita da raiz à superfície.

A morte e a liberdade cerceada estão, ou são, a epidemia de significação da Aids. Por vezes, a doença é acionada por meio de mecanismos simbólicos da linguagem, por metáforas poderosas (PARKER, 2001) que legitimam o processo de estigmatização, como veremos nos próximos itens deste capítulo. A Aids é a própria morte em seu excedente simbólico¹³ (SILVA, 2017), e é a ausência da liberdade quando é acionada pela metáfora da *punição* e do *crime*, que faz insurgir os culpados e as vítimas. Portanto, concordamos com Richard Parker e Peter Aggleton (2001) que a Aids é a epidemia da significação. Talvez, a mais potente e importante metáfora para este trabalho é compreender a Aids como o *outro*, que fica muito distante de nós quando nos *autodeclaramos* que somos nós, e não eles. A *autodeclaração* como ferramenta de distanciamento de grupos e demarcação de diferenças. A *autodeclaração* como forma de interromper o trânsito de nós mesmos para o outro, e do outro para nós mesmos. A Aids é, ou melhor, o processo de estigmatização acionado por ela, a morte simbólica das liberdades.

Desta forma, este trabalho caminha, inevitavelmente, pelas vias sutis dos pontos de encontro e de distanciamento de dois comportamentos humanos fundamentais: a “consciência da morte e a sexualidade contida” (BATAILLE, 1987). De forma sucinta, nesta segunda parte revisitaremos alguns estudos que observaram o fazer biomédico e suas contribuições para a construção simbólica das homossexualidades. Observaremos o estado da arte, por assim dizer, das ciências pela perspectiva do recorte de nosso trabalho: as homossexualidades. Concordando com Philippe Ariès (2003), de fato as “ciências do homem” se apropriaram de forma abundante de debates sobre família, política, trabalho e, já nos aproximando do que nos interessa, da sexualidade. Ao mesmo tempo, tais ciências se colocaram “tão discretas sobre a morte” (p. 228).

É exatamente nesta fresta que assentamos nosso trabalho: por um lado, os esforços das ciências da saúde para a manutenção da matéria, ou para a sobrevivência do *corpo*, para o prolongamento da vida; por vezes em confronto com a produção das ciências do homem debruçadas principalmente nos comportamentos individuais e nas experiências coletivas nos meios sociais. Jeffrey Weeks se

¹³ Não vamos nos aprofundar nos estudos do imaginário, mas, inspiradas pela leitura de Juremir Machado da Silva (2017), compreendemos como excedente simbólico tudo aquilo que excede a realidade ao mesmo tempo em que dá sentido a ela.

apresenta de maneira muito próxima do debate em que estamos prestes a adentrar quando lança a questão: “Qual é a relação entre, de um lado, o corpo, como uma coleção de órgãos, sentimentos, necessidades, impulsos, possibilidades biológicas e, de outro, os nossos desejos, comportamentos e identidades sexuais”? (WEEKS, 2001, p. 40).

Portanto, não só para este capítulo, mas para todo o trabalho, manteremos em nossas vistas o *corpo* enquanto um campo de disputas, apropriado e reivindicado por diferentes áreas do conhecimento. Se, inicialmente, as sexualidades ganharam seus espaços enquanto uma categoria estudada pela área da medicina, em um dado momento as áreas das humanidades vão se inserir neste debate e trabalharemos com a perspectiva de comportamento sexual. Este conceito, por ter sido exportado das ciências biológicas, se apresenta de forma problemática, uma vez que os interesses das áreas a quem ele atende são indiscutivelmente diferentes (GIAMI, 1994).

As contribuições das áreas da biologia e da fisiologia são, invariavelmente, importantes para a manutenção da vida e o prolongamento da existência do corpo enquanto matéria. A despeito disso, o caráter prescritivo não alcança os debates na arena do comportamento sexual fundamentado nas relações, e é aqui que as áreas das humanidades estão concentradas. O recorte social das relações, a subjetividade dos indivíduos, a reivindicação dos corpos como meio de sobrevivência da liberdade sexual cria, sem dúvidas, uma tensão. No limite, de um lado teremos a forma de fazer ciência de uma perspectiva positivista protagonizada pelas ciências biológicas pautada e validada pela moralidade que silencia manifestações sexuais fora da norma; e de outro lado teremos os estudos das relações sexuais, para além do ato sexual, como característica de um comportamento humano que se desprende, ou se liberta, a todo tempo, de qualquer normatização.

2.1. Liberdades sexuais: tensões e debates

Concentrados na mesma área de conhecimento, qual seja, a antropologia, os estudos que foram e ainda são basilares para a constituição de uma perspectiva da sexualidade para além das ciências biológicas se apresentam em correntes, por assim dizer. Desta forma, podemos assinalar duas abordagens antropológicas que guiaram os estudos: a *construção social* e a *influência cultural*, como recupera Richard Parker

(2001). Ambas abordagens perpassaram um período que se estendeu do começo ao fim do século XX. Enquanto a teoria da *construção social* observa a sexualidade como o resultado de uma construção pela cultura através do tempo, a *influência cultural* entende a sexualidade como “imutável, mediado em maior ou menor extensão pelo contexto cultural” (PARKER, 2001, p. 128). Dentre as principais diferenças entre as duas correntes, gostaríamos de assinalar um debate que reverbera na atualidade: por um lado, a categoria da *construção social* nos permite observar com distinção classes como identidades sexuais e atos sexuais, colocando em suspenso noções e perspectivas essencialistas; a *influência cultural* funde, unifica as concepções de gênero às de sexualidade e identidade sexual.

Seguindo a evolução cronológica pela perspectiva da *construção social*, que vibra nos subterrâneos de nosso trabalho, observamos que o estudo da identidade sexual enquanto meio de acesso às raízes da homossexualidade masculina, por assim dizer, foi desenvolvido em 1968 pelo inglês McIntosh quando investigou a história da homossexualidade na Inglaterra. A despeito de suas contribuições, Jeffrey Weeks, em 1977, articulou um redirecionamento teórico, desvinculando a identidade sexual na manifestação da sexualidade, ou melhor, do comportamento sexual.

Essas fundamentais contribuições aconteceram, como vimos, na segunda metade do século XX. Voltando nossos olhares para os estudos etimológicos, a homossexualidade enquanto conceito, ou categoria, foi cunhada na Alemanha, em 1869, pelo médico Karoly Maria Benkert (1824 - 1882), para designar pessoas que têm relações com outras pessoas com as mesmas características de corpo reprodutor. Irineu Ramos Ribeiro (2010) recupera o contexto da criação do termo: assim como outros momentos vividos pela comunidade gay, este também foi de embate. Alemães prussianos que ocupavam cargos de legislação estavam na iminência de aprovar um código penal que criminalizaria a homossexualidade entre homens. A partir daí o escritor médico Karoly Benkert se opôs a esse decreto e, mesmo assim, foi desconsiderado e a lei foi aprovada. Desde este primeiro contato com a bibliografia, é notório a relação entre a homossexualidade e a área da saúde, uma tensão revelada posteriormente entre os saberes biomédicos e as outras áreas de conhecimento que vieram pelas vias pavimentadas e constituídas de características prescritivas, daqueles saberes que, até então, foram responsáveis pelos estudos sobre homossexualidades.

Gostaríamos também de observar o que Jeffrey Weeks (2001) assinala sobre a *invenção*, para ser fiel às palavras do autor, do termo “homossexualidade”. O autor enfatiza o surgimento do termo enquanto invenção “pois é disso que se trata” (p. 61). Categorizar as relações sexuais nos faz operar na lógica de existência de uma forma “normal”, a heterossexualidade, e uma “anormal”, a homossexualidade. Segundo o autor, a ação da linguagem no surgimento dos termos marca um estágio nas definições de sexualidades. Até então, falávamos em sodomia e em toda a sua natureza pecadora. Assinalamos também o que Foucault (1993) aponta: a sodomia enquanto desvio ou aberração temporária, e a homossexualidade enquanto grupo, categoria própria. Desde a criação, invenção ou ainda categorização do termo, ele já carrega consigo uma carga de significação.

Para além das questões de definições de termos, categorias, vertentes e perspectivas de estudos sobre sexualidade e gênero, Parker (2001) nos alerta para a ação do Estado nas tensões existentes, ao pensarmos o corpo enquanto um campo de disputas. Se Jeffrey Weeks problematiza a invenção do termo homossexualidade, o que fez surgir a polaridade homo x hétero enquanto categorias em disputa, configurando uma relação de poder onde heterossexuais são privilegiados em relação aos homossexuais, Parker (2001) assinala que as políticas de regulamentação das sexualidades estão assentadas em perspectivas médicas que confrontam *saúde* e *doença*. A área das políticas públicas de saúde “tem sido dominada por médicos e cientistas de grupos étnicos e de classe socialmente poderosos” (p. 131). Ou seja, a área da saúde tem cor, tem raça, tem classe e, se avançarmos, tem gênero e sexualidade. O que aconteceria, pois, se essas disputas fossem mediadas por aqueles que são afetados diretamente (e diariamente) pelos resultados e resoluções de suas expressões na sociedade? O que é, no limite, um corpo doente ou um corpo saudável, se pensarmos os marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade?

A compreensão, surgida nos últimos anos, da sexualidade como socialmente construída tem, então, redirecionado grande parte da atenção da pesquisa antropológica e sociológica não apenas para os sistemas sociais e culturais que modelam nossa experiência sexual, mas também para as formas através das quais interpretamos e compreendemos essa experiência (PARKER, 2001, p. 131).

A passagem de Parker nos atentou para, dentre outras coisas, a importância dos meios de comunicação para a manutenção do *status quo* protagonizado pelos

estudos biomédicos quando levam à sociedade os debates sobre sexualidade, ou melhor, sobre homossexualidades. Os meios de comunicação enquanto tecnologias que fazem circular discursos e são constituídos dos mesmos, ao mesmo tempo que constroem identidades, são apropriados por comunidades já identificadas, por assim dizer. Ou seja, tanto os meios de comunicação de massa quanto a imprensa gay, além de serem um efeito de uma comunicação na cultura, também são parte fundamentalmente constituintes dessa cultura (BARROSO, 2007). Entenderemos a imprensa gay não só aqueles veículos de comunicação segmentados que disputam o mercado do *pink money* das audiências da comunicação, mas sobretudo os da imprensa alternativa, ou *nanica* (MACRAE, 1991) que configuram uma linguagem e um propósito político. Por isso, é de nosso interesse perceber como essa tensão existente entre as homossexualidades e a área da saúde aparece no *Jornal do nuances*, enquanto poder de voz e visibilidade da comunidade que, em alguma medida, não faz parte do seletivo grupo responsável pela formulação, ou melhor, pela *prescrição* de receitas ofertadas à comunidade LGBT.

2.2. Aids, estigma e a violência simbólica

Observamos, até o momento, os conflitos entre diferentes áreas do conhecimento quando a sexualidade está à superfície das discussões. Antes de observarmos o que o *Jornal do nuances* nos revela sobre as liberdades sexuais no contexto da Aids, é fundamental explorarmos o que estava em evidência em seu contexto de surgimento: a epidemia de infecção do vírus HIV e a Aids, por consequência. Para acompanhar o título desta seção, apresentamos uma perspectiva da área das humanidades sobre o HIV/Aids. Não nos interessa, neste momento, os estudos preocupados com diagnósticos ou prescrições. Falaremos de uma doença social, de um mal que violentou, e ainda violenta, aqueles que destoam da “normalidade”, que tem suas diferenças valorizadas de forma tão negativa quanto silenciada.

Para Jane Galvão (2000), a chegada da Aids ao Brasil não foi necessariamente no momento em que a doença havia sido diagnosticada em algumas pessoas. A chegada da Aids também foi simbólica e dada pela mídia, embora em nossa dissertação não nos propusemos debater essa característica. A diferença da epidemia

no Brasil, quando comparamos com os Estados Unidos (como vimos no capítulo anterior), é que os casos ainda não tinham sido reportados e a doença já ocupava lugar nos maiores noticiários da época. A leitura da autora, com a qual concordamos, é que a mídia teve participação importante na história social da Aids como uma resposta da sociedade civil, até mesmo antes de outros setores que posteriormente estariam envolvidos. Esta é, sem dúvidas, uma importante contribuição para que consigamos compreender a estigmatização como um processo em que diferentes esferas da sociedade estão envolvidas.

Nosso caminho para estudar o HIV/Aids enquanto elemento de discriminação, não enquanto um objetivo de trabalho, mas como uma reflexão que nos auxilia em nossos objetivos, começa por pensar que o vírus, a doença e a *estigmatização* configuram três diferentes epidemias (PARKER e AGGLETON, 2001). A mais silenciosa delas é o primeiro estágio da epidemia da Aids: a transmissão do vírus nas diferentes comunidades. A segunda, já ligada à ação do vírus no corpo, seria a própria Aids enquanto doença que reflete essa agência, uma vez que, como é sabido, o vírus atinge diretamente o sistema imunológico do organismo. A terceira epidemia, a mais potente e rumorosa, vem com a resposta das esferas sociais, culturais e políticas à doença.

Sendo biologicamente tão complexo como é o Vírus da Imunodeficiência Humana, essa complexidade se empalidece em comparação com a complexidade das forças sociais envolvidas na produção e na reprodução do estigma em relação ao HIV e à Aids (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 8).

Sobre isso, assinalamos com nitidez o terreno onde assentaremos nosso trabalho: a Aids enquanto recurso de *estigmatização*, muito mais do que o estigma enquanto atributo inerente às diferenças. Observaremos com atenção os elementos que estigmatizam, e a discriminação enquanto processo das conexões sociais. Desta forma, caminharemos pelas relações de poder e seus mecanismos de manutenção de uma hierarquia social, de uma ordem cultural. A doença figurou, com propriedade, um importante personagem para a preservação de privilegiados e privilégios em detrimento de marginalizados, da relação de dominação sobre dominados.

Fundamental, portanto, direcionar nosso pensamento para que possamos questionar algumas estruturas de ordem social que são aceitas de forma indiscutível

(veremos que, no *Jornal do nuances*, instituições como o casamento, a monogamia, a heteronormatividade, o sexo pela reprodução foram, ao longo de sua existência, amplamente ironizados e questionados). Embora este trabalho opte por observar o *processo de estigmatização*, muito mais do que o estigma em si, recuperamos alguns estudos fundamentais para que as pesquisas com essa perspectiva fossem possíveis. Um deles é de Erving Goffman (1988). Nele, o autor nos apresenta o estigma como algo, antes de qualquer coisa, depreciativo, fruto de uma característica, ou melhor, de uma “indesejável diferença”. Ora, uma vez que se assume existir um “diferente”, em nossa análise se torna nítida a existência de um esforço mínimo para concentrar padrões de opressão (MARSHALL, 1998), bem como de dominação (como é a relação heterossexual x homossexual).

Desta forma, não perderemos de vista características de processos de estigmatização importantes: o estigma (enquanto elemento central da estigmatização) é **histórico** (quando são recuperados valores e instituições sociais aceitas e tidas como padrão); é **contextual** (ou seja, ele se flexibiliza de acordo com o que acontece naquele contexto); é **apropriado e aplicado de forma estratégica** (por exemplo, a categorização da Aids enquanto *Peste Gay*) e, por fim, ele é fruto de **relações de dominação**, bem como as reproduz, configurando cenários de desigualdade social. Finalmente, podemos dizer que aquelas estruturas das elites do conhecimento, comentadas anteriormente neste capítulo, legitimam a estigmatização. Elas são, no que cabe na ironia, as estruturas da verdade (PARKER e AGGLETON, 2001).

Ainda, podemos compreender o processo de estigmatização como resultado de todas as características acima pontuadas, como uma produção insistente de diferenças, que valoriza e exalta de forma negativa as diferenças e, desta forma, é dada a manutenção da ordem social. Isso acontece por meio de um “aparato simbólico opressivo” (PARKER e AGGLETON, 2001), que resulta na violência simbólica. Práticas e palavras servem como ferramentas que promovem interesses de grupos em situação de dominação em detrimento de outros, estabelecendo hierarquias rigorosas em que grupos dominados entram em estado de aceitação de sua dominação. Esta característica nos interessa na medida em que estamos investigando um jornal que se apropria, ou melhor, reivindica o poder das palavras e da comunicação para escrever uma outra história, para promover os interesses de grupos

dominados, que não usufruem dos mesmos privilégios daqueles grupos que mantêm sob controle, inclusive, alguns veículos de comunicação.

Podemos dizer, então, que o processo de estigmatização estabelece relações hierárquicas simbólicas, e é por meio desse excedente de significação que ele opera. As poderosas metáforas que circularam para designar a Aids e seus efeitos sociais podem ser elencadas da seguinte forma, segundo nossa bibliografia consultada até este momento: a Aids como a própria *morte*; como *punição* (principalmente de comportamentos considerados imorais e fora da norma, como é a homossexualidade); como *crime* (e aqui se estabelece a relação de vítimas e culpados, como recuperamos em leitura de Seffner (2007) no primeiro capítulo deste trabalho); como *guerra*; e como o *Outro*. Observando todas essas metáforas, concordamos com Treichler (1988): a Aids é uma epidemia de significação que se constrói a partir de manobras dadas pela língua.

(...) devido a tais práticas culturais e linguísticas, particularmente pelo modo como são veiculadas pela mídia e mais tarde integradas à cultura popular, as pessoas são estimuladas a formar imagens altamente complexas e frequentemente imprecisas nos seus entendimentos sobre epidemia sem ter tido qualquer contato real ou direto com ela (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 19).

Gostaríamos de olhar com mais atenção para duas metáforas assinaladas anteriormente: *punição* e o *Outro*. Entendemos que todas as metáforas se sustentam pela relação simbólica entre elas: morte e guerra, crime e punição, e o Outro a quem é atribuído todos esses efeitos de sentido. Se a morte é um resultado direto da guerra, a punição aparece como consequência de um crime. Mas a punição é definida por quem e com base em quais leis simbólicas? Qual é o crime que foi cometido? É pensando nisso que vamos trabalhar mais profundamente com esta metáfora, tendo em vista que o estigma da Aids não opera exclusivamente no contexto da epidemia, muito menos surge quando a doença acomete as populações.

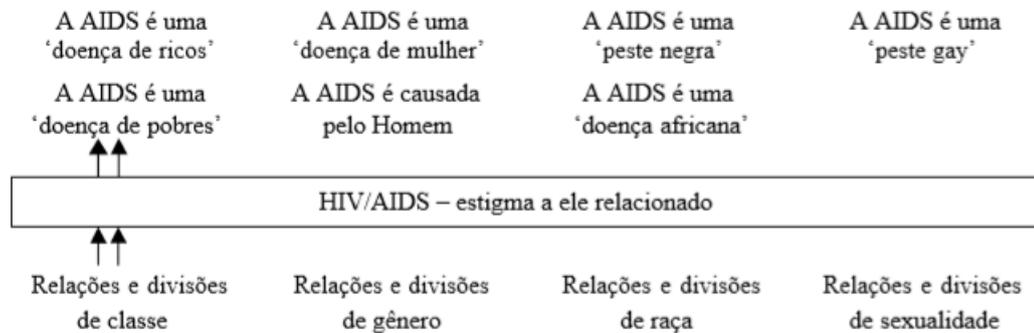
Para pensar o processo de estigmatização como um processo de significação, é necessário “desvendar a triste história da estigmatização e discriminação que existia anteriormente” (PARKER e AGGLETON, 2001). Se retomarmos as categorias que a biomedicina (representadas pelo artigo a que nos referimos no primeiro capítulo) assinalou quando se referiu aos efeitos da Aids como um processo *feminização*, *heterossexualização*, *interiorização* dentre outros, temos uma pista do que vem

anteriormente e que constitui a essência do processo de estigmatização: os marcadores de gênero, de sexualidade, de raça e de classe. Para os autores, o estigma sexual, no caso da epidemia do HIV/Aids, é o que fica visível mais rapidamente, e o motivo é óbvio: a transmissão sexual como a principal forma de disseminação do vírus.

Portanto, associar o processo de estigmatização da Aids apenas observado pela doença ou pelo contexto em que a doença começa a ser diagnosticada, não nos permite entender e interpretar a carga simbólica de cada elemento que figura em sua complexa rede de sentidos. É por essa carga de significação que a manifestação da sexualidade carrega em si, que a metáfora da *punição* (em um esforço de isolá-la da metáfora do crime) ganha sentido: é punido aquele e aquela que infringe uma norma. De qual norma estamos falando? Falamos da norma sexual, a *heteronormatividade* que, quando a associamos a outros comportamentos, nos revela os crimes sexuais que são configurados a partir desta quebra de regras.

Entendemos a *heteronormatividade* não só como a norma heterossexual do ato sexual, mas o modo de vida que se dá a partir de uma relação afetiva heterossexual: monogamia, casamento, sexo por amor, enfim. O conjunto de comportamentos institucionalizados que validam e dão forma à uma vida afetiva e sexual. Fora da *heteronormatividade*, podemos localizar o sexo pago ou a prostituição, a promiscuidade, a poligamia, o desvio sexual (e todas as possibilidades que a liberdade sexual nos proporciona). O *crime* de viver de outra forma traz consigo uma *punição*, aceita e tolerada pelas populações (PARKER e AGGLETON, 2001). Cria-se, desta forma, a categoria de risco, de exposição, as populações chave. A figura a seguir, elaborada pelos autores, torna nítida a produção de estigmas com base em elementos anteriores à Aids:

Figura 4 - A produção do estigma e os marcadores sociais



Fonte: PARKER e AGGLETON, 2001, p. 20.

Todas as metáforas, assim como todos os marcadores carregados de estigmas e de significações que antecedem a epidemia, configuram uma separação de grupos de pessoas, assegurando e reafirmando a existência de um *outro* ou de um grupo de que não se faz parte. Desta forma, observaremos a metáfora do *outro*: como forma de se colocar a parte da epidemia; como forma de estabelecer essa guerra simbólica contra um vírus; como formatação de inocentes e culpados e, talvez mais emblemático, como negação da liberdade sexual exercida em sua plenitude. Dentre todos esses efeitos de sentido que se tem ao estabelecer um distanciamento entre um *eu* e um *outro*, como metáfora acionada para distinguir mais ou menos atingidos, mais ou menos culpados, o exercício do *outro* como negação da liberdade sexual é o que nos parece mais violento.

Por tempos, e antes desta dissertação, tivemos a impressão de que o *outro*, pensando o contexto da epidemia e das normas sexuais, seria a população LGBT e seu alto índice de diagnósticos do vírus HIV. Sem nos alongarmos nos outros marcadores, que são fundamentais, mas não estão explorados no recorte deste trabalho, nos causou estranheza quando nos deparamos com a informação que 73% da população soropositiva do Rio Grande do Sul é autodeclarada heterossexual. Em um primeiro momento, lemos o dado como uma hipocrisia das *identidades legitimadoras* (CASTELLS, 1999b) que atribuem os sentidos sobre culpa, crime e punição às *identidades de resistência* (concordando com Manuel Castells que faz referência às populações em condições desvalorizadas). Contudo, o *outro*, assim como a epidemia, é também excedente de significação, não é estático. Não é apenas *outro* grupo, mas sim uma outra forma de assumir o quanto do *outro* há em nós

mesmos. Somos sempre o *outro* de alguém. A *autodeclaração* heterossexual, encontrada nos relatórios consultados no primeiro capítulo desta dissertação, nos revela que se a epidemia da Aids veio para reforçar estigmas tatuados nas sexualidades fora da norma, também veio para enclausurar as heterossexualidades nelas mesmas. Podemos pensar nas declarações de Célio Golin sobre o projeto *Poa Noite Homens*, ou ainda podemos recuperar o que foi declarado sobre relações monogâmicas: ainda que se tenha relações sexuais fora do casamento, a institucionalização da heterossexualidade pesa mais sobre as sexualidades do que as próprias liberdade sexuais. Dizer que 73% da população soropositiva é heterossexual, definitivamente, não é a mesma coisa que dizer que 73% da população soropositiva é autodeclarada heterossexual. Levanta-se um muro entre as liberdades e as prisões simbólicas, ou seja, para ver-se livre dentro da individualidade, socialmente se conforma em viver dentro de prisões simbólicas, representadas aqui pela *autodeclaração* heterossexual.

Para encerrar esta seção, recuperamos o que Seffner e Parker (2016) assinalam como o “jogo de fazer viver e deixar morrer” (p. 301). Os autores exemplificam o que chamam de jogo observando, por exemplo, a recorrência de soropositivos na adolescência. Para os autores, há um esforço para que sejam ofertados tratamentos e exames, ao mesmo tempo (e até nos parecendo controverso) em que há fortes restrições em relação à possibilidade de instruir jovens sobre sexualidade. Gostaríamos também de tensionar os efeitos simbólicos da medicalização. Os efeitos do *outro* enquanto mecanismo linguístico do processo de estigmatização, em nossa leitura, também são abrandados pela medicalização. Seffner e Parker (2016) já sublinhavam que quando temos em nossa sociedade algumas pessoas que vivem com HIV, todos nós enquanto indivíduos vivemos com HIV:

A medicalização traz consigo uma ontologia individual liberal, enquanto, em seu início, a resposta brasileira à Aids, com sua forte conexão com os direitos humanos e a ênfase na solidariedade, apontava para uma ontologia social que enfatiza: a interdependência dos seres humanos, a importância das comunidades, a importância do espaço público como lugar de respeito à diversidade e negociação das diferenças (SEFFNER e PARKER, 2016, p. 301).

Desta forma, propomos a reflexão: os poderes simbólicos de metáforas como agentes conformadores de processos de estigmatização anteriores à doença enfrentam, em algum momento, o efeito simbólico das medicalizações que relembram as identidades, sejam elas *dominantes*, de *resistência* ou de *projeto*¹⁴ (CASTELLS, 1999b), que somos feitos da mesma carne, que temos a mesma consciência da morte, que sentimos medo, frio, fome e tesão. Se observamos os efeitos de sentido que o outro aciona, ou melhor, a carga de significação quando atribuímos a um grupo de pessoas o lugar de inocentes ou culpados, mais ou menos predispostos a uma infecção, acompanharemos o primeiro editorial do *Jornal do nuances* para uma possível interpretação do *outro* inscrito naquela publicação que inaugura, na arena da imprensa, o primeiro jornal gay do Rio Grande do Sul.

2.3. Ousamos prescrever uma dieta de prazeres

O contexto de circulação da primeira edição do *Jornal do nuances*, nos recortes que nos interessam, já é dado neste trabalho: em 1998, o grupo *Nuances: grupo pela livre expressão sexual* disponibilizava a primeira edição de seu jornal. Fruto de investimentos públicos da área da saúde, o periódico atravessava o momento em que o país vivia o *pânico moral* causado pelas três fases da epidemia, como vimos no início deste capítulo. Se Jeffrey Weeks nos assegura que toda epidemia esbarra nas dimensões sociais, políticas e culturais, também podemos concordar que a Aids, assim como outras (como a tuberculose) esbarra também nas concepções morais.

Nesse processo de interpretação da violência simbólica estabelecida pela epidemia da Aids, o pânico moral se dá pela agitação de ansiedades sociais que podemos identificar em alguns agentes simbólicos (WATNEY, 1989). Podemos destacar as metáforas, observadas na seção anterior, como vias de acesso a essas ansiedades. Mais do que isso, podemos identificar a manifestação do pânico moral também nos jornalismo hegemônicos, como *O Globo* que, em 30 de junho de 1985,

¹⁴ Castells (1999b) compreende as identidades de projeto como a reconfiguração de uma identidade de alguns atores sociais com base no acesso que têm de materiais culturais e, por consequência, há uma redefinição de sua posição social e atuação na sociedade, estabelecendo uma outra estrutura. De certa maneira, a identidade de projeto atravessa as identidades legitimadoras e as identidades de resistência.

veiculava uma matéria cujo título era “Aids: entre o estigma e o pânico, cresce a incidência”. Ainda podemos lembrar o jornal *O Dia*, de 18 de agosto do mesmo ano, que apresentava a manchete “Aids: o Brasil se mobiliza contra a neurose coletiva”. Compreendendo que ansiedade é um estado de medo, de agitação, de precipitação de situações, de neurose, nos ocorre o questionamento: o que aciona esse medo? A quem, ou quem, ele é direcionado? É inevitável transitar entre respostas como o medo da morte, mas, mais do que isso, a Aids representa o medo das desconstruções morais e, talvez, seja exatamente isso o que sustenta a trama de sentidos de suas metáforas, principalmente as de *crime e punição*.

Para nossa leitura do primeiro editorial do *Jornal do Nuances*, manteremos esse estado interpretativo de nosso estudo. Nos atentaremos às metáforas e a outras teias simbólicas que fazem transitar sentidos que excedem as representações materiais das palavras em seu valor semântico. Seremos levadas pelo texto e deixaremos que o próprio grupo nos apresente o contexto pela perspectiva daqueles que se colocam como frente de reivindicações pela livre expressão sexual. Antecipadamente, destacamos algumas passagens para que nosso autor mantenha sua atenção nos trechos que comentaremos.

Os tempos têm sido de batalha. Faz seis anos que estamos caminhando, *buscando um rumo entre uma sociedade que por vezes tenta nos fazer cegos, surdos ou desprovidos de todos os sentidos*. Nem sempre se sabe onde o norte está, e mesmo sem andar em círculos passamos por cenários que se repetem, personagens que já conhecemos. Muitas locações novas, porém, e muitos novos ‘prazer em conhecer’. A fome e a sede não são obstáculos capazes de nos parar; nem mesmo nos atrasa o medo de quem nos vê quando pensava que fôssemos invisíveis. *Queremos dizer para o mundo que existimos e estamos munidos com arma poderosa: o berro! Dando continuidade em nossa jornada, a partir de agora contamos com um incremento de munição – nosso grito vai alcançar mais gente, outras fronteiras. O Jornal do Nuances é nossa mais recente forma de interlocução com a sociedade*. Para nós, nuances – grupo pela livre expressão sexual, vem em boa hora este veículo mega-falante. É fundamental, para nós, expressar as idéias [sic] que viemos amadurecendo desde que nos conhecemos como gente. *Dizer que queremos as (...) questões relativas à sexualidade humana, mais precisamente às homossexualidades. Discutir as ideologias que permeiam e interferem diretamente em nossas vidas. Fazer uso de uma linguagem clara e direta para varrer qualquer das formas de preconceito e propor outros entendimentos do que é tido hoje como ‘normal’*. Mas não só. Mais. Fazer com que saibam que nossa marcha também é uma parada, daquelas paradas em que o povo se diverte

enquanto dá o seu recado. A proposta sendo discutir, polemizar, propor novas formas de pensamento e mudanças, por si não se restringe a sugestão de algo monocromático, minimal. **Ousamos prescrever uma dieta de prazeres.** Porque ninguém é de ferro, gente! *Não custa lembrar que sexo é gostoso, e saudável, combate as cáries, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não causa câncer! Vamos conversar sobre Ética e Moral.* Vamos debater assuntos que envolvem as relações de sexo e *abater a hipocrisia e a culpa que as assombram. A participação de todas as entidades da sociedade civil é de vital importância no diálogo, uma vez que 158 trabalham diretamente com a população e assim podem contribuir de forma efetiva para esse processo de transformação. Isto é um convite! Com este periódico pretendemos trabalhar questões relacionadas com as sexualidades, quaisquer que sejam suas acepções, gênero, Direitos Humanos, AIDS, opiniões, cultura e 'babados' que andam acontecendo nos cenários locais. Fica esperto! É de nossa responsabilidade nos organizar, criando novos espaços que possibilitem dizer o que pensamos, denunciar o que acreditamos violar nossos direitos e propor ações afirmativas.* Muito temos feito. Hoje estamos com mais um integrante; este que tu estás lendo. O nuances conta com que ele dê o recado, e que seja porta de entrada para que outros interessados venham nos conhecer. Afinal, tanto mais alto vamos falar e longe ser ouvidos quanto mais vozes a nossa se juntarem (JORNAL DO NUANCES, 1998, p. 2)

A primeira característica que consideramos fundamental relembrar é: a epidemia da Aids, em todas as suas três etapas, é contextual e o processo de estigmatização acionado por ela não tem sua origem no vírus ou na doença, mas sim em características e comportamentos individuais e coletivos que historicamente são discriminados. A liberdade sexual, ou a *livre expressão sexual*, bem como os esforços para sua contenção sempre foram tensões morais e, desta forma, configuram gatilhos para ansiedades. No início do texto, somos (enquanto leitoras e leitores do jornal) transportados para a realidade vivenciada pelo grupo: *buscando um rumo entre uma sociedade que por vezes tenta nos fazer cegos, surdos ou desprovidos de todos os sentidos.* Constrói-se, desta forma, uma disputa de si mesmos: por um lado, uma sociedade capaz e com agência suficiente para controlar os sentidos de alguns indivíduos, e por outro lado, esses indivíduos reivindicando o direito de sentir, de ver e escutar. Quem, afinal, é o *outro*? A sociedade que tenta silenciar sentidos pode ser lida como o *outro* do texto, e é assim que se dá o jogo do *eu* e do *outro*, ao mesmo tempo em que se quer fazer parte¹⁵, em que se reivindica um lugar. Podemos mesmo

¹⁵ Chegamos, desta forma, à tensão existente entre identidade e alteridade que se constituem mutuamente. Explicaremos essa tensão por meio do pensamento da alteridade lacanianiana, e recuperaremos D. Maingueneau (2008) para refletirmos sobre o lugar *d'O outro*: "Ser significa

dizer que o outro é sempre aquele à margem, a quem é determinada uma série de restrições?

Ainda, é instigante como o grupo compreende o jornal: como uma munição, como uma força armada para uma guerra. Ainda, o jornal, ou melhor, a comunicação é entendida como o berro, como a voz. Preferimos interpretar que o jornal é a visibilidade de uma comunidade, que já possui voz, apenas não é ouvida. A forma de interlocução com a sociedade é também um movimento para se ver inserido nela, não apenas sendo pauta, mas pautando e garantindo que, de alguma forma, a marginalidade seja compreendida também como constituinte do meio social.

Dizer que queremos as (...) questões relativas à sexualidade humana, mais precisamente às homossexualidades. Discutir as ideologias que permeiam e interferem diretamente em nossas vidas. Fazer uso de uma linguagem clara e direta para varrer qualquer das formas de preconceito e propor outros entendimentos do que é tido hoje como 'normal' (JORNAL DO NUANCES, 1998, p.2).

Por este trecho, podemos compreender que o grupo se posiciona como um questionador de normas, um agente propagador das liberdades sexuais pronto para discutir e polemizar as sexualidades reprimidas, os prazeres contidos por detrás de ideologias que cerceiam o acesso aos corpos e aos sexos. Para isso, uma ferramenta útil assinalada no trecho é linguagem clara e direta para que se faça compreensível a problematização da normalidade, da moralidade, de padrões de relações afetivas e sexuais obsoletos. O que o jornal ousa propor é uma dieta de prazeres: **Ousamos prescrever uma dieta de prazeres.**

O principal motivo de ter apresentado o enunciado *Ousamos prescrever uma dieta de prazeres* no título desta dissertação, é que por meio dele o *Jornal do nuances* mobilizou sentidos que vamos, durante a análise neste capítulo, percorrer e localizar: *ousamos*, conjugado na primeira pessoa do plural, revela a existência de um coletivo, uma comunidade; *prescrever uma dieta* nos transporta para relações médicas, científicas, que um médico não aconselha ou preceitua, mas prescreve, e deste modo

comunicar... O homem não possui um território interior soberano, ele está inteiramente e sempre em uma fronteira; olhando para o interior de si, olha nos olhos do outro através dos olhos do outro" (MAINGUENEAU, 2008, p. 33). Entenderemos a presença *d'Outro* não como um interlocutor, mas sim como constituinte de um *eu* no espaço discursivo. Há, portanto, uma descentralização de um *Mesmo* e, de acordo com o autor, "é aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade" (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

o periódico desloca o sentido, ou melhor, se apropria e subverte o sentido em uma relação parafrástica em sua função-autor e estabelece em seu interlocutor uma associação com a esfera de saúde pública (que foi, no limite, sua financiadora); por fim, *prazeres*, não enquanto elemento tanto estudado pelas psicanálises, mas como meio de acesso àquilo que a comunidade tem em comum: o deleite de experimentar a liberdade sexual, e por isso ser reprimida por sistemas perpetuadores de hierarquias sociais que enquadram as homossexualidades como anormalidades.

A liberdade, a moral e a ética são relativizadas e tensionadas no trecho: “Não custa lembrar que sexo é gostoso, e saudável, combate as cáries, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não causa câncer! Vamos conversar sobre Ética e Moral” (p.2). A associação constante de termos e conceitos trabalhados e disseminados pelas áreas biológicas com sexualidades remonta essas disputas estudadas no começo deste capítulo, constituída pelas tensões e debates que permeiam os estudos das liberdades sexuais. A apropriação dos termos subvertidos em ironia é o que constitui o excedente de sentidos: o trecho nos leva a assumir que todos sentimos prazer, todos, em alguma medida, têm sua sexualidade. Ainda, o texto retira a sexualidade deste lugar intocável, inquestionável, *incomentável*: ela é associada a experiências triviais da vida humana, como a cárie e os cuidados com a pele. Na sequência, o trecho “(...) vamos debater assuntos que envolvem as relações de sexo e abater a hipocrisia e a culpa que as assombram” já justifica a razão e a origem de esse debate ser necessário, desta forma: a culpa e a hipocrisia colocaram as liberdades sexuais dentro de um armário. E as trancaram.

2.4. Compilado segundo

Até este momento, acessamos os boletins epidemiológicos que nos possibilitaram mensurar, estatisticamente, a presença do vírus HIV e a epidemia da Aids no Brasil e no Rio Grande do Sul. Durante o capítulo dois, percorremos alguns estudos que nos mostraram que as sexualidades, há algum tempo, protagonizam uma arena de disputas entre diferentes áreas do conhecimento. Ainda, percebemos a Aids, pela perspectiva de sua história social, ou seja, observamos a epidemia pela

perspectiva das populações acometidas não só fisicamente pela doença, mas simbolicamente.

Recorremos aos estudos de Parker e Aggleton (2001) para estabelecermos a espinha dorsal de nossa dissertação: a epidemia da Aids é uma epidemia de significação. Os autores nos explicaram que podemos elencar três diferentes epidemias despertadas no contexto da Aids: a primeira, relativa à infecção do vírus; a segunda, relativa ao seu desenvolvimento para a doença que acomete o sistema imunológico (a Aids) e, por fim, a terceira, relativa aos processos de estigmatização sofridos por populações específicas. A terceira epidemia, segundo os autores que mencionamos, é sempre histórica, contextual, é apropriada e aplicada de forma estratégica, sempre fruto de relações de dominação.

Ainda, é importante assinalarmos que os processos de estigmatização acionados pela doença não tem origem por si só, com a infecção do vírus, mas é uma retomada de discriminações por alguns marcadores, que conformam as relações de dominação citadas no parágrafo anterior. São eles: gênero, raça, classe e sexualidade. A Aids já figurou como a doença das mulheres, como a doença dos negros, dos pobres e o estigma que ainda persiste, como a doença dos gays. A despeito desta última classificação, vale lembrar que não são apenas homossexuais que estão sujeitos às discriminações, mas todas as manifestações das liberdades sexuais, como as profissionais e os profissionais do sexo, ou pessoas que não mantêm relações monogâmicas.

Além disso, os autores comentaram as poderosas metáforas que dão vida ao poder simbólico da doença: *morte*; *punição* (principalmente de comportamentos considerados imorais e fora da norma, como é a homossexualidade); como *crime* (a relação de vítimas e culpados, como recuperamos em leitura de Seffner (2007) no primeiro capítulo deste trabalho); como *guerra*; e como o *Outro*. Principalmente a metáfora da *culpa* é algo vamos retomar ao longo de nosso trabalho e que, como anunciamos em nossa introdução, constituirá um *elemento analisador* durante o quarto capítulo desta dissertação.

Em um primeiro contato com o *Jornal do nuances*, notamos que é exatamente nesta fresta que ele se coloca: como um agente que dá visibilidade à população que não se vê contemplada pelas normas de gênero e de sexualidade reforçadas socialmente. Por isso, a proposta do jornal, podemos dizer, está baseada em falar, ou

melhor, em *berrar* sobre as liberdades sexuais, quaisquer que sejam, que são frequentemente enclausuradas nos modelos morais e heteronormativos. Para nossa discussão futura, vamos avisar nosso leitor: a hipocrisia a que o jornal se refere desde seu primeiro editorial, explorado neste capítulo, é um elemento que permanece sob questionamento ao longo de sua existência.

Assim, organizamos o que vem a seguir: a Aids configura um elemento de estigmatização (e, no recorte deste trabalho, das liberdades sexuais), então revisitaremos, primeiro, estudos que nos apresentam liberdades sexuais ao longo da história, mesmo que de forma breve. Na sequência, comentaremos as características contextuais observadas por diferentes ângulos, subsidiadas sobretudo pelos estudos da sociologia, e percorreremos os movimentos pelas liberdades sexuais, ou como é comumente conhecido, movimentos homossexuais. Ainda, comentaremos alguns aspectos desses movimentos revelados e percorridos pela imprensa gay (também recorte deste trabalho). No final do próximo capítulo, ajustaremos nossa investigação para o contexto local de surgimento do grupo *Nuances: pela livre expressão sexual*. Conheceremos, portanto, as liberdades sexuais em um debate no Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA E (R)EXISTÊNCIA: LIBERDADES SEXUAIS NO BRASIL

*O mundo dá voltas
 Mas eu dou a volta na rima
 Ser viada não é só close, batom, glitter e purpurina
 Se eu quiser eu desço do salto
 Se não, te enfrento de cima
 (Tomara – MC Linn da Quebrada)*

As manifestações sexuais, como percorremos até este capítulo, são, em essência, um campo de disputas entre a moral, a manutenção de comportamentos normativos, e as liberdades reivindicadas. Observamos que a Aids, enquanto doença proveniente de um vírus que teve sua disseminação principalmente pelo ato sexual, constitui um processo de estigmatização histórica que não teve origem nos primeiros diagnósticos, mas na discriminação das múltiplas expressões sexuais. Tensionamos as metáforas utilizadas que fizeram transitar sentidos sobre a doença e, mais do que isso, sentidos sobre as populações acometidas, afetadas pela epidemia. Também problematizamos a *autodeclaração* enquanto mecanismo que assegura o lugar *do outro*, mas que, quando cotejamos essas concepções com os resultados das pesquisas recuperadas no primeiro capítulo, também nos revela o quão inconsistente este lugar pode ser. Ou seja, 73% da população soropositiva no Rio Grande do Sul se *autodeclara* heterossexual, ao mesmo tempo em que há sujeitos em relações monogâmicas heterossexuais que procuram parceiros fora do casamento, como nos mostraram algumas iniciativas do grupo *Nuances* recuperadas no primeiro e no segundo capítulo desta dissertação.

Nosso objetivo, neste capítulo, é compreender como esse lugar das liberdades sexuais foi conduzido pelos movimentos LGBT ao longo dos anos e principalmente no período em que a epidemia da Aids afetava as populações. A pergunta que nos guia ao longo das próximas páginas não será foco de nosso esforço de resposta, mas é uma inquietação despertada enquanto essas linhas são escritas: de quê maneira as liberdades sexuais são reivindicadas pelos movimentos LGBT, quando temos a epidemia da Aids como elemento de análise? Por isso, percorreremos o seguinte caminho: comentaremos as três ondas (FACCHINI, 2003) do movimento LGBT;

observaremos como a arena da imprensa, sobretudo a imprensa alternativa (KUCINSKI, 1999), se configurava nos períodos estudados; e recuperaremos algumas informações sobre o desenvolvimento sanitário antes e durante a epidemia da Aids. Anunciando antecipadamente um dos condutores deste capítulo, atentaremos às áreas da saúde e suas relações com os movimentos homossexuais que, em alguma medida, buscaram contemplar as liberdades sexuais e foram, inegavelmente, determinantes do comportamento das instituições que delineavam a sociedade em tal contexto.

3.1. Resistir para existir

As primeiras movimentações surgem amparadas em teorias da psicologia e da psicanálise que levam em consideração mais a subjetividade do sujeito do que suas características biofísicas e biológicas. Para Ribeiro (2010), as primeiras lutas homossexuais ocorreram justamente como reflexo dos discursos médico-legais que vinham de encontro às práticas homoafetivas. A sociedade, com os padrões heterossexuais estabelecidos, não dispunha espaço aos gays, como bem lembra o autor. Podemos transpor este momento para a atualidade: fala-se muito sobre o “orgulho gay” não como uma autocomplacência, mas como algo que deriva de um esforço político, como um dispositivo que aciona a luta da resistência contra tal perseguição que desqualificara as relações homoafetivas.

Da mesma forma que observamos nossas raízes europeias quando nos propusemos a pensar o desenvolvimento científico acerca das homossexualidades¹⁶, assim o faremos para pensarmos as lutas. Um primeiro momento de tensão ocorreu na Alemanha, ainda no século XIX, pela descriminalização da homossexualidade e por sua despatologização. O médico Benkert já propunha que o termo “homossexualismo” fosse trocado por “homossexualidade”, uma vez que o primeiro termo – ao ser composto pelo sufixo “ismo” – denota doença para a medicina, como também ocorre com “hipotireoidismo”, “reumatismo” e “raquitismo”. O sufixo “dade”, de homossexualidade designa, por outro lado, “prática”, como ocorre como em “igualdade”, “solidariedade”, “fraternidade” e “promiscuidade”. Sobre isso, Facchini

¹⁶ Ver Apêndice 1.

(2003) afirma o vínculo e interesses estratégico-políticos na consideração da homossexualidade como doença. A autora recupera também M. Foucault¹⁷ e nos conta que a adoção do termo classifica, categoriza o comportamento e agrupa sujeitos no intuito de designar “pessoas que mantinham relações com outras do meu sexo”¹⁸. Deste modo, a linguagem funciona como um mecanismo de distanciar um comportamento da ideia de “fragilidade moral”.

Impulsionados pela movimentação de Benkerr, na Alemanha, de acordo com Saéz (*in* Ribeiro, 2010), em 1920 circularam pelo país que, na ditadura Hitler que mataria milhares de gays, cerca de 25 jornais de militância homossexual e pelas liberdades sexuais. No entanto, pouco tempo depois, o cenário mudaria completamente. A ascensão do modelo nazista atingiu diretamente a população homossexual: além de ter sido condenada à morte em campos de concentração, todo o acervo do Instituto de Ciência Sexual¹⁹ foi queimado e destruído. Além disso, “diversos grupos da época polemizaram contra as “maricas” de Hirschfeld, em particular, Blüher (movimento dos Wandervögel) e Adolf Brand (grupo da *Gemeinschaft der Eigenen*)” (RIBEIRO, 2010, p. 53).

Há de se lembrar que, segundo Marcelo Martins Rezende (2016), podemos dizer que o precursor dos movimentos homossexuais modernos foi o jurista Karl-Heinrich Ulrichs (1825 – 1895) que definiu a atração por pessoas do mesmo sexo, ou melhor, sujeitos que se atraíam por pessoas do mesmo sexo como *uranistas*. Curioso notar que, para o jurista, esse desejo era entendido como um terceiro sexo, portanto, natural. Além de Heinrich e Benkert, podemos relembrar também do alemão Magnus Hirschfeld (1859 – 1939) que se movimentou para que estruturas legais sofressem

¹⁷ Consideramos importante assinalar que, quando a autora cita Foucault, faz referência também à ideia de identidade e identificação dos indivíduos que, segundo o filósofo francês, eram sodomitas vistos como relapsos e como uma espécie à parte.

¹⁸ A categoria "homossexual" é bastante recente mesmo nas chamadas sociedades ocidentais. De acordo com o filósofo Michel Foucault, a adoção do termo, para designar pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo, fez parte de um movimento geral no sentido de criar categorias e espécies ligadas a comportamentos sexuais, especialmente impulsionados pelas práticas legais e pela categorização médica e psicológica no século XIX. Segundo a literatura, a própria criação da categoria "homossexual" e sua associação à ideia de patologia estariam ligadas a uma estratégia política de dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da ideia de crime ou fragilidade moral. (FACCHINI, 2007, p. 1).

¹⁹ O Instituto de Ciência Sexual existiu desde o século 19 e foi um dos poucos institutos da época a estudar e apoiar as causas gays. Todo o vasto acervo que lá continha, foi queimado por nazistas em meados dos anos 1920.

alterações de modo a interromper programas de punição a homossexuais. Posteriormente, em meados dos anos 1930²⁰, com movimento nazista as produções do médico foram destruídas.

As primeiras lutas pelas liberdades sexuais, e mantendo como frente as homossexualidades, sofreram um retrocesso depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os espaços lúdicos e culturais destinados a esse público gay já não existiam como antes na Alemanha. Facchini (2003) lembra que, em Amsterdã, na Holanda, em 1946 foi criada a primeira organização do mundo destinada a desconstruir uma imagem negativa da homossexualidade. Era o espaço denominado Coc (*Center for Culture and Recreation*). O órgão editava uma publicação mensal, no formato de jornal, sobre homossexualidade. O grupo era formado apenas por homens e ainda existe, agora em 24 associações locais e unidades nacionais. No entanto, foi nos Estados Unidos que o movimento encontrou resistência e travou um combate que ficou famoso internacionalmente. Em 1969, no auge e como decorrência do movimento da contracultura²¹, as ruas de *Greenwich Village* foram cenário de espaços lúdicos destinados ao lazer e sociabilidade da comunidade LGBT estadunidense:

Em 1969, era ilegal ter um estabelecimento público que reunisse homossexuais na cidade de Nova York (como ainda o é em muitos lugares nos Estados Unidos e em outros países). (...) As ruas do Greenwich Village, onde estava localizado o bar *Stonewall*, abrigavam muitos grupos jovens cuja política pelo nascente movimento contra a guerra do Vietnã, ideologias de esquerda, do feminismo, e de movimentos de direitos civis dos negros. Identificados com a realidade desses grupos sociais, gays e lésbicas estavam preparados para reconhecer a opressão e assim reagir a ela (RIBEIRO, 2010, p. 51).

Foi no bar *Stonewall* que manifestantes gays e a polícia local cravaram um confronto em 28 junho de 1969. Esse fato é marcado como o início de lutas homossexuais no mundo. A data é, inclusive, lembrada como o dia da luta pela

²⁰ Desse período de perseguição aos homossexuais, surgiu o símbolo mais antigo que representa o grupo homossexual: o *Triângulo Rosa*. Nos campos de concentração do regime nazista, os que eram capturados pelas “práticas proibidas” da homossexualidade recebiam um símbolo de identificação. Os homossexuais receberam o *Triângulo Rosa*, os judeus recebiam um emblema amarelo e, por fim, as mulheres (lésbicas ou não) eram marcadas por um triângulo da cor preta.

²¹ Contracultura foi um movimento da década de 1960, liderado na sua maioria por jovens que tinham como objetivo a ruptura dos padrões da época, fossem eles políticos, sociais, artísticos, filosóficos, culturais ou sexuais. A cultura *underground*, ou cultura alternativa, realizou o maior festival musical da história em 1969, o Woodstock, marcado pela juventude colorida que ressaltava a liberdade, a diversão e o fim da estética padrão.

diversidade sexual e, mais contemporaneamente, foi por essa razão que o mês de junho passou a ser escolhido para as paradas do orgulho gay em todo o mundo. Como recupera Facchini (2003), o poder simbólico deste dia vinha para demarcar a “emergência de um Poder Gay” (p. 45). Pensemos, portanto, nos desdobramentos da movimentação quando observamos o Brasil e, mais alinhado com nosso problema de pesquisa, em Porto Alegre.

3.2. Movimento LGBT: a primeira onda e o culto à liberdade

As liberdades sexuais que são, de fato, objeto, pauta e público com quem o *Jornal do nuances* dialoga, estão, em alguma medida, tensionadas pelos valores morais garantidos e avivados pelas instituições normatizadoras da sociedade: a família, o Estado, a fé religiosa e, sobretudo, os veículos de comunicação de massa. Em leitura da obra de Edward MacRae, nos chamou a atenção uma perspectiva do que seria a *marginalidade*, baseada em uma reflexão mais profunda sobre um sujeito marginal no final dos anos 1970 e aurora dos anos 1980. Ajustando nossos olhares, concordamos com o autor quando recupera que a marginalidade se configura e acontece pela agência dos marginalizados no que toca possíveis ameaças aos sistemas:

(...)ela é valorizada exatamente como opção de violência, em suas possibilidades de agressão e transgressão. A contestação é assumida como conscientemente. O uso de tóxicos a bissexualidade, o comportamento descolonizado, são vividos e sentidos como gestos, perigosos, ilegais e, portanto, assumidos como contestação de caráter político (HOLLANDA, 1968 *in* MACRAE, 1990, p. 21).

A despeito de concordarmos com a concepção de *marginalidade* de MacRae (1990), gostaríamos de enfatizar que estar à margem, muitas vezes, pode acionar sentidos de não pertencimento, de separação, de segregação de um contexto social. Contudo, é indispensável que mantenhamos em vista que a marginalidade é também constituinte da sociedade civil, e não está descolada dela. Desta forma, podemos nos lembrar do que apontamos, em leitura de Seffner e Parker (sobre o vírus HIV, ou a própria epidemia) que, se um indivíduo está doente, temos uma sociedade enferma, temos possibilidade de contaminação de todas as comunidades da esfera social. Com

isso, temos mais duas concepções balizadoras das reflexões deste trabalho: *sociedade civil e comunidade*. Se, segundo Sílvia Ramos (2004), a *sociedade civil* é constituída pela interação entre economia e Estado, esfera íntima, movimentos sociais, iniciativas voluntárias (entendidas como associações) e as comunicações públicas. Comentaremos essa interação, sobretudo no contexto da Aids, para ter pistas dos sentidos conferidos às liberdades sexuais quando mobilizamos a história do movimento social que se propôs, em tese, debater e validar qualquer e toda forma de manifestação da sexualidade: os movimentos homossexuais.

Antes de apresentarmos ao nosso leitor o que compreendemos por comunidade, gostaríamos de salientar a flexão no plural dos *movimentos sociais*. Muito inspiradas pelas leituras dos movimentos feministas e movimentos negros, compreendemos que quando comentamos os movimentos homossexuais acionamos as múltiplas identidades sexuais, manifestações sexuais e, de certa forma, de gênero. Temos, talvez, uma pista daquilo que nos sensibiliza: assegurados às homossexualidades os lugares de *outro* (enquanto mecanismo simbólico de trânsito de significação) e o lugar de *marginalidade*, não enquanto sinônimos, mas enquanto efeitos de sentido, em que medida os movimentos homossexuais proporcionam um diálogo entre todas as liberdades sexuais? Há, como já foi debatido neste trabalho, múltiplas formas de exercer relações hierárquicas de um grupo privilegiado sobre outros grupos. Mas nos é sensível pensar como se dá essa resistência para que, em algum momento, ela se torne apenas existência, sem demandar esforço de luta.

É também por isso que percorremos algumas definições de *comunidade*, para enfim compreendermos o que seria comunidade LGBT: podemos citar clássicos como Ferdinand Tönnies (1973, 1995), Max Weber (1973), ou algo um pouco mais recente como Zygmunt Bauman (2003), Manuel Castells (1999), Marcos Palácios (2001), Raquel Paiva (2003). Um dos pontos de encontro de todos esses pensadores e pensadoras é a existência de uma íntima relação entre comunidade e comunicação, e é para esta relação que olharemos com mais atenção ao longo deste capítulo. De todas as leituras, o que gostaríamos de apresentar ao leitor é a reflexão de Bauman (2003) quando nos assinala que a palavra comunidade nos aciona uma “sensação boa”, uma vez que esta é a segurança em meio a uma sociedade que insiste em não contemplar a manifestação sexual não-normativa. As palavras são, para além de uma fonte inesgotável de sentidos, um conforto, um afago, uma matriz de sensações. Por

isso, e nos explica Bauman (2003), quando assinalamos a comunidade LGBT, concordamos com o autor:

Os significados e sensações que as palavras carregam não são, é claro, independentes. “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra “comunidade carrega” – todos eles prometendo prazeres, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar. Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos, e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto (p. 7).

No Brasil, os movimentos também começaram no contexto social, econômico e político da metade do século XX e foram impulsionados pelos mesmos sentimentos libertários daqueles que atuaram em Nova Iorque. Impossível, então, seria estudar as lutas por seus espaços na constituição e na política desvinculadas das esferas citadas anteriormente no país e em outras partes do mundo. A década de 1960 teve uma forte herança da bipolaridade *capitalismo* (com os Estados Unidos como seu maior representante) e *socialismo* (dominado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Sucessora da Segunda Guerra que terminou em 1945 e ainda que não declarada, a Guerra Fria nos legou (enquanto nação) a necessidade de um posicionamento ante essas duas chaves. Dessa inquietação e do crescimento do poderio militar em um âmbito mundial, instalou-se no Brasil a Ditadura Militar entre 1964 e 1985. Quando nos questionamos sobre o reflexo desta configuração geopolítica nas homossexualidades, podemos dizer que a “ditadura militar não esteve diretamente preocupada com as homossexualidades” (PASSAMANI, 2009, p. 59). É fato que as liberdades, de uma forma geral, não foram garantidas pelos Anos de Chumbo. Apesar da repressão militar, não houve uma política específica que criminalizasse ou punisse de alguma forma os homossexuais. Isso não quer dizer que artistas LGBT da época não sofreram um retraimento de suas exposições, como relembra Green (2000).

Sem perder de vista este panorama, assinalamos o que adotamos enquanto conceito de *Movimento Social*. Primeiro, deixaremos evidente que um viés puramente marxista não nos contemplaria para pensarmos movimentos sociais em nosso trabalho, uma vez que a *luta de classes*, embora legítima, não é fator único

responsável pela marginalização populacional. Principalmente no Brasil, como assinala Passamani (2009), há diferença entre camadas sociais com recorte econômico, mas também falamos em diferenças raciais, de gênero e sexuais como marcadores responsáveis por delinear lugares de opressores e oprimidos. Com isso, podemos dizer que os movimentos sociais são político-culturais e não partidarizados:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (GOHN in PASSAMANI, 2009, p. 121).

Ao aproximarmos as definições de Glória Gohn das mobilizações homossexuais, por assim dizer, nos respaldamos novamente em Regina Facchini que nos apresenta o termo *movimento homossexual* (FACCHINI, 2003) para designar as entidades que foram constituídas para contemplar as demandas “necessariamente políticas” (mas não exclusivamente) de um grupo reunido de indivíduos que se identificam com alguma identidade sexual “tomada como sujeito desse movimento”. Ou seja, podendo ser institucionalizadas, mas não obrigatoriamente, essas associações que, em conjunto, caracterizam o movimento homossexual, reúnem indivíduos e defendem os direitos à livre sexualidade.

Tendo estas definições como orientadoras, veremos precisamente como os estudos sociológicos da autora explorou os movimentos homossexuais no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Facchini faz referência à dissertação de mestrado de Edward MacRae, de 1971, que “mapeou” 22 grupos de homossexuais organizados no Brasil, sobretudo no eixo Rio - São Paulo nesse período. A autora divide o histórico dos movimentos homossexuais brasileiros em três etapas. A primeira, entre os anos 1970 e 1980, foi marcada pelo antiautoritarismo advindo da Ditadura Militar (1964-1985) e pela politização da homossexualidade. Fez parte desse

momento o grupo paulista *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*²² que surgiu em 1978: para evitar o poder centralizado dentro do grupo paulista, havia variação da coordenação, que promovia reflexões e reforçava a identidade ativista e igualitária entre seus membros. Em fevereiro do ano seguinte de seu surgimento, o grupo *Somos* realizou a primeira manifestação pública organizada por um movimento homossexual, sediada na Universidade de São Paulo (USP) (PASSAMANI, 2009).

Não se sabe ao certo a data, mas tempos depois surgiu o primeiro grupo estritamente lésbico que reivindicava pautas e fóruns próprios de discussão. O *Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF)* assinalava que o *Somos* não contemplava as necessidades daquelas que propunham assistir com suas reivindicações (FACCHINI, 2003). Pertence também a essa etapa os primeiros encontros organizados dos grupos homossexuais, no Rio de Janeiro, em 1979 e 1980, além das primeiras reivindicações de mudanças na Constituição Federal, como a inclusão do respeito à "opção sexual" - termo usado pelo próprio movimento no período, embora de caráter discutível posteriormente com as atualizações dos saberes da sexualidade. Essas reivindicações foram lideradas pelo *Grupo Gay da Bahia (GGB)*, o primeiro a surgir no Brasil, em 1980, com o propósito de representar a marginalidade – conceito trabalhado de acordo com nossa leitura de Edward MacRae em nosso primeiro capítulo - configurada pela orientação sexual não-normativa, bem como a manifestação de gênero que questiona a construção social de um suposto feminino e masculino.

O fim deste primeiro momento do movimento homossexual incidiu na metade dos anos 1980. Observando o contexto político, o último ano da “primeira onda” coincidiu com o fim do regime ditatorial militar e, a partir daí, iniciavam os anos de resgate da democracia no Brasil. Como coloca MacRae em sua tese do doutorado intitulada *O militante homossexual no Brasil de Abertura*, produzida na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo em 1985, houve um declínio do movimento neste período e, de acordo com a bibliografia, houve uma dificuldade maior e um impasse nas conquistas políticas da comunidade. Além disso,

²² O primeiro nome do grupo, provisório, foi *Núcleo de Ação Pelos Direitos Homossexuais*. Sua desarticulação aconteceu em 1980, por divergência de ideias de práticas políticas.

Facchini (2005) ressalta a escassez de bibliografia específica sobre o momento do movimento. É exatamente na *segunda onda* que está nosso interesse de pesquisa.

3.2.1. A reforma sanitária e os princípios de inclusão

A metade do século XX teve grande importância para o movimento LGBT não só por demarcar seu início, mais precisamente a década de 1960. Com base nas referências acadêmicas e em algumas experiências do setor da saúde do Sudeste e Sul do país, vivia-se no Brasil um momento em que as medicinas preventivas e os debates sociais relacionados ao acesso à saúde pública estavam na superfície do que se era discutido pela sociedade civil e pelos poderes governamentais (GRANGEIRO, LAURINDO DA SILVA e TEIXEIRA, 2009). Este cenário, em que se notava um fortalecimento desses elementos, configurou o início do movimento pela reforma sanitária. Mesmo que nos pareça controverso, foi nos Anos de Chumbo que a reforma sanitária se fortaleceu e as proporções se tornaram nacionais. Discutia-se, segundo os autores, os históricos problemas de saúde do país, as atribuições do serviço aos governos estadual e federal, a participação de instituições privadas na saúde, dentre outros. Em decorrência disso, a década seguinte (1970) protagonizou a criação de órgãos e iniciativas²³ que promoviam tanto a assistência individual quanto medidas sanitárias que outrora não eram oferecidos e não foram implantados.

Depois disso, já na década de 1980 em um cenário de enfraquecimento do modelo ditatorial que administrava o país, o momento era de redemocratização pautado também pelos movimentos sociais que, com a iminência de se ter novamente um governo democrático, pressionavam os poderes públicos, dentre outras pautas, pela democratização da saúde pública:

Em 1982, foram instituídas as Ações Integradas de Saúde (AIS), que ampliaram a cobertura das ações de saúde, integraram as atividades de assistência preventiva e curativa e criaram as instâncias colegiadas de gestão do sistema de saúde nos três níveis de governo [federal, estadual e municipal], já prevendo a participação de movimentos sociais. Esse foi o início do processo de institucionalização do comando único do sistema de saúde em cada esfera de governo, da organização da atenção à saúde com base na integralidade e do

²³ Exemplos: Secretaria Nacional de Ações Básicas (1976), Sistema Nacional de Previdência Social (1977).

controle social das políticas de saúde (GRANGEIRO, LAURINDO DA SILVA e TEIXEIRA, 2009, p. 88).

Na sequência, em 1988, a promulgação da constituição federal garantia que o acesso aos serviços de saúde pública fosse um direito de todo cidadão, assegurado pelo Estado, segundo os autores, “fundamentado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade e controle social” (p. 88). O Programa de Aids da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, de 1983, o primeiro do país, foi, em essência, uma conquista das reivindicações dos movimentos homossexuais da época. O fato nos instiga a pensar que, no Brasil, a “terceira epidemia”, como vimos no primeiro capítulo, que seria a epidemia simbólica e os efeitos sociais da Aids, tenha pautado as ações governamentais da esfera da saúde muito mais do que a primeira e a segunda epidemia (da infecção e da doença). Ainda, nos surge a pergunta: em que medida os movimentos homossexuais, ao pautarem as necessidades imediatas de atenção às medidas sanitárias de assistência não só individual, mas também coletiva, não estimulavam o trânsito de sentidos sobre *culpa*, *reparação* e *obrigação*, sentidos esses que escapam à intencionalidade do próprio movimento? É fato que, por ser uma doença que teve a transmissão sexual como a principal forma de contaminação, é natural que o movimento pelas liberdades sexuais se organizasse e, de certa forma, fossem protagonistas na cobrança do Estado por saúde. O que aconteceria se todas as esferas sociais fossem envolvidas neste mesmo propósito, desde o anúncio dos primeiros casos no Brasil? Afinal, como relembramos as palavras de Seffner e Parker, se há um indivíduo doente, temos uma sociedade inteira vulnerável. Mesmo que a contaminação fosse exclusivamente por ato sexual, qual é dificuldade encontrada por considerar a heterossexualidade também pertencente a essas liberdades?

Se, como vimos em nossa definição das esferas de interação que dão forma à sociedade civil, a comunicação pública faz parte das engrenagens das relações envolvidas, observaremos as iniciativas comunicacionais de cada momento estudado neste capítulo. Não será, nesta primeira onda, estudada a comunicação necessariamente pública, ou do poder público, mas sim o primeiro periódico tido como constituinte da imprensa gay no Brasil. De que forma a comunicação fez parte dos movimentos homossexuais? O que acontece quando as liberdades sexuais passam de personagem ou fonte de produtos jornalísticos para agente que pauta, efetivamente, a imprensa? De qual imprensa estamos falando?

3.2.2. O Lampião da esquina

O surgimento d' *O Lampião da Esquina* foi, por muitos motivos, político. Primeiro por questões internas, como bem lembra MacRae (1990) e Green (2000) e que não nos cabe discutir nesta dissertação; e segundo por questões externas, uma vez que se propunha a apresentar alternativas a um regime de censura como um ato de subversão. Uma primeira qualidade do periódico diz respeito às autorias dos textos: suas publicações não eram assinadas por pseudônimos femininos, como foi de costume nos jornais anteriores a ele. MacRae (1990) associa esses pseudônimos à manutenção das hierarquias de papéis de gênero assumidos pelas classificadas “bichas”. Eis aqui uma primeira inspiração do *Jornal do nuances*: assim como *O Lampião*, o jornal também não se valia de pseudônimos em suas matérias.

Ainda sobre o contexto político de surgimento de *O Lampião*, é importante assinalar que não foi único em meio às publicações contornadas de censura. Como recupera MacRae, o lançamento de jornais com periodicidade irregular era uma forma de jornalistas que trabalhavam na grande imprensa e sofriam censura pelo severo controle ditatorial, produzirem materiais com viés político contestador, uma vez que eram expostos a constrangimentos de suas liberdades nas redações. Desta forma, “nascia a imprensa alternativa ou a imprensa nanica” (MACRAE, 1990, p. 69). Reverenciamos o pioneiro *O Pasquim* (de 1969) que, dentre todas as condutas transgressoras, teve Leila Diniz como musa, a atriz referência de defesa dos direitos e liberdades sexuais das mulheres. Lembramos a “escandalosa” exposição de sua barriga grávida em uma foto em que vestia apenas um biquíni.

Se *O Pasquim* possibilitou debates subversivos à época, mas ainda com posicionamentos machistas e sexistas como assinala MacRae (1990), *O Lampião* surgia também como um “questionador da moral vigente, voltando-se para o público homossexual, considerado até então frívolo, apolítico, quando não doente e decadente” (MACRAE, 1990, p. 71). Sobre a história do jornal e sua origem, contadas de uma forma breve, podemos dizer que o *Lampião da Esquina*²⁴ (por vezes iremos abreviar o nome neste trabalho) foi fruto de uma visita de Winston Leyland, um norte-

²⁴ No mesmo período, operava uma editora com o nome de *O Lampião*, e é por isso que o nome do periódico foi estendido para *O Lampião da Esquina*.

americano que já era editor de publicações segmentadas homossexuais no país de origem. Em abril de 1978, depois de uma aproximação e incontáveis reuniões com João Antonio Mascarenhas (de *O Pasquim*), nasce o número zero d'*O Lampião*. Sobre as questões que viabilizaram financeiramente o jornal, MacRae nos aponta que:

Para financiar o jornal, nove de seus onze idealizadores iniciais cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Resolveram também tentar arrecadar dinheiro através de uma carta endereçada a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil. (...) O dinheiro arrecadado serviu para financiar os dois primeiros números do jornal. Este, com formato tabloide, tinha vinte páginas e começando com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, logo passou para 15 mil (p. 72).

Indiscutivelmente, as condições financeiras da realização de um projeto que se propõe tão transgressor quanto profissional, viabilizaram o que veremos nas próximas linhas: um posicionamento muito bem delimitado, com o “gueto” desde suas raízes até seu principal alcance. Se em nosso primeiro capítulo apresentamos o primeiro editorial do *Jornal do nuances*, agora vamos expor o texto que ocupava metade de uma página da edição de número zero d'*O Lampião*. Desta forma, poderemos refletir, por uma análise mais criteriosa, as semelhanças ideológicas dos dois jornais e nos preparar para nosso próximo capítulo. O que nos revela o editorial do periódico da década de setenta? Reservamos o Anexo 1 para o editorial *Saindo do gueto*, na íntegra.

Neste capítulo, elucidamos o que chamaremos de *comunidade* LGBT no decorrer de nosso estudo, como resultado de um conjunto de pessoas, mesmo geograficamente distantes, marginalizadas pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Por meio da leitura do editorial no anexo 1, podemos observar essas mesmas configurações no que *O Lampião* nos apresenta como *gueto*. Observaremos e traremos para a superfície do texto memórias discursivas enquanto estigmas e estereótipos; a comunicação como uma possibilidade de destituição, ou melhor, de atualização de memórias discursivas.

O editorial nos mostra o propósito de destituir a “imagem-padrão”, qual seja, o “estigma da não-reprodutividade”, segundo o texto, conferido à homossexualidade por meio de uma petrificação da “mitologia hebraico-cristã”, ou aproximando de nosso estudo, pela fé católica e moral cristã. O que nos chama a atenção, além da recorrente

ideia da veiculação de discursos contra-hegemônicos, é a configuração de um contexto social em que existe sempre um “nós” e um “eles”, talvez pela conformidade do gueto pela posição do oprimido, mas principalmente pela existência de um grupo “bobo da corte” que, embora viva na ilusão de “acesso a amplas oportunidades”, ainda não lhe é negado o direito à voz.

Essa existência de dois grupos ao mesmo tempo que dependentes, opostos, nos remete à reflexão que Weeks (2001) nos apresentou e que assinalamos em nosso segundo capítulo, quando comentamos o surgimento, ou melhor, a *invenção* dos termos “homossexualidade” e “heterossexualidade”. Relembrando o editorial da edição inaugural do *Jornal do nuances* que apresentamos no primeiro capítulo, nos inspiramos pelo enunciado “Ousamos prescrever uma dieta de prazeres” por três motivos: pela apropriação de palavras que têm efeitos de sentidos que nos acionam o discursos da medicina (prescrever); pela subversão da ideia de promiscuidade (dieta de prazeres) e, por fim, pela demarcação de um “nós” e um “eles”. Quem somos nós e para quem prescrevemos uma dieta de prazeres? “Nosso senso comum toma como dado que esses termos demarcam uma divisão real entre as pessoas: há heterossexuais e há homossexuais” (WEEKS, 2001). A mesma demarcação encontramos em *O Lampião* e, mais do que uma categorização, o jornal demarca quase fisicamente essa divisão, separação: o gueto ocupado por um “nós”. Uma marginalidade.

Também aproximando do que comentamos sobre o *Jornal do nuances*, que oferece à comunidade “o berro”, n’*O Lampião* encontramos a necessidade mais urgente da minoria, como literalmente coloca: ter a, ou uma, voz. O *berro* do *Jornal do nuances* e o *dar voz* de *O Lampião de Esquina* são, indiscutivelmente, o meio de acesso ao objetivo da comunidade e do gueto: a destituição de uma memória agressiva, preconceituosa e marginalizadora. Apesar de todas as similaridades, é inegável que, por estarem em contextos diferentes, não podemos replicar questões que faríamos aos enunciados de *O Lampião* para o jornal em análise nesta dissertação.

Como foi lembrado por Seffner (2007) e Fachinni (2003), a Aids se configurou como um elemento componente da memória discursiva sobre homossexualidade, um estigma para a comunidade LGBT. Se *O Lampião* associa esses estigmas à moral e à fé, a que atribuiria o *Jornal do nuances*, em um contexto em que a síndrome seria

caracterizada, categorizada pelos discursos dos meios de comunicação de massa como “peste gay”? Essa é uma questão que, sem dúvidas, nos sondará durante nossa análise.

Embora o editorial da primeira edição de *O Lampião* nos revele alguns elementos sobre a imprensa gay e seu comportamento, nosso propósito é pensar seu histórico e suas influências sobre o periódico em análise nesta investigação. Podemos, então, notar algumas semelhanças: a primeira é o caráter de enfrentamento caracterizado pela autoria dos textos publicados que não mais são assinados por pseudônimos; a segunda é essa disposição de se tornarem a voz, o berro da comunidade marginalizada; a terceira é o propósito de, em alguma medida, possibilitar o deslocamento da comunidade da margem social; a quarta é a linguagem coloquial sendo apropriada, ou seja, os jornais se valem do vocabulário da comunidade LGBT como um ato de subversão; e a quinta (aquilo que mais nos interessa) é a constituição de discursos que podem atualizar a memória discursiva sobre a homossexualidade, de acordo com suas realidades e fatores que a estigmatizaram.

Para dar continuidade à nossa trajetória, em três anos de existência *O Lampião* publicou diversos textos que hoje conformariam o jornal como uma publicação interseccional: feminismo, temáticas raciais, lesbianidades, políticas de classes dentre outros temas que também caracterizam outras comunidades marginalizadas. MacRae (1990) relembra que o jornal também abordara as violências policiais e a prostituição como “forma de atacar o moralismo da esquerda bem pensante” (p. 76). De fato, o periódico não teve sucesso em um dos seus propósitos, a saber, sair do gueto, mas deixou um legado de ideias e de propósitos que são o sinal mais claro de um projeto sobretudo político que triunfou mesmo com todas as adversidades de seu contexto.

3.3. Movimento LGBT: a segunda onda e a epidemia da Aids

A *segunda onda*, segundo Facchini, entre os anos 1980 e 1990, foi movida pela luta pelos direitos civis dos homossexuais, pela mudança da sociedade e pela despatologização da homossexualidade (nesse contexto, os problemas de combate à Aids devido ao grande número de infectados pelo HIV tiveram as primeiras iniciativas de mobilizações contra essa epidemia, agenciadas por militantes gays, como reflexo

da demora da manifestação do governo sobre o assunto). A *peste gay*²⁵, como era conhecida a doença e como era difundida pelos jornais do período, afogou as tentativas de mobilizações das propostas de libertação sexual asseguradas na primeira etapa. Em contrapartida, surgem as mobilizações contra a violência e a discriminação de homossexuais. Regina Facchini, a partir de uma leitura de Edward MacRae, nos atenta à instabilidade dos grupos organizados no período:

Se MacRae havia identificado 22 grupos no Brasil no início dos anos 1980, um documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia²⁸ falava em 7 grupos existentes em 1984 e 6 em 1985. Em outubro de 1986, seriam 12 grupos e em maio de 1988, 8 grupos. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da Aids, então chamada peste gay, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (p. 93).

O homossexual, agora estigmatizado pela doença sexualmente transmissível (FACCHINI, 2003), era alvo de insultos, julgamentos e rejeições, tendo que enfrentar outra frente de batalha: o preconceito advindo da doença, mesmo que esses indivíduos em sua maioria não fossem HIV positivo. Se a ditadura militar deixou de ser o “inimigo” comum que unia os grupos homossexuais brasileiros em toda a extensão territorial do país, nesse momento o grande elo entre eles passou a ser a luta contra o processo de estigmatização advindo da Aids. Sob os olhos de Jeffrey Weeks (2001), a síndrome passou de “um conjunto de doenças” para uma “metáfora para a nossa cultura sexual” (p. 35).

Para entender melhor o contexto vivido por aqueles que experienciavam suas liberdades sexuais em um momento em que um vírus abalaria a trajetória de conquistas e visibilidade da comunidade, esculpindo na identidade LGBT não mais um estigma proveniente de dogmas religiosos, mas de uma desventura que a ciência foi capaz de identificar, e que ganhou outros sentidos durante sua evolução em um contexto social. Ele pode assumir variadas formas de discriminação, podendo envolver o preconceito institucional; ou seja: o HIV como status de vida podia

²⁵ João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso* relembra que a revista *IstoÉ* publicou no fim do ano de 1981 que Glauber Rocha, o famoso cinemanovista teria sido a primeira vítima fatal da Aids no Brasil, uma vez que foi diagnosticado com uma pneumonia muito típica de soropositivos.

desencadear perda de emprego, negação de cuidados da saúde, despejos de residência e isolamento social (FACCHINI, 2003).

A autora ainda nos alertou sobre a relação tensa entre as organizações homossexuais com a epidemia do vírus, uma vez que “de todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos marginais passa a ser uma característica bastante presente nessa segunda onda do movimento” (p. 101). É aqui que destacamos outra inquietação: teria o *Jornal do nuances* diligenciado os efeitos sociais e culturais – e por que não, linguísticos – da epidemia? Para além disso, a constante luta dos grupos era marcada também pela necessidade de derrubar os mitos que eram criados sobre a doença. Ainda segundo a autora, muitos acreditavam que o contato diário com portadores do vírus podia originar uma transmissão, ou que os soropositivos tinham a morte como destino próximo. A imagem desses indivíduos era uma só: pessoas de vida desregrada, homossexuais e drogadas. O fato de que o vírus podia ser transmitido de mãe para filho ainda na gestação ou a transmissão via transfusão de sangue, comum nos anos 1980, era, em alguma medida, ignorado.

A segunda fase da luta homossexual no Brasil abraça também as mudanças na Constituição Brasileira e a conquista da maior visibilidade pública da homossexualidade. No decorrer da Carta Magna (de 1988), os universos da liberdade de crença, trabalho, convicção política, filosófica e outros que compõem a vida do cidadão são assegurados, exceto o universo da liberdade a partir do conceito de orientação sexual. Segundo Fachini (2007), foi nesse contexto que houve uma participação mais pertinente dos grupos *Gay da Bahia* e *Triângulo Rosa e Atobá* (1985- 1988, no Rio de Janeiro). Reflexo da queda do regime ditatorial, houve uma dispersão dos grupos que não tinham mais o “inimigo externo”, como usa Fachini, e isso fez com que houvesse desunião entre eles:

Boa parte da pauta de reivindicações do movimento LGBT atual já estava entre as demandas dos militantes homossexuais dos anos 1980. Em 1984, no encontro nacional de ativistas ocorrido na Bahia, a luta era pela despatologização da homossexualidade, por legislação antidiscriminatória, pela legalização do que na época se denominava como “casamento gay”, por tratamento positivo da homossexualidade na mídia e pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares. A partir do encontro nacional realizado em 1989, a Aids passa a ter um lugar privilegiado na agenda do movimento, havendo ainda preocupação com a questão da violência, com a discriminação religiosa e a necessidade de estimular a formação de grupos. Já em

1990 e 1991, a grande ênfase recaiu sobre a luta contra a Aids e a necessidade de fortalecer o movimento. O que se chama de crise da organização, por ocasião da epidemia do HIV/Aids, é exatamente isso: ele deixa de se concentrar em suas pautas anteriores, cuja esmagadora maioria de demandas não estão sanadas até os dias atuais, para uma demanda de fortalecimento do próprio movimento e de que governo desse alguma resposta em relação à Aids, que era uma questão muito candente na comunidade naquele momento (FACCHINI, 2005, p. 1).

Vamos nos atentar ao que Trevisan (2002) recuperou a respeito de posturas que embotaram, ou pelo menos não ajudaram, nas políticas públicas de conscientização sobre as formas de contração do vírus HIV. Segundo o autor, a revista *Veja* “que nunca escondera seu ressentimento contra homossexuais” (p. 430) se manifestou contrariamente aos aparatos anti-Aids que o poder público do estado de São Paulo montara como uma ação combativa à doença. A revista utilizou o argumento de que o Brasil, enquanto país pobre (segundo a revista e suas pesquisas), possui necessidades outras e mais urgentes. Ainda, uma parcela da frente médica organizada da época também se manifestou contrária a tais ações, inclusive classificando-as como luxo, termo utilizado também pelo Ministério da Saúde, em Brasília. Em poucos anos, o Brasil de 1985 já registrava um diagnóstico de Aids por dia, e quatro mortes por semana (TREVISAN, 2002). O país ocupava a quarta posição no ranking de soropositivos (estando atrás apenas dos Estados Unidos, França e Haiti).

Outra reflexão que se apresenta importante, proporcionada por Fernando Seffner (2007), nos aproxima das considerações sobre a Aids sob a perspectiva da linguagem, ou melhor, sob a perspectiva dos efeitos das categorizações no seu contexto de surgimento. Seffner elenca uma série de denominações utilizadas em enunciados sobre a doença ou, fiel às palavras do autor, *representações*: “peste gay, castigo de Deus, síndrome, epidemia, pandemia, etc. Para sua análise, convivem categorias como grupo de risco, comportamento de risco, vulnerabilidade, categoria de exposição, população específica, dentre outras” (p. 29). Uma vez categoricamente alocadas as posições dos indivíduos, cumprem-se os papéis de causa e efeito, de “mais responsáveis” ou “menos responsáveis” pela transmissão do vírus. O autor também nos relembra que, ao observarmos a ocorrência ao longo da história de outras doenças sobretudo sexualmente transmissíveis, a prática linguística resguarda

sempre um lugar de vítima e um lugar de culpado²⁶. Conseguimos associar o que vemos em Seffner (2007) com o que Weeks (2001) nos assinala sobre a síndrome enquanto poderosa metáfora: é pelo discurso, por meio de processos de significação associados, que as homossexualidades passam de *vítimas* para *culpadas*.

3.4. Movimento LGBT: a terceira onda e as conquistas políticas e legais

A terceira fase (década de 1990 e anos 2000), impulsionada pelos movimentos gays engajados com o combate à Aids e outras DST's, foi o momento de maior inserção das pautas propostas pelas organizações homossexuais nas políticas públicas, sobretudo aquelas provenientes da esfera da saúde. Isso não aconteceu pelo reconhecimento dessa classe ou garantia dos direitos daqueles cidadãos, mas pela luta pelo esclarecimento da "peste gay" e pela criação de políticas públicas exigidas por esses grupos. Nesse contexto, não eram só as organizações homossexuais que se envolviam na política de saúde pública, da politização e da instrução da comunidade, mas também Organizações Não-Governamentais (ONG's), unidades religiosas (com o surgimento das igrejas inclusivas²⁷), partidos políticos e estudos acadêmicos. Em 1995, um marco importante no histórico de lutas ocorreu. Regina Facchini (2003) assinala que uma entidade organizadora dos grupos foi criada, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). A autora reflete também sobre esse momento e relembra a aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Ainda sobre o projeto de lei da união civil, a parceria civil registrada ganhou espaço na mídia e tornou este um debate social de abrangência nacional, mediado pelos meios de comunicação. Por mais que a memória discursiva sobre as liberdades sexuais tivesse agora uma atualização para a comunidade LGBT, foi pelos combates diretos à doença que a discussão acerca das práticas homossexuais abateu a invisibilidade que existia até antes do surto.

²⁶ Nos pareceu muito curioso que Barroso (2007) nos assinalou que a imprensa sensacionalista, por assim dizer, pode ser categorizada como uma inimiga das causas gays, uma vez que ela também foi responsável pela consolidação e difusão de noções como a "peste gay".

²⁷ As igrejas Inclusivas surgiram no século XXI, e é possível compreendê-las como uma alternativa para que os homossexuais possam também ser cristãos. Elas não são, em tese, discriminatórias e não os enxergam com diferença "perante a Deus" dos heterossexuais.

Outra conquista, por assim dizer, da comunidade LGBT veio com o debate sobre o preconceito e a violência sofridos por ela. A definição de homofobia, pelas discussões da psicologia que permeiam o tema, é a forma de preconceito ou discriminação direcionada aos homossexuais, e o termo foi cunhado ainda na década de 1960 e posteriormente debatido. Para essa definição, dois universos são discutidos (associados ou não): o primeiro é a dimensão subjetiva, caracterizada pelo medo, aversão inconsciente que resulta no ódio/desprezo de homossexuais, a saber, a homofobia é definida como uma aversão fóbica; o segundo se confirma no contexto sociológico, que carrega consigo culturas e políticas discriminatórias. Ou seja, o segundo universo de discussão compreende a heterossexualidade como via de regra para qualquer manifestação da sexualidade humana. Na dimensão psicanalítica e as definições de manifestações fóbicas, discute que para evitar uma situação de perigo, é externalizado o sintoma da homofobia devido à geração de angústia ressaltada pela presença do homossexual:

Neste contexto, uma hipótese particularmente divulgada é a de que reações homofóbicas violentas provêm de sujeitos em grave conflito interno com suas próprias tendências homossexuais, resultantes da projeção de um sentimento insuportável de identificação inconsciente com a homossexualidade, donde a intolerância à homossexualidade. (RIOS, 2007, p. 33).

Abordamos a terceira “onda” do movimento de forma breve se compararmos com as duas outras abordagens. Gostaríamos de apresentar ao nosso leitor uma reflexão muito particular: nos foi muito útil e muito elucidativo nos respaldarmos em pesquisas feitas por profissionais da área da sociologia. Acreditamos que dividir o movimento em etapas nos faz dimensionar de forma mais precisa os impactos e os reflexos de um debate tão antigo e tão atual, ao mesmo tempo. A despeito de termos recorrido a esses estudos, não nos sentimos confortáveis em localizar exclusivamente o *Jornal do nuances* como pertencente à segunda onda ou à terceira. Na medida em que ajustamos nosso olhar partindo de uma macro visão do movimento para uma micro visão, no sentido de afunilar para um agente social local, compreendemos que nosso objeto empírico transita entre as ondas não apenas pelo recorte temporal, cronológico, mas também pela produção das pautas que encontramos nas páginas do periódico. Sobre isso, nos dedicaremos a comentar na próxima seção e no próximo capítulo.

3.4.1. O movimento gay gaúcho

Apresentamos ao nosso leitor a ONG²⁸ que deu origem ao nosso objeto empírico, qual seja, *Nuances: grupo pela livre expressão sexual*. Optamos por inserir nesta seção de nosso estudo porque o grupo transita entre essas etapas, ou *ondas*, do movimento LGBT e exprime os entraves, conquistas e comportamentos da comunidade, conforme nos assinalou Regina Facchini. Começamos pelo nome que, entre 1989 e 1991 (GOLIN, 2017), era *Movimento Homossexual Gaúcho*. Durante esses anos, a Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) abrigara mais de 450 estudantes, na avenida João Pessoa (número 41) no centro de Porto Alegre. Considerado por um dos fundadores, a saber, Célio Golin²⁹, um espaço de resistência (GOLIN, 2017), muitos alunos por lá passaram e trocaram experiências, estudos, reflexões e vivências.

Foi lá que Célio Golin e Glademir (como encontramos em nossa bibliografia), se conheceram durante um evento que trabalhava a prevenção da Aids com os alunos. Depois de conversarem informalmente, notaram afinidade na perspectiva política da manifestação sexual (ou homossexual). Ambos já participavam de eventos como o Encontro Brasileiro de Homossexuais (naquele ano ocorreu em Recife), e puderam trocar informações, anseios e experiências. A partir deste contexto, Glademir sugeriu que organizassem um grupo de pessoas para que proporcionassem discussões sobre a temática. A estratégia de Glademir, ao sugerir que o nome fosse *Movimento Homossexual Gaúcho (MHG)*, era clara: unir *homossexual* e *gaúcho*, no entendimento deles, atrairia a atenção da mídia (GOLIN, 2017). A justificativa de Glademir para a escolha do nome, do primeiro nome, parece-nos muito sintomática, uma vez que notamos mais uma vez a configuração das liberdades sexuais entendidas como sinônimo das homossexualidades, e distancia-se, desta forma, das

²⁸ É importante ressaltar que o grupo Nuances não se configura como uma ONG/Aids, como o GAPA. Ou seja, foi essencialmente fundado para trabalhar as liberdades sexuais, a livre expressão sexual, e não exclusivamente como um agente social que mobiliza frentes de trabalho a fim de abrandar os efeitos biológicos e sociais da epidemia.

²⁹ Natural de Nonoai, fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, Célio Golin estudou Educação Física na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) morava no terceiro andar do CEU, nos anos 1990.

outras esferas sociais, representadas pelo *gaúcho*. Já com encontros acontecendo, optaram por mudar o nome depois de alguns meses para:

[...] ***nuances, grupo pela livre orientação sexual*** [grifo nosso] – *Construindo Cidadania*. O *nuances* conseguiu sensibilizar (e ser sensibilizado) pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo; inclusive pela sociedade, em especial a porto-alegrense, que foi solidária e permitiu que o grupo despontasse como uma forte referência em direitos humanos; em especial, pela luta em favor da livre expressão sexual, nome adotado pelo grupo. *nuances*³⁰ é um nome que por si só já diz bastante. E no momento em que optamos pelo termo “expressão sexual”, tentamos nos deslocar do cientificismo imbuído no termo “orientação sexual” (GOLIN, 2017, p. 17).

Em nossa busca por referências que conviveram literalmente com o *nuances*, encontramos a obra que comemora os 25 anos da existência do grupo e que será uma das principais interlocuções no capítulo a seguir. Essa passagem, em especial, nos instiga ao mesmo tempo que nos esclarece algumas inquietações a respeito da comunidade, do grupo e da linguagem adotada pela organização. Esse movimento de distanciamento do discurso científico aconteceu, quando observamos o nome adotado, com a linguagem como ferramenta desse deslocamento. Não são os sujeitos que se deslocam, ou não apenas, mas é o sentido que desloca, é o que é acionado na memória discursiva: o que *expressão* aciona que *orientação* não aciona, e vice-versa?

A partir dessa reflexão, apontamos uma direção para nosso leitor: desde o primeiro capítulo desta dissertação, estamos assinalando as questões que nos causam inquietação e, sem dúvidas, a linguagem está muito próxima do centro de dela, principalmente quando entendemos a Aids como a epidemia de significação, como nos alerta Parker (2001). Se associarmos os contextos (já explorados neste capítulo), a concepção de discurso (enquanto conjunto de regras anônimas que dão sentido e nos revelam ideologias) e a formulação de produtos comunicacionais, tensionando as pústulas sociais e biológicas/corporais, o que podemos encontrar?

Até o momento, este capítulo nos apresentou um diálogo entre a circunstâncias político-sociais do país, as organizações LGBT e a imprensa gay, por assim dizer, desde as primeiras publicações na metade do século XX até as mais recentes que

³⁰ Optamos por manter a grafia do grupo que originalmente e até os dias atuais é com letra minúscula.

alinhavavam as relações entre os sujeitos, a sociedade e o Estado. Referenciamos também o jornal *O Lampion da Esquina*, de quem foi herdado, ou melhor, em que inspirado o *Jornal do nuances* em diversas esferas. Ainda na esteira deste raciocínio, apresentaremos ao nosso leitor o grupo *Nuances*, fundado em sete de abril de 1991 em Porto Alegre, como vimos em nosso segundo capítulo. Para isso, conversaremos diretamente com dois trabalhos que já nos adiantaram importantes reflexões sobre o grupo, o jornal e a comunidade LGBT em Porto Alegre.

O primeiro trabalho é a tese de doutoramento de Fernando Luiz Alves Barroso intitulada *Jornal do nuances: a prática midiática de uma ONG de Porto Alegre - RS para o confronto político entre o “gay classe-média” e a “bicha bafona”*, defendida em 2007 na Universidade do Vale do Rio Sinos, no programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. A pesquisa de Barroso (2007) levantou “os temas e as posições políticas e ideológicas sustentadas pelo *Jornal do Nuances*” (p.10), e voltou seu olhar analítico para o processo editorial do periódico, sua produção e, de certa forma, sua linguagem. O autor publicou seu trabalho enquanto o jornal ainda estava em circulação, e a despeito da diferença temporal entre esta dissertação e sua tese, suas contribuições nos apontaram caminhos de pesquisa e, ao longo de desta seção, revisitaremos alguns de seus resultados com o intuito de nos prepararmos para nossa análise, concentrada no próximo capítulo.

A segunda leitura que nos orienta é um livro lançado em 2017 pela própria ONG e organizado por Célio Golin, um dos fundadores do grupo e seu atual coordenador. A obra *Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma* foi produzida ao longo do ano de 2016 e comemora os 25 anos da organização. Nela, encontramos histórias dos fundadores, ações da entidade, especificações do *Jornal do nuances*, outras publicações circuladas na capital gaúcha, eventos realizados ao longo de sua história, dificuldades, personagens, enfim: informações provenientes de nosso próprio campo empírico que nos são tão caras como importantes. Portanto, durante esta etapa de nosso trabalho estaremos em constante contato com o que já foi produzido no ambiente acadêmico sobre o periódico em destaque; e o que a própria organização considera importante nos apresentar para que, desta forma, exploremos sua trajetória.

Como anunciamos na primeira seção deste capítulo, dialogaremos com o trabalho de Barroso para cotejar com a afirmação de Péret sobre o *modus operandi* do *Jornal do nuances*. Relembrando o que assinala a autora, a imprensa LGBT

apresenta uma abnegação dos processos de produção que são característicos de meios de comunicação hegemônicos. Para Barroso, é possível notarmos essa propriedade em nosso objeto empírico. Barroso assume como básico para sua análise que meios de comunicação podem sofrer constrangimento em algumas chaves, quais sejam:

a) cultural, pois seu processo editorial está livre de discursos homofóbicos impregnados na memória discursiva social, deixando de apresentar pseudônimos dos autores e articulistas (como apresentava, por exemplo, *O Snob*);

b) jurídica, uma vez que a esfera democrática dos instrumentos legais assegura sua circulação e sua produção sem ameaças;

c) financeira/econômica: uma vez que o *Jornal do nuances* se apresentava como uma produção gratuita, ele não dependida de sucesso em detrimento de sua concorrência. Não há concorrência quando não se é uma mercadoria. Como vimos, nosso periódico é fruto de financiamento público, e isso, em tese, assegura que não sofra ameaças de ordem mercadológica. Apesar de ter surgido por aporte do Estado, mais especificamente do Ministério da Saúde, notamos que a edição número sete apresenta apenas oito páginas, novamente com impressão em preto e branco, e seu editorial expõe ao leitor a péssima situação em que se encontra tanto a ONG, quanto o periódico. Ainda, notamos que esta edição não nos apresenta, como nas outras, o selo que diz *material financiado pela PN DST/AIDS do Ministério da Saúde e Unesco*. Podemos inferir que, por vezes, o constrangimento econômico ocorria. Sugerimos também que a aparição de anunciantes (hotéis, bares, casas noturnas dentre outros), que Barroso desconsiderou por algum motivo, foi reflexo do corte de financiamento público ou, ainda, um modo de a ONG arrecadar fundos para outras atividades do grupo.

d) técnica que, segundo o autor, não era um problema para ONG que dispunha de programas e maquinário necessário para manipulação e impressão do periódico.

e) política, uma vez que o Estado passa de agente a ser combatido (como era na época de *O Lamião da Esquina*) para agente financiador. Confessamos que a afirmação de Barroso nos incomoda. Parágrafos antes o autor afirma que o propósito do jornal e da ONG era o combate contra a homofobia. Isso nos faz refletir sobre a proximidade do Estado com este objetivo. Será que podemos dizer, categoricamente,

que o Estado era parceiro na luta contra a homofobia? O que nos revelam os discursos sobre Aids (principal tema do jornal)?

É fundamental, como mostramos na primeira seção deste capítulo, pensarmos a linguagem de nosso periódico. Se *O Snob* foi a publicação que, segundo Péret, inaugurou uma “nova gramática” (ver Apêndice 2), o que podemos observar no *Jornal do nuances?* Golin (2017) assinala que o *Jornal do nuances* “seria a voz do grupo guei”, nos despertando o interesse por pensar não só a circulação do periódico, mas a circulação de discursos pelo periódico. Depois do lançamento das primeiras edições do jornal, uma nova seção foi produzida: “É UÓ, onde a baixa sociedade dá o *close*”. Escolhemos apresentar este instigante fato para nosso leitor, neste momento de nossa escrita, para que façamos juntos o caminho que nos propomos a pensar. Primeiro porque a presença do colonismo social escrachado é histórica, como vimos em nosso resgate dos primeiros jornais LGBT. Segundo, porque, assim como *O Snob* e tantos outros conseguintes, figuras de linguagem, ironias e o uso do dizer popular foi também incorporado pelo jornal, e conseguimos notar isso em nossa análise.

Ao mesmo tempo em que o colonismo social historicamente cumpria (ou ainda cumpre) a função de dar manutenção aos comportamentos normativos das hierarquias sociais (BARROSO, 2007), o *Jornal do nuances* subvertia, pela apropriação de sentidos e da linguagem, a ideia de um *status quo*. Afinal, o que mantém a concepção de *alta* ou *baixa sociedade*? Golin nos conta sobre este momento:

Depois de muita discussão, optamos então por criar a É UÓ. Claro que nossa crítica ficou estampada na ironia do nome escolhido. Que podia fazer (e fez) que [sic] muitas lesadas se recusassem a entrar na coluna com um nome que as chamassem de *uós*. Mas a ideia era justamente essa: utilizar uma linguagem guei, ironizando com as caras e caretas. Menos hipócrita que as colunas sociais dos jornais, certamente a É UÓ era (GOLIN, 2017, p. 46).

Abaixo, ilustramos por meio de uma tabela, informações sobre tiragem e número de páginas do jornal. Vale lembrar que o jornal tinha mais de 2.500 contatos registrados para envio de exemplares em todo o Brasil, o que “(...) era uma trabalhadeira enorme envelopar os jornais porque muitas pessoas não podiam receber como “impresso”, já que a visibilidade do conteúdo do jornal exporia a sexualidade” (GOLIN, 2017, p. 47). Sobre isso, Golin assinala que recebiam o retorno de leitores que por

vezes elogiavam o conteúdo que servia tanto como fonte de informação, quanto como meio de autoconhecimento, ou melhor, como reconhecimento enquanto sujeitos. Como poderemos notar, não encontramos três edições: 22, 27 e 30.

Tabela 6 - Edições do *Jornal do nuances*

Data	Número	Ano	Páginas	Tiragem
jan/98	1	1	12	10 mil
fev/98	2	1	12	10 mil
mar/98	3	1	12	10 mil
abr/98	4	1	12	10 mil
mai/98	5	1	12	10 mil*
jun/98	6	1	12	3 mil
1999*	7	1	8	5 mil
1999*	8	2	12	10 mil
1999*	9	2	12	10 mil
fev/00	10	2	12	10 mil
mar/00	11	2	12	10 mil
abr/00	12	2	12	10 mil
jul/00	13	2	12	10 mil
jan/01	14	3	12	10 mil
mai/01	15	3	12	10 mil
ago/01	16	3	12	10 mil
dez/01	17	3	12	10 mil
jan/02	18	4	12	10 mil
abr/02	19	4	12	10 mil
jun/02	extraordinário	4	8	10 mil
jun/02	20	4	12	15 mil
out/02	21	4	12	15 mil
	22			
mai/03	23	4	12	15 mil
jul/03	24	4	12	15 mil
set/03	25	4	12	15 mil
dez/03	26	4	12	15 mil

	27			
mai/04	28	5	12	15 mil
ago/04	29	5	12	10 mil
2004*	30			
dez/04	31	5	12	10 mil
mar/05	32	6	12	10 mil
mai/05	33	6	16	10 mil
ago/05	34	6	12	10 mil
nov/05	35	6	12	10 mil
jul/06	36	6	12	10 mil
set/06	37	6	12	10 mil
out/06	38	6	12	10 mil
abr/07	39	10	12	10 mil
jun/07	40	10	12	10 mil
out/07	41	10	12	10 mil
nov/07	42	10	12	10 mil
ago/08	43	10	12	10 mil
dez/08	44	10	12	10 mil
jun/15	45	11	12	5 mil
abr/16	46	12	12	5 mil

* Estimativa

Edições não encontradas

Fonte: a autora (2018).

A tabela a seguir nos fornece um apoio visual a algo que nos chama a atenção: o ano em que mais edições circularam foi 1998, ano de lançamento. Depois, a periodicidade não só passou a ser extremamente irregular, como por seis anos o periódico deixou de existir. Há indícios que a falta de subsídios para ações da ONG tenha influenciado no desempenho do jornal, uma vez que na sétima edição o jornal apresentou apenas oito páginas, todas em preto e branco, e seu editorial foi dedicado à um pedido, um apelo para que a comunidade ajudasse com doações a permanência do jornal. Notamos também que nesta edição não havia nenhuma menção sobre o financiamento público, como ocorreu nas seis edições anteriores. Já na próxima

edição, número oito, novamente encontramos as informações de apoio do Ministério da Saúde, ainda no contexto de editais para a instrução sobre HIV/Aids.

Gráfico 3 - Edições publicadas por ano



Fonte: a autora (2018).

Ao observarmos tanto a tabela quanto o gráfico, podemos inferir que, como todo periódico, o *Jornal do nuances* passou por momentos de crise. Não aprofundaremos nossa análise nos resultados quantitativos: lançaremos um olhar crítico para aquilo que, como dito no primeiro capítulo, há de mágico nos enunciados: as palavras, ou melhor, a linguagem. Segundo Seffner (2017) os materiais informativos do *Nuances*, inclusive o jornal, eram uma forma de “aprender e atualizar-se em uma linguagem bem-humorada para falar das bichices em Porto Alegre” (p.40).

Por fim, gostaríamos de apresentar ao leitor os sentidos de ser HIV positivo, de acordo com o próprio grupo *nuances*. Golin (2017) nos permite ter uma dimensão social dos danos que a síndrome causou na comunidade e, como vimos anteriormente neste capítulo, deu margem à discursos carregados de preconceitos como “peste gay”, frequentemente veiculado e posto em circulação por meios de comunicação massivos e sensacionalistas. Segundo o autor:

Os gueis eram atingidos não somente pelo HIV e tudo o que isto representava em suas vidas, mas também pelo preconceito e estigma que os colocaram como algozes e também como protagonistas no enfrentamento da epidemia. (...) O impacto não teve só consequências sociais que vão muito além da saúde, mas atingiu modos de vida, de

comportamento, de incertezas que acabaram por interferir no cotidiano de gueis em suas práticas sexuais e relações sociais (p. 41).

Diante da realidade e de todo o caráter de enfrentamento do grupo, desde o seu surgimento, como notamos seções atrás, viram não só a necessidade, mas a obrigação de, em alguma medida, trabalhar essas questões na comunidade LGBT. Célio Golin (2017) assinala que, embora tivessem todo o conhecimento sobre as raízes históricas do preconceito sexual, foi um momento de embate para que o grupo deliberasse sobre a participação do *nuances* em editais que possibilitassem a existência de um periódico que trabalharia essa e outras questões. Segundo o autor, a possibilidade de expandir a posição política do *nuances* sobre essas questões anteriores a esse contexto, e agora com todo o estigma da Aids, prevaleceu como forma de fomentar a potência social do grupo. Nascia, então, o *Jornal do nuances*.

3.5. Comunicação e hegemonia: algumas reflexões

Para finalizar este capítulo, consideramos uma importante reflexão: quando observamos o *Jornal do nuances*, de qual comunicação estamos falando? Precisamos investigar esta problemática por dois motivos: primeiro, porque a comunicação enquanto “processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA, 2002, p. 41) esteve protagonista da epidemia mesmo antes dos primeiros diagnósticos do Brasil. Comentamos ao longo do trabalho algumas manchetes e notícias veiculadas por meios de comunicação hegemônicos. O segundo motivo é o fato de este trabalho estar ancorado na epidemia de significação que só se faz possível por meio da comunicação.

Desta forma, tornamos nítido o nosso entendimento sobre *hegemonia*: Dênis de Moraes (2010), em uma leitura de Antônio Gramsci, nos atenta para o entrelaçamento de instituições que consolidam a hegemonia, quais sejam, a estrutura econômica, a política e, muito próximos do nosso trabalho, modos de representação e modelos de autoridade:

Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de

representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2010, p 54).

Na esteira deste raciocínio, assim como a epidemia de significação, a hegemonia também é um processo histórico e contextual. Ambas são estratégicas e lideradas por grupos politicamente e ideologicamente dominantes. No estabelecimento da comunicação hegemônica, as populações são direcionadas a crer que apenas o que a hegemonia divulga de informações, são de fato informações relevantes e suficientes para a reflexão sobre aquilo que se quer noticiar. Contudo, e é nesta arena que nosso debate está situado, não podemos dizer que em uma situação ou sociedade em que uma comunicação hegemônica vigora, há uma plena harmonia na comunicação.

Se há a hegemonia, há a contra-hegemonia. O campo midiático “está permeado por sentidos e contrassentidos, imposições e refugos, aberturas e obstruções. Essas concepções se enfrentam e se justapõem dependendo das circunstâncias históricas”. (MORAES, 2002, p. 71). Desta forma, na lógica da comunicação hegemônica, as diversidades são entendidas apenas como destinatárias do processo comunicacional. Por isso, é importante que mantenhamos em vista este jogo de lugares ocupados por veículos de comunicação hegemônicos, com discursos hegemônicos, com ideologias dominantes; e do lugar da contra-hegemonia que, em nosso estudo, está representada pelo *Jornal do nuances*. E, mais ainda: o que a ideologia dominante, constituinte da comunicação hegemônica no contexto da Aids, oferece como informação, também é oferecido pelo periódico estudado? Poderemos notar durante nossa análise essa relação conflituosa entre discurso hegemônico e o discurso do jornal que, enquanto veículo contra-hegemônico, “apresenta argumentações alternativas para vergar o senso comum, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento crítico da realidade para transformá-la” (p. 73).

3.6. Compilado terceiro

No início do século XX, a ciência (sobretudo a psicanálise) já investia seus estudos na naturalização da homossexualidade e na sua concepção tão natural

quanto a heterossexualidade. Os primeiros movimentos, não só no Brasil, começaram a despontar e a comunidade LGBT já vislumbrava um momento em que se permitir viver sua sexualidade não mais traria tantos problemas como acontecia desde a Idade Média. Ajustamos nossas lentes para observar esse movimento no Brasil. Com base nos estudos da sociologia, notamos que manifestação a sexualidade foi, sobretudo, um movimento político em um primeiro momento. Surgiram, então, no fim dos anos 1960 e aurora dos 1970 os primeiros periódicos que se propunham a politizar a comunidade e, mais do que isso, observar e tratar a homossexualidade como uma questão de ordem social e política. Esses periódicos, a princípio, tiveram esse papel e essa importância: configura-se, então o que chamaremos neste trabalho de audiência LGBT, que é proveniente da comunidade LGBT.

Contudo, com a garantia da liberdade de expressão e da vida intensa vivida pela juventude dos anos 1980 e 1990, aparecia o segundo grande componente dos principais estigmas da comunidade: a epidemia do vírus HIV. Conhecido como a “peste Gay”, o vírus ainda desconhecido pela medicina atingiu grande parte da comunidade LGBT e fez milhares de vítimas durante esses anos. Se os primeiros periódicos surgiram para atender uma demanda política, agora os “boletins informativos” desempenhavam o papel de instruir e informar as pessoas sobre os cuidados com a saúde em um momento de tensão para os homossexuais. Deste modo, o Estado investiu em Políticas Públicas que tinham o propósito de contemplar os objetivos e necessidades de cuidado com a saúde da parcela da população mais atingida, em tese, pela doença: os homossexuais.

Em caráter de reconstrução da história, de retomada, apresentamos um breve diálogo com *O Lampion da Esquina* até chegarmos no contexto de surgimento do *Jornal do nuances*, já na década de 1990. Também reservamos para nosso Apêndice 2 alguns outros jornais e revistas constituintes da imprensa gay. Por fim, ajustaremos um olhar clínico sobre o nosso objeto empírico. Se falamos na epidemia como um fator que estigmatizou a *livre expressão sexual*, como foi construído um veículo que tinha como o principal propósito servir de voz para essas pessoas ao mesmo tempo que as instruía? Ou melhor, como se constitui um periódico que, discordando do que ele mesmo diz, não “dá voz” à comunidade, que é já a possui, mas confere visibilidade?

Em seguida, já no segundo capítulo, investigamos e comentamos trabalhos que nos possibilitaram revisitar momentos históricos vividos pela humanidade que são componentes dessa memória discursiva sobre as liberdades sexuais. Vimos (e exploramos mais em nosso Apêndice 1) que em tempos remotos, a homossexualidade existia não com identidade, mas como prática em alguma medida naturalizada. Com a Idade Média, muitas amarras sociais foram criadas, principalmente em torno da manifestação da sexualidade, trazendo consigo o primeiro, por assim dizer, estigma que marginaliza a comunidade LGBT. Vimos também que, num movimento de destituição de discursos normativos e hierarquias sociais, a comunidade LGBT mundial e, sobretudo, brasileira, se organizou de forma a dar início às primeiras manifestações em prol dos direitos da comunidade. Vimos que o contexto político do país também dificultou conquistas e avanços, ainda mais com o surgimento da Aids que, como recupera nossa bibliografia, estigmatizou novamente a comunidade.

Olhamos um pouco mais atentamente para *O Lampião da Esquina*, periódico que inspirou o *Jornal do nuances* desde a linguagem até o caráter político. Vimos que as autorias não mais assumidas ou atribuídas a pseudônimos femininos caracterizavam o cunho de enfrentamento dos dois jornais. Vimos que, se no jornal de 1978 o propósito principal era dar voz para tirar do gueto, aqui sendo fiel às palavras do primeiro editorial, o segundo era, pelo *berro*, dizer ao mundo que a comunidade existe. No entanto, o *Jornal do nuances* fora produzido com um objetivo específico: instruir a comunidade sobre HIV/Aids. Isso mostra a interferência do contexto no projeto editorial de cada um: ambos querem destituir discursos preconceituosos, mas os estigmas com que trabalham não são exatamente os mesmos.

Por fim, queremos dedicar ao nosso leitor uma reflexão. As palavras são, indiscutivelmente, poderosas. Foram através das palavras e dos sentidos que elas fazem transitar que a terceira epidemia da Aids, como assinalam Parker e Aggleton (2001), se configurou como uma epidemia da significação. Fizeram perpetuar por anos um discurso que violenta e marginaliza *as livres expressões sexuais*. Um discurso que compõe uma memória que organiza a sociedade, que privilegia uns em detrimento de outros, que é, sempre que possível, alimentado e atualizado para dar manutenção à ideia retrógrada e sagrada, que existe uma norma para a manifestação sexual.

Esta foi, sem dúvidas, a força motivadora para que a comunidade LGBT se organizasse pela naturalização de todas as manifestações sexuais, das liberdades sexuais. Contudo, durante a construção e tecitura destes três capítulos, conseguimos perceber alguns elementos que, acessados pelo estudo das camadas mais profundas da epidemia social, já nos revelam algumas diretrizes para nossa análise: o que efetivamente o jornal compreende como *liberdades sexuais*, ou melhor, como *livre expressão sexual*? Ao mesmo tempo em que as políticas públicas para a saúde que previam a prescrição de métodos preventivos à Aids foram também pautadas pela força do movimento pela liberdade de manifestação sexual, como o jornal, enquanto essa ferramenta potente de visibilidade de uma comunidade e fruto da organização de grupos sociais, traduz os efeitos sociais da doença? De que maneira conseguimos identificar a epidemia simbólica e pânico moral? **O que nos revela, enfim, o *Jornal do nuances sobre a livre expressão sexual no contexto da Aids***?

CAPÍTULO IV

AIDS E O *JORNAL DO NUANCES*: SEXUALIDADE E LIBERDADE

*Se o sexo é reprimido, isto é,
fadado à proibição, o simples fato de falar dele
e de sua repressão possui como que um ar de transgressão
deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se,
até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei;
antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.
(Michel Foucault – História da Sexualidade 1)*

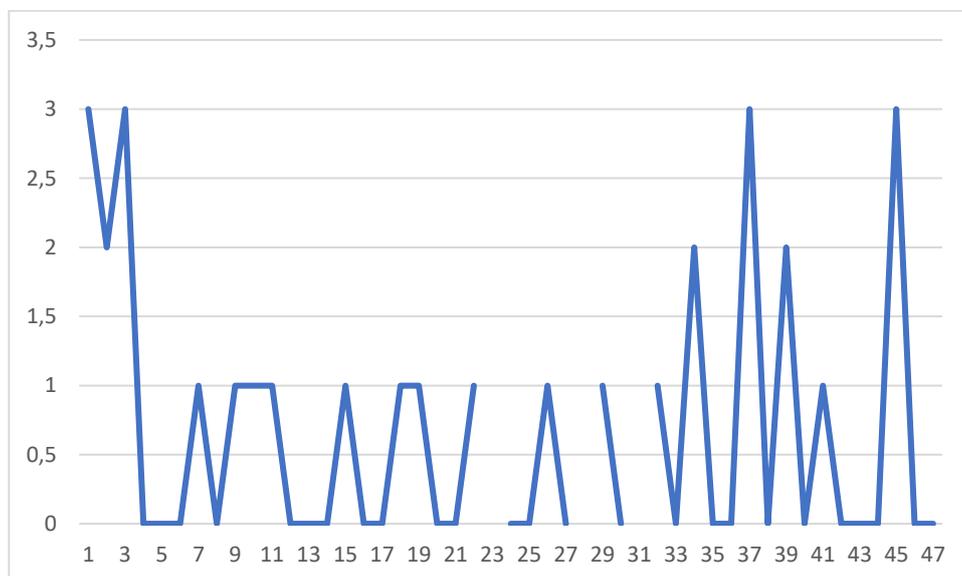
Escolhemos iniciar nossa investigação por um estudo quantitativo que nos permitisse, a partir de uma perspectiva estatística e de uma interpretação dos resultados subtraídos, compreender a presença da discussão sobre a epidemia da Aids no jornal. Desta forma, reunimos 43 das 46 edições que estavam disponíveis; observamos a tiragem e a data para um mapeamento temporal e cronológico da duração do jornal apresentado no capítulo anterior; destacamos todo e qualquer conteúdo que abordasse o HIV/Aids (notas, reportagens, principalmente). Esse levantamento nos possibilitou mensurar quantas matérias em cada edição foram dedicadas às reflexões sobre a Aids. Nossa opção por trabalhar, neste momento, com Análise de Conteúdo se deu principalmente por dois aspectos da metodologia que será útil para nosso gesto interpretativo: ela nos permite estudar e estruturar nosso *corpus* quando nos deparamos com uma longa amostragem (em quantidade e em temporalidade); e também nos permite estabelecer elementos de análise, descritos logo adiante, de acordo com nosso interesse de pesquisa. Seu caráter híbrido (BAUER, 2002) nos permite apresentar uma configuração quantitativa sobre o periódico e, já mais próxima às definições contemporâneas da metodologia, exercer nosso olhar crítico e interpretativo tanto das publicações, quanto dos resultados estatísticos subtraídos do levantamento inicial.

Por isso, este capítulo analítico está organizado e estruturado por dois momentos de análise: **quantitativa**, para que possamos tatear universo em que está localizado nosso *corpus* (representada pelas tabelas e pelos gráficos que nosso leitor verá na sequência); e pelas **interpretações e diálogos** com nossa bibliografia

debatida ao longo desta dissertação. Separamos nossa amostragem em duas tipos de textos utilizados em produções jornalísticas: **notas** (curtas, diretas, e podem ter o caráter de serviço); e **reportagens**, mesmo que em tom opinativo, que permitem uma visão mais ampla de um fato que já eclodiu (MARQUES DE MELO, 2016).

Ao longo das 43 edições do *Jornal do nuances*, somamos 30 notas dedicadas à Aids/HIV e 13 reportagens que ocuparam páginas inteiras de algumas edições. A presença de notas, principalmente de caráter informativo de serviço, teve uma relativa constância durante toda a existência do jornal, como podemos ver no gráfico a seguir. O **eixo vertical** apresenta a quantidade de notas, e o **eixo horizontal**, a edição estudada. As edições número três, 37 e 45 tiveram a maior quantidade de notas sobre a epidemia (três em cada uma); seguidas pelas edições dois, 24 e 39 que tiveram duas notas em casa. As outras edições 37 edições tiveram apenas uma ou nenhuma nota cada uma:

Gráfico 4 - Notas sobre Aids por edição

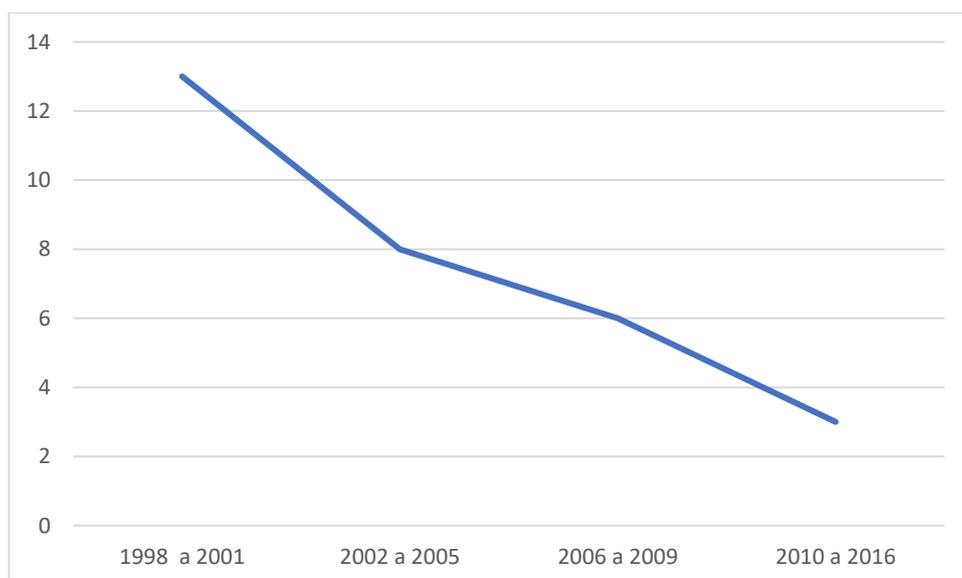


Fonte: a autora (2018).

É importante localizar temporalmente e interpretar cronologicamente as informações, uma vez que as edições do jornal têm periodicidade irregular. O próximo gráfico ilustra a presença das notas pela perspectiva cronológica. Separamos as edições em quatro períodos: de 1998 a 2001, de 2002 a 2005, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2016. Escolhemos esse intervalo para que fosse possível visualizar os dados

também no contexto político do momento: a cada quatro anos, o país passara de um governo para outro (primeiro período, o país foi presidido por Fernando Henrique Cardoso, os segundo e terceiro, por Lula, e os seguintes, por Dilma Rousseff). Os anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 foram anos em que se realizaram as eleições para presidente e governadores. Acreditamos ser importante pensar este recorte porque, como vimos nos outros capítulos, a existência de políticas públicas possibilitou não só o financiamento de projetos que materializaram o *Jornal do nuances*, mas de toda frente de trabalho para a redução dos índices de morte e infecção pelo vírus. Analisando o gráfico a seguir, podemos inferir que as notas sobre Aids perderam espaço no jornal durante seu tempo de circulação:

Gráfico 5 - Notas sobre Aids pela perspectiva cronológica



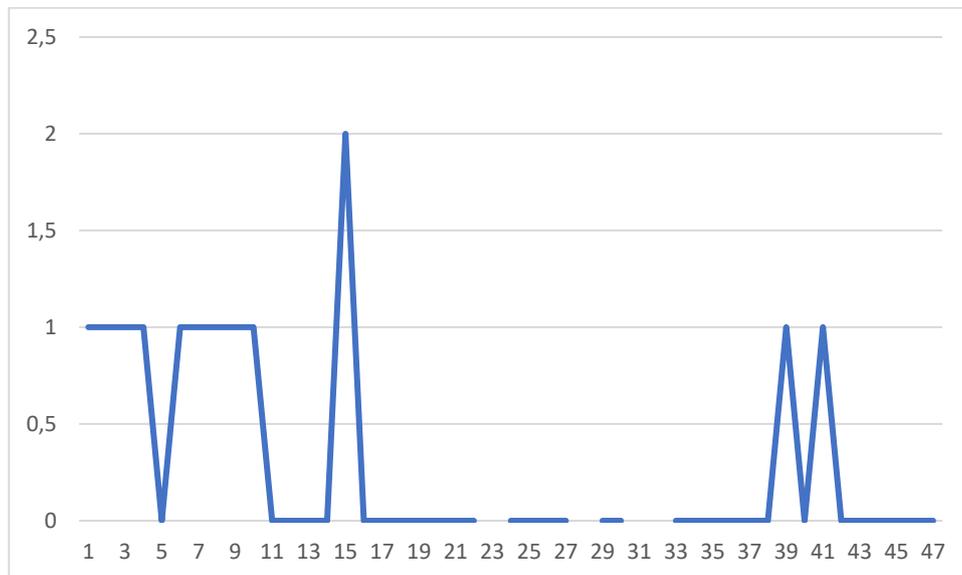
Fonte: a autora (2018).

As reportagens³¹ somaram 13 publicações ao longo da existência do jornal. Assim como fizemos com as notas, observaremos, no primeiro gráfico, as edições que veicularam essas reportagens e, na sequência, investigaremos a presença dessas matérias pelo mesmo recorte cronológico que utilizamos para as notas. Das 43 edições investigadas, apenas 11 deles apresentaram ao leitor uma reportagem sobre

³¹ As reportagens estão nos anexos de 2 a 14.

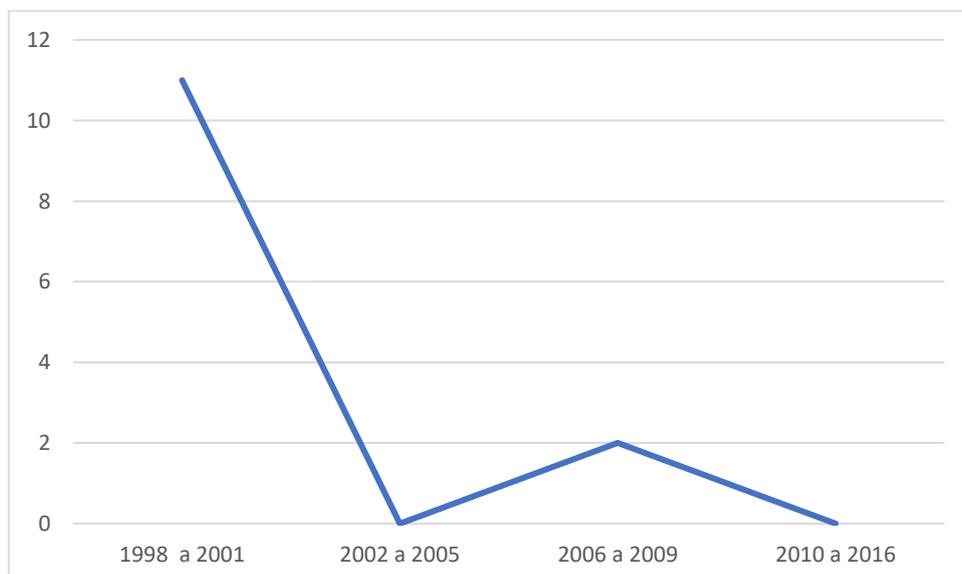
a epidemia e houve uma sequência de 21 edições sem a reflexão (da edição 17 à 38). Ainda, a edição número 15 foi a que mais veiculou reportagem sobre a Aids (duas). O gráfico número seis apresenta a quantidade de reportagens (eixo vertical) por edição (eixo horizontal). O gráfico número sete apresenta as reportagens (eixo vertical) por anos (eixo horizontal).

Gráfico 6 - Reportagens sobre Aids por edição



Fonte: a autora (2018).

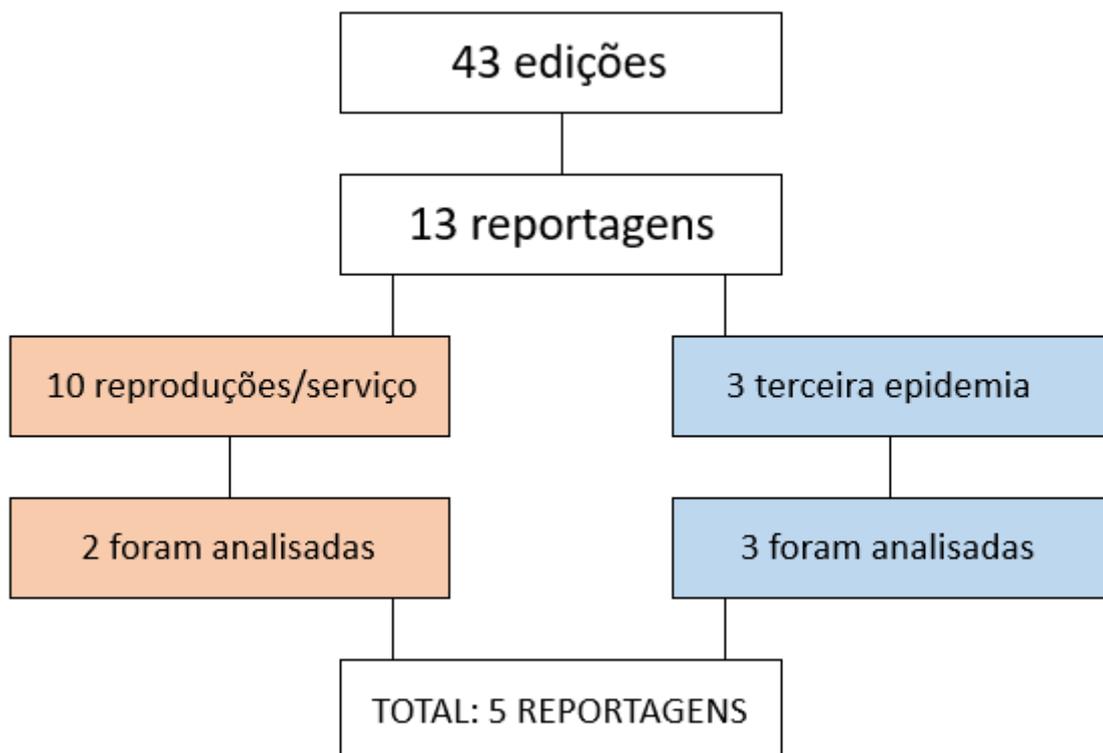
Gráfico 7 - Reportagens sobre Aids pela perspectiva cronológica



Fonte: a autora (2018).

De acordo com os gráficos, podemos dizer que o jornal deixou de circular informações sobre a epidemia com o passar do tempo. Ainda, entendemos que desde o início do periódico, a epidemia não teve grande relevância para a publicação. Esta primeira inferência, baseada no levantamento quantitativo, nos dá algumas pistas sobre nosso próximo movimento: ao observarmos a constituição desses textos, o que podemos dizer sobre as informações publicadas no jornal? Quais são as informações ofertadas aos leitores do *Jornal do nuances*? O que o *Jornal do nuances* nos revela sobre as liberdades sexuais no contexto da Aids, como uma comunicação contra-hegemônica? Podemos associar esta inquietação com o que vimos na página 76 deste trabalho, em que revisitamos alguns estudos que recuperam o discurso da revista *Veja*, periódico que considerava a abordagem biológica e social da Aids por iniciativas públicas de contenção da epidemia, um “luxo”, garantindo que o Estado tivesse necessidades outras “mais urgentes”. A figura a seguir ilustra a organização de nosso *corpus*.

Figura 5: Organização do *corpus*



Fonte: a autora.

Para a investigação, organizamos nossa análise da seguinte forma: das 13 publicações sobre Aids, separamos cinco para apresentar ao leitor. Essas cinco publicações foram escolhidas com os seguintes critérios: duas que oferecem informações reproduzidas de boletins epidemiológicos e outros veículos de comunicação; e três que oferecem informações sobre o processo de estigmatização, ou melhor, sobre a terceira epidemia (PARKER e AGGLETON, 2001). As duas reportagens escolhidas que são reproduções de dados e noções de outras fontes de informação representam 10 dos 13 textos separados, pois as construções das publicações são muito semelhantes (tipo de informação, linguagem, fontes). Conseguimos classificar as outras três reportagens como meio de ter acesso à perspectiva do próprio jornal sobre os processos de estigmatização e as liberdades sexuais.

As cinco reportagens são: *No dia mundial da Aids não tem nada para comemorar (figura 5)*; *A endemia invisível (figura 6)*; *O machismo e as doenças (figura 7)*; *Os jovens gays e a Aids (figura 8)*; *O sangue dos vampiros (figura 9)*. Elas serão analisadas exatamente nessa ordem e, para as três últimas reportagens analisadas, observaremos alguns elementos dos textos que classificamos como analisadores. Esses *analisadores* foram definidos depois de uma primeira leitura dos textos e nos ajudarão na organização da análise de acordo com nosso propósito de pesquisa, qual seja, pensar as liberdades sexuais nos contextos da Aids pela perspectiva do *Jornal do nuances*.

Notamos, ao longo de nosso estudo, que as poderosas metáforas são artefatos da linguagem e da comunicação que fazem circular sentidos sobre a epidemia e as populações acometidas, principalmente. Por isso, escolhemos como elementos analisadores tais metáforas, que transformaram um conjunto de doenças em uma cultura sexual, como assinalamos na página 74. Relembramos, portanto, que as metáforas são: **crime, punição, culpa, morte, guerra e o outro**. Ainda, recuperamos o que pontuamos na página 41 deste trabalho: o processo de estigmatização acionado pela Aids resulta na morte simbólica das liberdades. Esses analisadores podem estar explícitos, escritos desta forma durante o texto, ou podem ser acessados por meio de nossa interpretação. Por uma escolha narrativa, não vamos trabalhar nossos analisadores em tópicos, mas estarão diluídos ao longo do texto.

Iniciamos, assim, nossa análise com a primeira reportagem de nosso *corpus*, qual seja, *No dia mundial da Aids não tem nada para comemorar* (figura 5). Na sequência, trabalharemos com a segunda reportagem: *A epidemia invisível* (figura 6).

Figura 6 - Reportagem sobre Aids da primeira edição do *Jornal do Nuances* (1998)



Há algumas características que gostaríamos de tensionar com nosso leitor: primeiro, é que a matéria é uma reprodução de informações veiculadas pelo *Jornal Zero Hora*, como notamos ao final da página; também notamos que, acima, há um

*box*³² ao lado do título que apresenta ao leitor o projeto *Poa Noite Homens*, o mesmo apresentado em nosso primeiro capítulo. Quando comentamos sobre o projeto no início desta dissertação, retomamos a fala de Célio Golin (2017) sobre o projeto. Comentamos que o projeto tinha, de acordo com Golin, o propósito de viabilizar uma “intervenção comportamental”, de promover o direito ao “exercício da sexualidade, do prazer do sexo sem moralismos” (p. 41). Lembramos também sobre a campanha pela possibilidade de se ter múltiplos parceiros sexuais que vinha de encontro ao discurso hegemônico sobre a monogamia como uma saída estratégica contra a epidemia.

A despeito das ações criadas durante o desenvolvimento desse projeto, como a distribuição de camisetas com a frase “aumente o número de parceiros”³³ (comentada no primeiro capítulo), as informações sobre o *Poa Noite Homens* descritas na reportagem parecem não corresponder com o que nos foi apresentado. O projeto tem o propósito, segundo o texto do jornal, de ser uma forma de oferecer informações sobre “prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e Aids junto a homens que fazem sexo com homens”. Ao final do pequeno texto, encontramos a frase “O objetivo principal, além de discutir HIV/Aids, é debater e proporcionar maior esclarecimento quanto a sexualidade, a adoção de práticas sexuais mais seguras”. Esta segunda passagem destacada por nós nos causa estranhamento. Não nos parece que podemos interpretar “práticas sexuais mais seguras” da mesma forma como interpretamos “aumente o número de parceiros”.

Compreendemos essa relação do texto sobre o projeto *Poa Noite Homens* com o resto da reportagem de duas maneiras: os sentidos sobre liberdades sexuais parecem estar em conflito nas páginas do jornal, uma vez que, quando as liberdades sexuais dividem espaço gráfico com informações sobre a Aids, há uma resistência em falar sobre as sexualidades da forma como o grupo as trabalha no projeto descrito. Além disso, acreditamos que o peso do discurso hegemônico sobre a doença,

³² Este elemento do texto jornalístico, em suma, apresenta informações complementares à proposta das reportagens que merecem destaque.

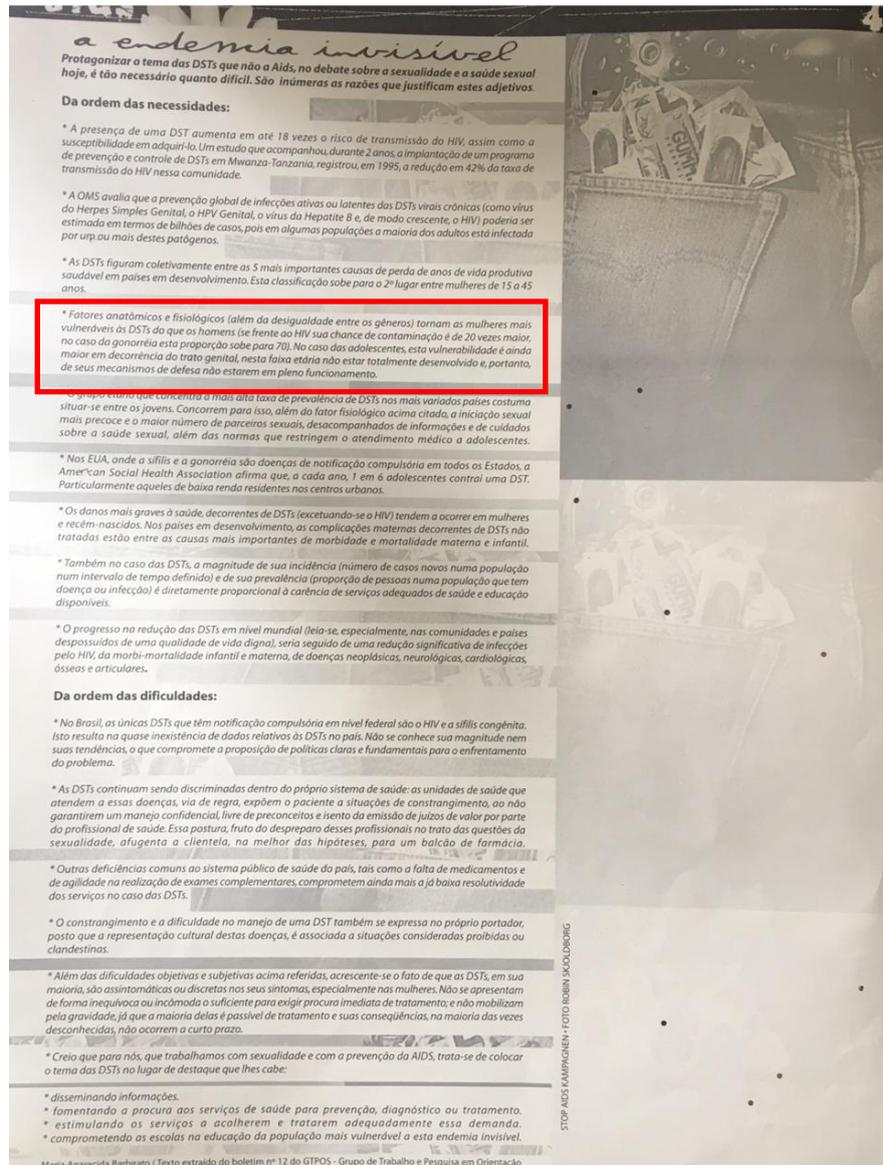
³³ Em 1995, enquanto o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde e alguns grupos gays como o Grupo Gay da Bahia defendiam a redução do número de parceiros e a monogamia como estratégias de prevenção, o Nuances, de forma direta e ousada fez uma campanha onde produzimos uma camiseta que trazia muitas imagens de preservativos e a frase: “aumente o número de parceiros”, exatamente na contramão desta visão, que para o Nuances era equivocada em termos de prevenção, além de conservadora e higienista (GOLIN, 2017, p. 42)

carregados de números de termos técnicos, mesmo em um jornal que se anuncia transgressor e ousa *prescrever uma dieta de prazeres*, como aparece em seu primeiro editorial, oferece informações contornadas por esse mesmo modo de enfrentar a Aids que, em alguma medida, critica. Os projetos paralelos ao jornal, como é o *Poa Noite Homens*, são discutidos e apresentados de forma protocolar, assim como a epidemia.

Continuando nosso percurso pelas publicações estudadas (lembrando que o corpus dessa dissertação é constituído pela análise de cinco reportagens), percebemos que há uma constância na forma em que as autorias dos textos são atribuídas. Na maioria das vezes, as informações são uma reprodução de algum boletim epidemiológico ou de outras reportagens veiculadas nos veículos de comunicação hegemônicos, como notamos na reportagem anterior. Desta forma, comentaremos a reportagem publicada na sexta edição do jornal, também de 1998. Durante nosso estudo, voltamos nossos esforços a encontrar uma abordagem da epidemia pela perspectiva dos processos de estigmatização, da violência simbólica sofrida principalmente pelas manifestações sexuais.

Encontramos a reportagem *A endemia invisível* (**figura 6**) e, a princípio e por ajustarmos nossa perspectiva para todo o conflito estudado e percorrido ao longo desta dissertação, ou seja, os sentidos sobre as liberdades sexuais no contexto da Aids, esperávamos encontrar o debate sobre estigmatização, ou melhor, sobre a terceira epidemia (AGGLETON e PARKER, 2001). Contudo, não encontramos um tensionamento sobre o processo de estigmatização e, como veremos nas páginas a seguir, encontramos algumas informações que fazem referência a uma leitura da epidemia de forma a recuperar elementos de discriminação apontados em nosso segundo capítulo (por exemplo, a atribuição ao marcador de gênero como culpado pela epidemia).

Figura 7 - Reportagem sobre Aids da sexta edição do *Jornal do Nuances* (1998)



Relembrando o que comentamos em nosso segundo capítulo, o processo de estigmatização acionado pela Aids não teve origem na própria doença, mas é uma retomada de processos discriminatórios pautados pelos marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade, principalmente, e evidenciamos isso durante nossa análise das cinco reportagens que constituem o corpus de nosso capítulo de análise. Nossos autores classificam a estigmatização como uma terceira epidemia que acontece para além da infecção pelo vírus ou pelo seu desenvolvimento para a Aids. Quando encontramos o título da reportagem (“A endemia invisível”), associamos a esse processo que não pode ser capturado pelos números, mas pode ser acessado pelos sentidos conferidos, através de metáforas, por exemplo, às populações atingidas pela

epidemia. Contudo, o texto foi construído em tópicos com várias informações objetivas (a presença de uma DST aumenta em *até 18 vezes o risco de transmissão do HIV*; as DST's eram, naquele ano, a segunda principal causa de *perda de anos de vida produtiva* entre mulheres de 15 a 45 anos) como e até controversas: em um dos itens, a vulnerabilidade de mulheres é atribuída aos “fatores anatômicos e fisiológicos”, e a incidência de DST's em moças adolescentes é atribuído ao fato de que nesta faixa etária, o “trato genital” ainda não ter sido desenvolvido. As informações são controversas porque, no limite, encontramos, por exemplo, nesta atribuição anatômica os sentidos de *culpa*: as mulheres são vulneráveis porque sua constituição fisiológica as condena a esse lugar.

Da mesma forma que interpretamos a primeira publicação, também acreditamos que a reprodução das informações já veiculadas é um indício de que falar da epidemia tornou-se algo convencional e, em alguma medida, um debate institucionalizado onde acredita-se que para atingir uma comunicação eficaz sobre a doença, as liberdades sexuais não são efetivamente algo a ser debatido ou até garantido. Por isso, nossa investigação também procurar entender onde estão, efetivamente, as liberdades sexuais nas reportagens sobre Aids no *Jornal do nuances*. Nosso levantamento quantitativo dessas reportagens nos possibilita pensar sobre isso: dez, das 13 reportagens encontradas sobre Aids, estão pautadas por esta forma de abordar a doença que apresentamos nas duas reportagens investigada. Ou seja, 77% do conteúdo sobre Aids do jornal apresenta e oferece as informações com as mesmas características descritas. Por isso, é para essas três reportagens que vamos olhar com mais atenção na próxima seção.

4.1. A terceira epidemia no *Jornal do nuances*

As próximas três reportagens que separamos para apresentar ao leitor foram selecionadas não por um critério quantitativo ou temporal, mas pelo conteúdo: escolhemos olhar para as reportagens que, de alguma forma, trouxessem um debate mais próximo das discussões sobre o processo de estigmatização a fim de compreender a perspectiva do jornal sobre isso. Foram as únicas reportagens encontradas com essas características. Desta forma, e direcionadas pelo questionamento do parágrafo anterior, destacamos as reportagens *O machismo e as*

“doenças” (figura 7), *Os jovens gays e a Aids* (figura 8) e *HIV e discriminação no trabalho* (figura 9). A primeira reportagem versaria sobre **gênero** (como característica primeira do processo de estigmatização); a segunda, estende-se sobre aquilo que Fernando Seffner e Richard Parker (2016) já nos apontavam em nosso primeiro capítulo, ou seja, por um lado, são oferecidos tratamentos e respaldo médico para a doença, mas há uma insistência em não discutir sexualidade na **adolescência**; e a terceira se aproxima das **violências físicas e simbólicas** (BOURDIEU, 1989) sofridas por diagnosticados soropositivos.

Figura 8 - Reportagem sobre Aids da sétima edição do *Jornal do Nuances* (?)



Antes de comentarmos o texto da reportagem, é importante dizer que a edição em que foi publicado (sétima edição, sem ano informado, mas conseguimos sugerir que foi posta em circulação entre 1998 e 2000), não foi fruto de financiamento público. Além de ter menos páginas do que o convencional do jornal (geralmente, são 12 páginas, algumas de 16 páginas, e essa, apenas oito), todas as páginas são em preto e branco, e não coloridas como também é de costume. Desta forma, a produção do jornal acaba por depender de menos investimento financeiro para acontecer. Além disso, tanto o editorial quanto os outros textos da página dois apresentam um apelo pela doação espontânea de seus leitores para que o jornal siga com as publicações, ainda que irregulares. Há indícios de que, mesmo com a solicitação do periódico por recursos financeiros, não foi possível dar continuidade ao jornal. A próxima publicação (oitava) é de 2000 e, assim como da primeira a sexta edição, também apresenta a informação e financiamento pelo Ministério da Saúde. Notamos que alguns conteúdos que entendemos como editorias fixas do jornal perderam espaço nessa edição mais sucinta, como a página dedicada à reprodução na íntegra de alguma matéria do *Lampião da Esquina*.

Assinado pelo próprio grupo Nuances, o machismo é associado ao “crescimento de casos de doenças sexualmente transmissíveis não curadas, principalmente nas mulheres” e também às “consequências danosas a todos os brasileiros”, acionando e atribuindo a primeira **culpa**, um de nossos analisadores, encontrada no texto ao machismo. Atentamos para as aspas sob a palavra *doenças* no título do texto, logo na abertura do texto da reportagem *O machismo e as “doenças”*. Sentimo-nos instigadas a pensar no emprego das aspas em *doença*, logo no título: o sinal gráfico nos faz relativizar o que seria, de fato, uma doença. O que é uma doença? Como as aspas estão em uma palavra que constitui uma sentença sobre machismo, seria o machismo uma doença?

Na sequência, a existência de “grupos de risco” é negada e a epidemia é entendida como algo que atinge a todos: “Sabemos, faz anos que nunca existiram grupos de risco para infectar as pessoas com HIV”. Ainda, o jornal afirma que “as mulheres heterossexuais monogâmicas, as jovens adolescentes e nossas crianças” também estão cadastradas nos boletins epidemiológicos. É sintomática a pergunta lançada no final do parágrafo: “de quem é a **culpa?**”. Essa pergunta, que anuncia o recorte do texto, é retomada quatro parágrafos depois, uma vez que o jornal

compreende que “a busca por **culpados** e, no caso da Aids, a busca da higienização social e da normalização dentro de um padrão heterossexual caduco, nos torna ainda mais desamparados no controle do contágio às DST’s e Aids”. Conseguimos apresentar um primeiro diagnóstico ao nosso leitor: ao mesmo tempo em que compreendemos três diferentes epidemias, sendo a terceira a epidemia da significação, não podemos entender os sentidos de *culpa* ou *culpado* da mesma maneira. Portanto, o que existe são *culpas* e *culpados*, que podem ser diferentes para as três epidemias.

Podemos exemplificar este raciocínio por meio de nosso corpus: se na reportagem *A endemia invisível* notamos uma *culpa* atribuída à configuração fisiológica do corpo da mulher, compreendemos que em O machismo e as doenças outras instituições estarão carregadas por essa carga de sentido de *culpa*. São culpas que se referem a diferentes epidemias. Com consequência desta reflexão, olhar nossos analisadores separadamente se torna um desafio. Se existem *culpas*, existem *culpados*. Se existem *culpas* e *culpados*, existem *crimes*. Se na primeira e na segunda epidemias o crime é a infecção, a contaminação de pessoas, identificamos o crime da terceira epidemia: o preconceito e a discriminação. Quem são os *culpados* e a quem as *culpas* estão atribuídas pela perspectiva da terceira epidemia? Quem são os *outros*?

Sobre isso, destacamos duas características: podemos interpretar que o jornal associa o *padrão heterossexual caduco* como um agente de higienização, de padronização, de normalização que está, em suma, movimentando a busca por *culpados* para a epidemia que não é aquela de significação. A segunda reflexão, um pouco mais atenta para a construção morfológica da frase, vem pelos sentidos de “nos torna ainda mais desamparados”. Em primeira interpretação, compreendemos que *nós*, na primeira pessoa do plural, faz referência à comunidade LGBT. A despeito de o jornal ser construído desse lugar e para esse lugar, a construção da reportagem sugere uma união, um mergulho na forma com que as relações heterossexuais e homossexuais foram constituídas até então. Acreditamos que os sentidos despertados por essa passagem se aproximam de uma possibilidade de diálogo, de construção coletiva, de desconstrução de padrões que, no contexto da Aids, são prejudiciais a todos.

O texto retoma algumas vezes a perspectiva da “normalização” e da “padronização” pelos termos: *falsa moral, julgamentos, mitos da passividade e da fidelidade, indiferença moral, controle social hipócrita, e políticas autoritárias*. Sobre sinônimos **culpados**, termos como *bode expiatório* e *grupo de risco* foram empregados. Outras culpas, inevitavelmente, do *preconceito* (termo empregado três vezes na reportagem) foram atribuídas a algumas instituições: *mídia, às políticas sociais, aos psicólogos, aos hemocentros, aos falsos farmacêuticos, à omissão do Estado, à omissão particular de cada um de nós, à propriedade privada, à autocensura, e ao capital*. Há um conflito entre querer a liberdade sexual e querer ver-se livre das cargas da culpa, entre questionar o *status* de culpados e atribuir a culpa a alguém. Se, como nosso referencial nos esclarece, há três epidemias causadas pelo vírus HIV, talvez possamos apontar uma quarta: o adoecimento das liberdades sexuais.

Por fim, também conseguimos extrair do texto a forma como o próprio grupo se vê em meio a esse emaranhado de sentidos despertados por suas próprias palavras: qual é o papel do Nuances e das outras ONG’s neste contexto? A primeira resposta, tendo em vista a metáfora da *guerra* de significação, a essa pergunta aparece logo no terceiro parágrafo: “fiscalizando e denunciando políticas de saúde e educação excludentes, propondo ações sérias de afirmação cidadã”. A segunda resposta, e a que mais nos desperta inquietações nesta dissertação, veio no penúltimo parágrafo do texto: “Se não conversamos honestamente sobre nossas vergonhas e medos cotidianos, se não dialogamos francamente sobre os mitos da passividade e fidelidade feminina, é porque não estamos preparados para sermos **agentes promotores da liberdade**”. A tabela a seguir esquematiza todas essas culpas, culpados e agentes de enfrentamento encontrados na reportagem analisada. Ao mesmo tempo em que encontramos a culpa sendo atribuída a 17 instituições, por assim dizer, diferentes, encontramos apenas um agente de enfrentamento: as ONGs. Apesar do que o texto nos apresenta, é sintomático que para tantas *culpas* e *culpados*, tenhamos encontrado apenas um agente acionado para reverter o cenário, que estaria do outro lado da trincheira desta *guerra*.

O que aconteceria com o lugar do *outro*, como uma “poderosa metáfora” trabalhada em nosso segundo capítulo, outras instituições da sociedade também fossem entendidas como potenciais agentes de enfrentamento, por exemplo, as

escolas, a família e as políticas públicas? Em alguma medida, elas são de fato agentes de enfrentamento, mas talvez não sejam da terceira epidemia (de significação, que faz referência ao processo de estigmatização, ao cerceamento das liberdades sexuais), mas sejam essa alternativa para enfrentar a epidemia de infecção do vírus.

Quadro 1- Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem O machismo e as “doenças”

Culpas/ Culpados	Agentes/Formas de enfrentamento
Machismo	ONGS
Falsa moral	
Julgamentos	
Mitos da passividade e da fidelidade	
Indiferença moral	
Controle social hipócrita	
Políticas autoritárias	
Mídia	
Políticas sociais	
Psicólogos	
Hemocentros	
Falsos farmacêuticos	
Omissão do Estado	
Omissão particular de cada um	
Propriedade privada	
Autocensura	
O capital	

Fonte: a autora (2018).

A promoção das liberdades sexuais, para o periódico, também é percebida como algo silenciado entre os adolescentes e jovens que, segundo nossa próxima reportagem, são *grandes esquecidos das políticas de prevenção*. Desta forma, podemos interpretar esses grandes esquecidos como vítimas de um *crime*: a negação do debate sobre sexualidade nas escolas ou entre os adolescentes. A reportagem *Os jovens gays e a Aids* está na nona edição do *Jornal do Nuances*, já de 2000, e volta a ter financiamento público para sua publicação, vindo de editais que preveem outras ações além do jornal. A publicação volta a ser colorida e a ter 12 páginas, como as outras do início de sua circulação. A reportagem está na contracapa, ou seja, na segunda página mais exposta de um periódico (a primeira é a capa). Além disso, a

matéria é assinada por Mário Scheffer, na época membro do Grupo pela Vidda (SP) e representantes das ONGs/Aids no Conselho Nacional de Saúde.

Figura 9 - Reportagem sobre Aids da nona edição do *Jornal do Nuances* (?)

Os jovens gays e a Aids

Os jovens, sobretudo os homossexuais, têm sido os grandes esquecidos das políticas de prevenção em HIV/Aids. Para começar, o adolescente gay não existe socialmente. Nenhuma estatística jamais vai trazer quantos jovens se declaram homossexuais. Dos casos novos de Aids já notificados no país em 1999, cerca de 3.500 estão na faixa dos 13 aos 19 anos. Quantos gays existem por trás desses frios dados epidemiológicos? Ninguém sabe responder.

Ao se referirem à adolescência os testemunhos de gays adultos quase sempre evocam sentimentos engasgados pelo silêncio e incertezas. Esta fase é tão marcante na vida dos gays, que muitos continuam nela aprisionados, sequer "saem do armário".

A rigidez da educação familiar é reforçada pelo meio escolar e pelo círculo de amigos. Assim, o próprio adolescente recusa a aceitar sua homossexualidade. Vive o segredo doloroso, a incompreensão que oprime e discrimina. Como não é acolhido, inicia suas atividades sexuais de maneira clandestina, com um risco maior de se infectar.

Assim, é muito difícil produzir uma mensagem de prevenção em HIV/Aids dirigida ao jovem gay. O contexto social não favorece sequer a localização desse público-alvo.

Por isso, defendo a abordagem da homossexualidade e Aids nas escolas, juntamente com a educação sexual em geral. Há quem veja nisso inconvenientes: promover a homossexualidade (ainda, para muitos, uma "patologia da perversão") entre os jovens ou

Mário Scheffer*

provocar aumento da estigmatização dirigida aos gays.

Pelo contrário, acredito que no momento em que a comunidade escolar toma conhecimento da realidade homossexual, o jovem gay confronta-se com a construção íntima de sua identidade. A auto-estima é um passo importantíssimo para a prevenção eficaz.

Uma recente enquete francesa mostrou que a maioria dos gays adotam o preservativo e o sexo seguro, com exceção do jovem gay e do gay operário, de baixa renda.

Em São Francisco a infecção pelo HIV, que havia estabilizado no meio gay, voltou a crescer justamente entre os mais novos. E a idade da primeira relação sexual entre os meninos que gostam de meninos é cada vez mais precoce.

Nos últimos cinco anos, presenciamos uma total "desomsexualização" da Aids no Brasil. Falta de priorização do público homossexual, negação, preconceito e até homofobia por parte de ONGs e de programas do governo.

Vem aí um "rebote" da epidemia junto aos gays, se medidas urgentes não forem tomadas. Que as campanhas ou projetos financiados estejam adequadas às diferentes realidades homossexuais. E, ao invés de hipocrisia - como o discurso de redução de parceiros do Ministério da Saúde - que as ações incorporem os conceitos de vulnerabilidade, hierarquização dos riscos, redução de danos e respeito a autonomia do indivíduo.



imagem: "Sem Título", Robert Mapplethorpe

*Mário Scheffer é membro do Grupo Pela Vidda/SP e representante das ONGs/Aids no Conselho Nacional de Saúde

Assim como percebemos na reportagem anterior, conseguimos destacar a *culpa*, uma das poderosas metáforas e nosso elemento analisador, dessa vez relacionada ao índice de infecção por HIV de jovens, atribuída a algumas instituições, por assim dizer. A primeira instituição que podemos destacar são os boletins

epidemiológicos: “Nenhuma estatística jamais vai trazer quantos jovens se declaram homossexuais. Dos novos casos de Aids já notificados no país em 1999, cerca de 3500 estão na faixa dos 13 aos 19 anos. **Quantos gays existem por trás desses frios dados epidemiológicos?** Ninguém sabe responder”. Outras três instituições compreendidas pela reportagem como *culpadas* são a família, as relações de amizade e a escola: “A rigidez da educação familiar é reforçada pelo meio escolar e pelo círculo de amigos. Assim, o próprio adolescente recusa a aceitar a sua homossexualidade. Vive o segredo doloroso, a incompreensão que oprime e que discrimina”. Desta forma, Scheffer explica que como o jovem não é acolhido, as suas relações sexuais acabam por acontecer de maneira clandestina.

Tensionando a razão primeira dessa invisibilização dos jovens homossexuais, podemos dizer que as instituições a quem uma *culpa* é atribuída são a camada superficial do que podemos subtrair do texto. Todas essas instituições estão submetidas a um contexto social que não permite a discussão sobre sexualidade na juventude. Ainda segundo o texto, encontra-se dificuldade inclusive para localizar um público jovem e gay a quem seria direcionada mensagens de prevenção e HIV/Aids.

Durante a leitura da referida reportagem, nos perguntamos se aproximar a homossexualidade na juventude dos diagnósticos soropositivos não seria reafirmar o processo de estigmatização que entende as liberdades sexuais como agentes culpados da infecção. O autor do texto nos aponta essa possibilidade e, em seguida, diz que não concorda com a hipótese: “acredito que no momento em que a comunidade escolar toma conhecimento da realidade homossexual, o jovem gay confronta-se com **a construção íntima de sua identidade. A auto-estima [sic] é um passo importantíssimo para a prevenção eficaz**”.

No penúltimo parágrafo, encontramos o termo *desomossexualização* na sentença: “Nos últimos cinco anos, presenciamos uma total ‘**desomossexualização**’ da Aids no Brasil. Falta de priorização do público homossexual, negação, preconceito e até homofobia por parte de **ONGs e de programas de governo**”. Sobre o trecho, dividimos nosso comentário em duas partes: novamente, as políticas públicas e os planos de governo são apontados com a carga de significação de *culpa*, e as ONGs também aparecem com este sentido atribuído a elas. Parece tecer nosso segundo comentário, vamos recorrer ao que assinalamos no primeiro capítulo sobre o termo *heterossexualização* da doença. O termo aparece no texto de Brito, Castilho e

Szwarcwald (2000), no artigo da Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, acompanhado de outros termos como *feminização*, *interiorização* e *pauperização*.

No artigo, o termo faz referência ao aumento de heterossexuais diagnosticados soropositivos. Inevitavelmente, durante a leitura da reportagem, associamos os termos *desomossexualização* e *heterossexualização* como categorias, como processos que estão intimamente relacionados. O que nos intriga, neste caso, é que a *heterossexualização* está categorizando um aumento no número de heterossexuais soropositivos, e a *desomossexualização* faz referência a uma desatenção, um descaso ou, como elucida o autor do texto, uma *despriorização*. Observando a construção do próprio termo, é importante comentar que o prefixo *des* é, essencialmente, uma negação, uma separação, um movimento contrário. Mas, ao contrário da *heterossexualização*, o que é acionado pela *desomossexualização* não são os números que diagnosticam a primeira e a segunda epidemia, mas a terceira epidemia (epidemia de significação) que remonta os danos sociais da Aids. São outros termos, outros sentidos, outras culpas conferidas a outros culpados. O *outro* também são *outros*.

Por fim, o texto nos apresenta uma reivindicação clara para a contenção da epidemia: “E, ao invés da hipocrisia – como o **discurso de redução de parceiros do Ministério da Saúde** – que as ações incorporem os conceitos de vulnerabilidade, hierarquização dos riscos, redução de danos e respeito a **autonomia** do indivíduo”. Interpretamos a autonomia dos indivíduos como o respeito às liberdades sexuais, e o discurso do Ministério da Saúde a quem critica, como o discurso normativo heterossexual monogâmico, já anunciado na reportagem anterior.

Compreendemos que o que deve ser combatido, segundo a reportagem, é a invisibilidade dos jovens e adolescentes, o silenciamento das liberdades sexuais. Por isso, o Ministério da Saúde, por exemplo, pode ser entendido como *culpado* quando se fala da terceira epidemia, mas como um forte aliado quando fazemos referência à primeira e a segunda epidemia, uma vez que há iniciativas e políticas públicas concretas e efetivas para a redução dos índices de soropositivos ao longo do tempo. A tabela a seguir ilustra essas instituições, como feito na reportagem anterior, *culpadas* e possíveis *agentes de enfrentamento*.

Quadro 2 - Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem Os jovens gays e a Aids

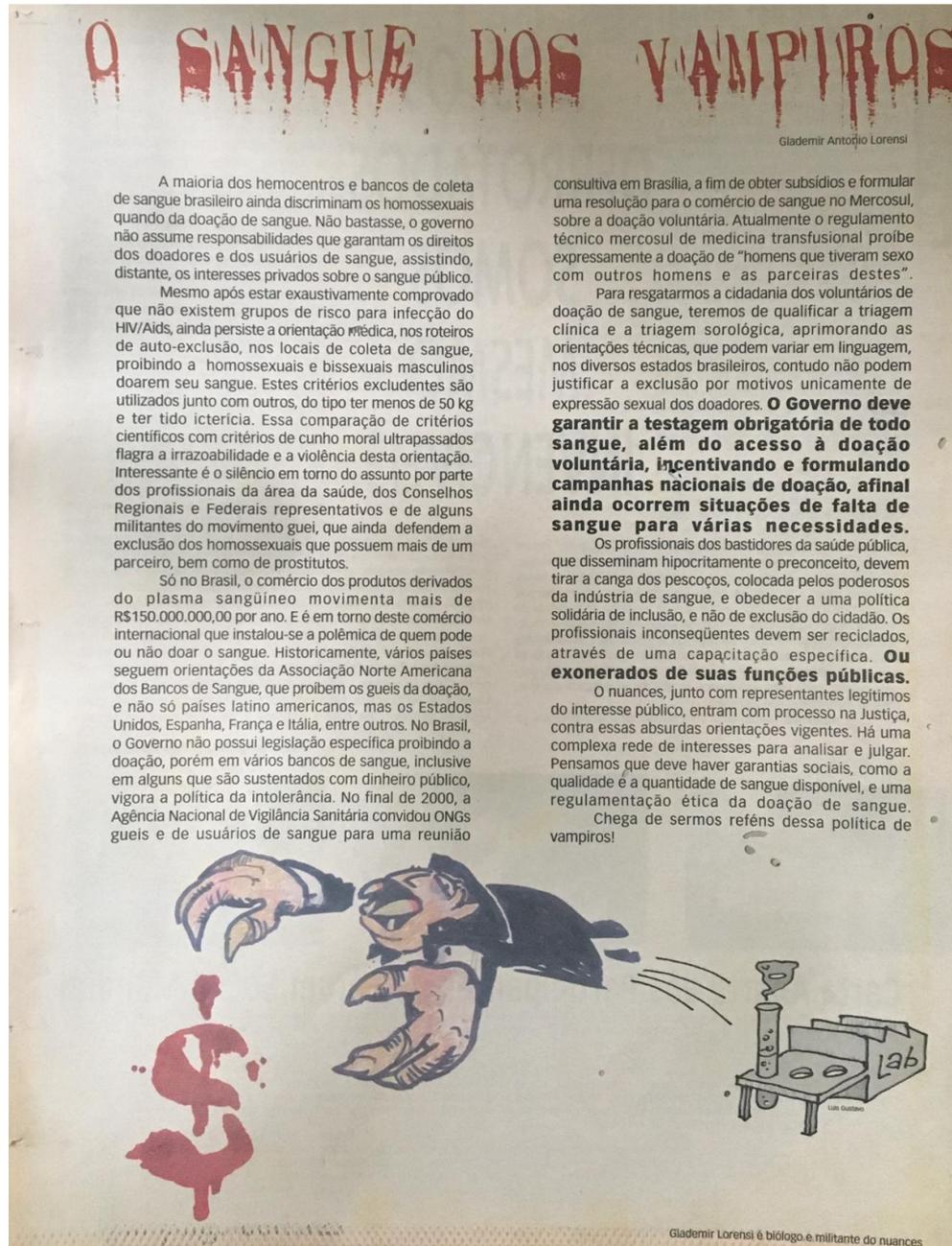
Culpas/ Culpados	Agentes/Formas de enfrentamento
Boletins epidemiológicos	Autoestima
Família	
Relações de amizade	
Escola	
Indiferença moral	
ONGs	
Programas de governo	
Ministério da Saúde	
Discurso hipócrita	

Fonte: a autora (2018).

Ao contrário do texto anterior, não conseguimos identificar agentes e formas de enfrentamento explícitas na reportagem. Contudo, quando o autor comenta a auto estima como um *passo importantíssimo para a prevenção eficaz*, entendemos que a prevenção eficaz, como um objetivo, pode ser alcançada pela construção íntima da autoestima, uma vez que informações sobre as liberdades sexuais, todas elas, sejam oferecidas em ambientes escolares, sociais e familiares. Outra característica que gostaríamos de ressaltar é o papel das ONGs que, nessa reportagem aparecem como culpadas e não como agentes de enfrentamento. Ainda, manteve-se constante a presença da crítica à hipocrisia, à moral, e aos programas de governo.

A próxima reportagem, *O sangue dos vampiros (figura 9)*, que vamos analisar está na décima quinta edição do *Jornal do nuances*, também na contracapa. O texto é assinado por Glademir Antônio Lorensi, biólogo por profissão e militante do grupo Nuances. A edição também foi financiada por políticas públicas e manteve a quantidade de 12 páginas, quase todas coloridas. No texto, o autor tensiona as políticas de doação de sangue públicas e privadas, uma vez que “a maioria dos hemocentros e bancos de sangue brasileiro [sic] ainda discriminam os homossexuais quando da doação de sangue [sic]”.

Figura 10 - Reportagem sobre Aids da décima quinta edição do *Jornal do Nuances* (2000)



Logo na abertura do texto, conseguimos identificar as *culpas*: *hemocentros e bancos de sangue brasileiros*. A *culpa* a que o texto se refere não é pelos índices de infecção do vírus, mas pela discriminação dos homossexuais, ou seja, também é um texto que trabalha na esfera da terceira epidemia. Mais adiante, encontramos outros elementos que ganharam a carga da *culpa* durante a reportagem: “mesmo após estar

exaustivamente comprovado que não existem grupos de risco para a infecção do HIV/Aids, ainda persiste a orientação médica, nos roteiros de auto-exclusão, nos locais de coleta de sangue, proibindo a homossexuais e bissexuais masculinos doarem seu sangue”. No trecho, podemos destacar a *orientação médica* como agentes culpados.

Em seguida, os *critérios científicos* e os *critérios de cunho moral ultrapassados* também figuram da mesma forma. Os profissionais da saúde também são cobrados por seus silêncios frente a situações de preconceito e, o que nos causa inquietação, o jornal classifica alguns militantes do movimento gay como *culpados* por manifestações preconceituosas, “que ainda defendem a exclusão dos homossexuais que possuem mais de um parceiro, bem como prostitutas”. Novamente, encontramos indícios daqueles primeiros marcadores que são reafirmados no processo de estigmatização como elementos centrais de discriminação: sexualidade não normativa, sexo pago/prostituição e poligamia. O discurso deste trecho do jornal vai ao encontro das críticas ao formato heteronormativo e monogâmico a que o grupo nuances se refere não só no jornal, mas em outros projetos (como o *POA Noite Homens*).

A menção à obsolescência dos conceitos de moralidade (*critérios de cunho moral ultrapassados*, na terceira reportagem) e monogamia (*padrão heterossexual caduco*, na primeira reportagem) também permeia o texto em análise. Se na primeira e na terceira reportagens essas percepções aparecem de forma nítida, na segunda, qual seja, *Os jovens gays e a Aids*, podemos acessá-las pelo movimento interpretativo: o que impediria de serem debatidas as liberdades sexuais na juventude, principalmente na comunidade escolar, senão a *moralidade obsoleta* e os *padrões sexuais caducos*?

Na sequência do texto, outras *culpas* e *culpados* foram identificados e esquematizamos na tabela número 6, bem como *agentes/formas de enfrentamento*. Gostaríamos de evidenciar algumas particularidades do texto, especialmente dos trechos: “Para resgatarmos a **cidadania** dos voluntários de doação de sangue, teremos que qualificar a triagem clínica e a triagem sorológica, aprimorando as orientações técnicas, que podem variar em **linguagem** [gripo nosso](...)”. O preconceito pela manifestação da sexualidade fere a cidadania do indivíduo que é materializada, neste caso, pela doação voluntária de sangue. Para o indivíduo não ter

sua cidadania feria, cerceada, segundo a passagem, é preciso não só um preparo das orientações técnicas, mas de orientações mais sensíveis e simbólicas representadas pela linguagem. Ou melhor, acionadas, acessadas pela linguagem. Por motivos de organização de narrativa, a linguagem enquanto elemento do texto que nos possibilita muitas análises, será comentada logo no início do item 4.2 deste capítulo.

Tabela 7 - Culpas/culpados e agentes de enfrentamento na reportagem O sangue dos vampiros

Culpas/ Culpados	Agentes/Formas de enfrentamento
Hemocentros	ONGs
Bancos de sangue brasileiros	Governo
Governo	Linguagem
Interesses privados	Política solidária de inclusão
Médicos	Nuances
Critérios de exclusão	Justiça
Critérios científicos	Triagem clínica
Critérios de cunho moral ultrapassados	Triagem sorológica
Discurso hipócrita	
Profissionais da saúde	
Conselho regional	
Conselho federal	
Militantes do movimento guei	
Comércio internacional	
Associação Norte Americana dos Bancos de Sangue	
Intolerância	
Regulamento de transfusão de sangue Mercosul	
Profissionais bastidores da saúde	
Poderosos da indústria de sangue	

Fonte: a autora (2018).

Sobre os sinais gráficos, que conformam uma categoria de análise, o autor do texto escolheu dar destaque, por meio de escritos em negrito, para o trecho: “O **governo deve garantir** a testagem obrigatória de todo sangue, além do acesso à doação voluntária, incentivando e formulando campanhas nacionais de doação, afinal ainda ocorrem **situações de falta de sangue para várias necessidades** [grifos nossos]”. Podemos assinalar o governo que outrora a ele era resguardado o lugar de culpado, atuando no lugar de agente de enfrentamento. O fato de esse trecho ter ganhado destaque, interpretamos como uma solicitação, uma reivindicação de políticas públicas mais preparadas para lidar com as diversidades sexuais. Ainda,

quando o autor menciona a falta de sangue para outras necessidades, novamente vemos acionado o sentido coletivo da saúde, o sentido de assistência mútua, de troca e de comunidade, para além da comunidade LGBT.

Por fim, destacamos um trecho por apresentar um elemento constante nas três reportagens: a hipocrisia. Na passagem a seguir, a hipocrisia está relacionada aos profissionais da saúde, na reportagem *Os jovens gays e a Aids*, aos discursos das instituições, e na reportagem *O machismo e as “doenças”*, a hipocrisia está associada ao controle social das sexualidades. A seguir, o trecho: “Os profissionais dos bastidores da saúde pública que disseminam **hipocritamente** o preconceito, devem tirar a canga dos pescoços, colocadas pelos poderosos da indústria do sangue, e obedecer a uma política solidária de inclusão, de não exclusão do cidadão”. Seria esta disputa de sentidos, de culpas, de culpados, uma *guerra* contra a hipocrisia?

4.2. Considerações iniciais

Comentamos, ao longo dos três capítulos que antecedem nossa análise, que o jornal estabeleceu uma identidade pautada, dentre outros elementos, pela linguagem atrevida, ousada, que sempre retomava termos usados pela comunidade LGBT e que acionam sentidos para além da gramática. *Bichice, aqué, viadagem, babado, uó, bofe, mona, amapoa...* foram termos frequentemente utilizados para a elaboração dos textos, inclusive da coluna social (*É Uó*), como retomamos no capítulo anterior. Pela nossa interpretação, a linguagem empregada aciona todo o poder simbólico do que é viver a sexualidade e garante, de alguma forma, a existência de uma possibilidade de viver a liberdade sexual mesmo em um contexto e uma sociedade em que *normativiza* a sexualidade.

Observando os dois primeiros textos sobre a epidemia, não podemos dizer que a mesma linguagem também constitui os efeitos de sentido durante sua construção. Notamos que tanto as notas quanto as reportagens, inclusive aquelas que não são assinadas por um autor específico, ou seja, que tem a autoria atribuída ao próprio jornal ou ao grupo Nuances, a boletins epidemiológicos ou a outros veículos de comunicação, apresentam a linguagem comum da tecitura de textos jornalísticos de veículos de comunicação hegemônicos. O vocabulário conhecido e utilizado pela

comunidade LGBT deixa de ser empregado e dá-se espaço para uma comunicação formal na linguagem e na própria informação. A maioria das reportagens (10 das 13) são construídas com o intuito de replicar dados veiculados pelos órgãos públicos sobre a doença, sobre números de mortes, infectados, dados relativos às políticas de instrução e combate à epidemia, dentre outros. A sensação que tivemos e talvez seja um primeiro resultado de nossa pesquisa é que falar sobre a doença pode ter sido algo protocolar para o grupo. Ou melhor, falar sobre a doença dentro dos moldes requisitados pelas políticas públicas voltadas para a epidemia foi algo protocolar, algo sistematicamente constituído por uma repetição de dados e informações.

Entendemos, portanto, os indícios de que a Aids e seus efeitos, como é dito e entendido pela imprensa hegemônica, pelas políticas públicas e pela sociedade, possibilitou, dentre outras iniciativas, a existência do jornal, mas não podemos dizer que o *Jornal do nuances* canaliza seus esforços apenas para a instrução e prevenção da primeira e da segunda epidemia. Por isso, nos perguntamos: onde está o processo de estigmatização quando pensamos o poder simbólico das metáforas exploradas em nosso primeiro capítulo? O que mais o *Jornal do nuances* pode e quer nos dizer sobre as liberdades sexuais? O que mais teve espaço no jornal e o que ele considera importante para ser veiculado, bem como as informações sobre a epidemia da Aids? Na última seção deste capítulo, apresentamos ao nosso leitor uma visão panorâmica que nos permite ter acesso ao jornal como um veículo de comunicação contra-hegemônico, porta-voz de um grupo que se compromete a ser um *propagador das liberdades sexuais*, como forma de enfrentamento da terceira epidemia.

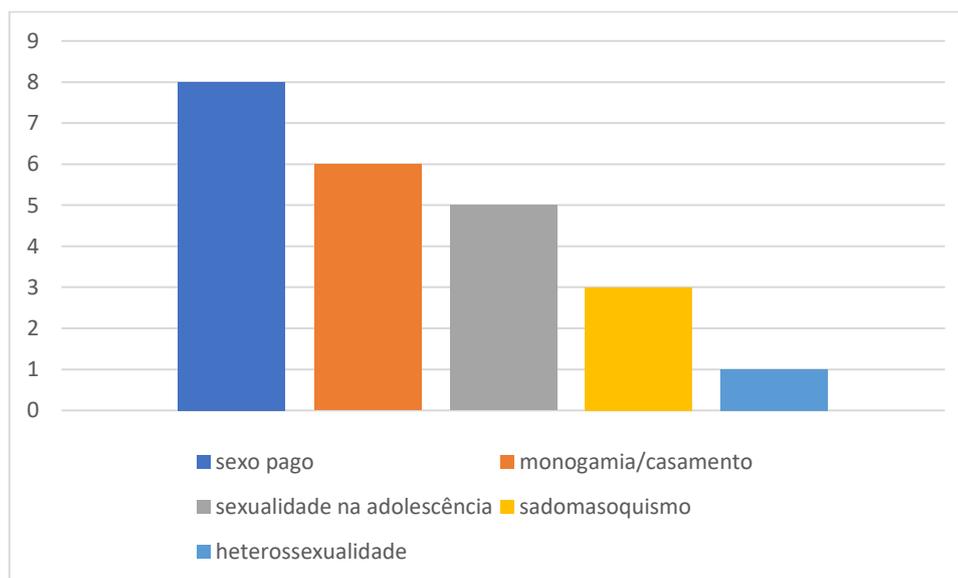
4.3. As liberdades sexuais no *Jornal do nuances*

Ao longo da análise das reportagens, encontramos referências às liberdade sexuais em alguns momentos de forma nítida, e outros, de forma subliminar. O jornal ofereceu uma reflexão sobre homossexualidades, poligamia, sobre padrões heterossexuais, sexo pago, principalmente. Dentre os agentes de enfrentamento das epidemias, sobretudo da terceira epidemia (de significação, referente ao processo de estigmatização), atribuiu a si mesmo (enquanto Nuances e enquanto um grupo que constitui um conjunto de ONGs LGBT) o papel de propagador das liberdades. Desta

forma, nos perguntamos de que forma encontraríamos esses conteúdos no jornal e, assim, elaboramos a etapa final de nosso capítulo analítico. Estruturamos uma breve análise quantitativa, explicadas a seguir.

O gráfico 8 nos revela que, dentre todas as formas de manifestação da sexualidade e de relacionamentos afetivos-sexuais, o tema da prostituição, ou melhor, do sexo pago foi o que teve mais recorrência, totalizando oito reportagens sobre isso. Comentaremos de forma breve duas reportagens nessa chave que nos chamou a atenção: em uma delas, o grupo Nuances sorteou uma noite de sexo com um homem, e deu ao evento o título de *Sorteio do bofe bafão*. Outra, promovia o prazer sexual dos e das profissionais de sexo, como uma atitude de enfrentamento ao preconceito. A monogamia e o casamento foram debatidos em seis reportagens. A terceira manifestação sexual moralmente silenciada que também ganhou espaço no jornal foi o sexo na adolescência/juventude (cinco reportagens), seguida pelo sadomasoquismo (três reportagens) e, por fim, pela heterossexualidade (uma reportagem). Todas essas manifestações sexuais totalizaram 23 reportagens, 10 a mais do que aquelas que a Aids foi a temática principal. O **eixo vertical** do gráfico representa a quantidade de matérias veiculadas por temática (representada por cores, segundo a legenda).

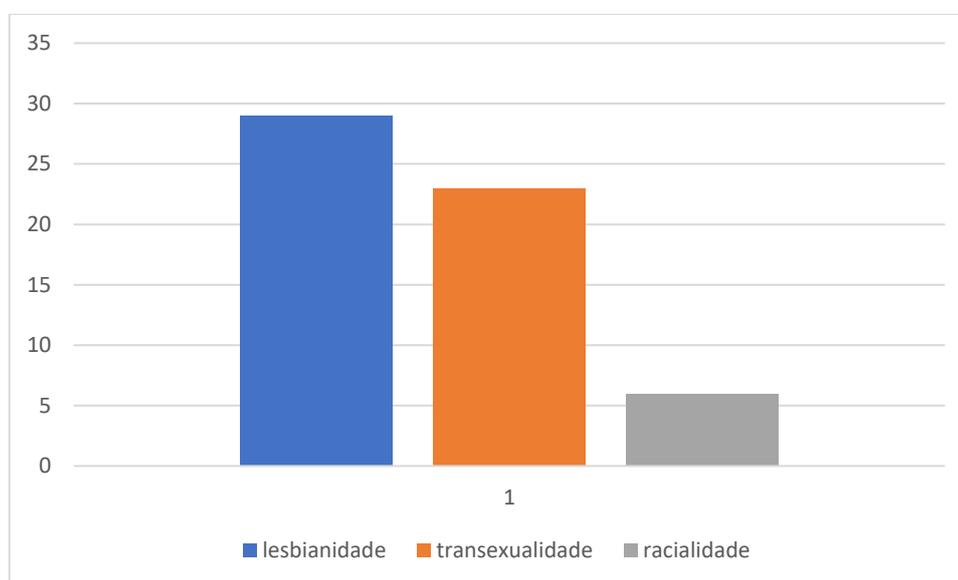
Gráfico 8 - Relações afetivas e sexuais debatidas em reportagens (levantamento de todas as edições disponíveis)



Fonte: a autora (2018).

Também nos atentamos para os outros marcadores que, segundo Parker e Aggleton (2001) são acionados no processo de estigmatização no contexto da Aids: lesbianidades (pensando a intersecção gênero x sexualidade), a transexualidade (pensando a construção de gênero e os sentidos de masculinidades e feminilidades) e, por fim, a racialidade (para tensionar a intersecção raça x sexualidade). As lesbianidades somaram 29 reportagens, as transexualidades totalizaram 23 reportagens e as questões raciais apareceram em apenas 6 reportagens, segundo a gráfico 9:

Gráfico 9 - Reportagens veiculadas segundo os debates sobre lesbianidade, racialidade e transexualidade

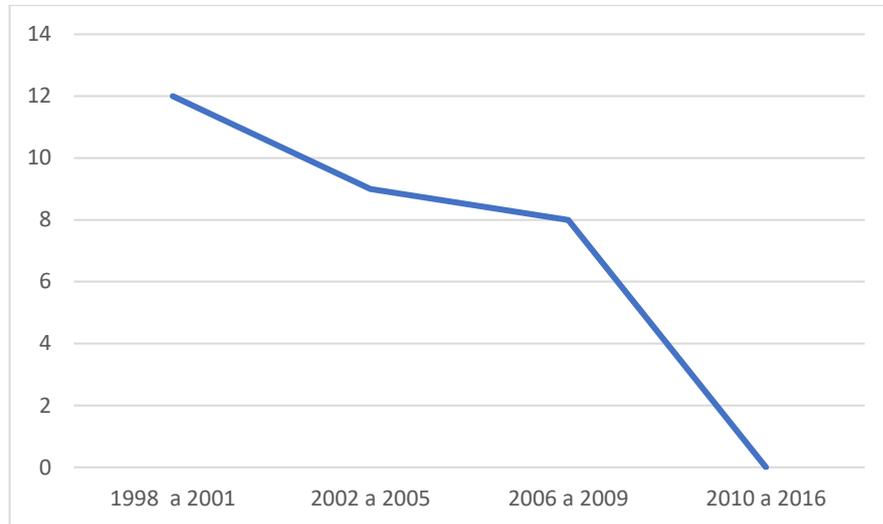


Fonte: a autora (2018).

Também observamos a ocorrência dessas reportagens pela perspectiva cronológica, com o mesmo recorte temporal que utilizamos durante as análises das notas e reportagens sobre Aids: de 1998 a 2001, de 2002 a 2005, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2016. O gráfico 14 nos revela que o debate sobre as lesbianidades, embora tenha sido, em termos quantitativos, o mais abordado durante toda a existência do jornal, com o passar dos anos perdeu espaço. Nos primeiros quatro anos, foram 12 reportagens, e nos últimos anos, nenhuma. É importante lembrar que no último período analisado, somente duas edições foram postas em circulação. Contudo, houve uma queda desde o primeiro período em análise, o que nos faz acreditar que

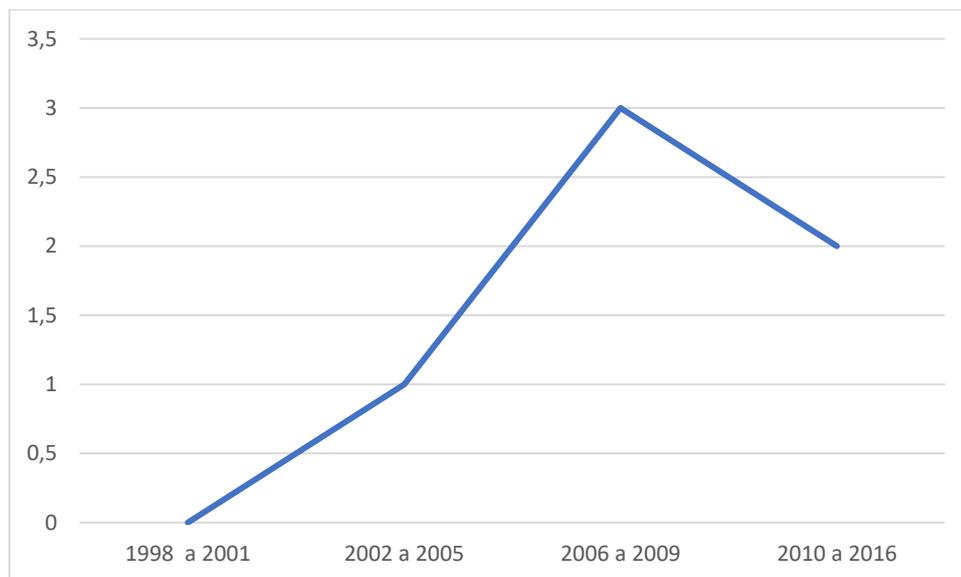
há indícios o suficiente para afirmarmos que as lesbianidades, assim como a Aids, perderam espaço no *Jornal do nuances*.

Gráfico 10 - Debate sobre lesbianidades em reportagens ao longo do tempo



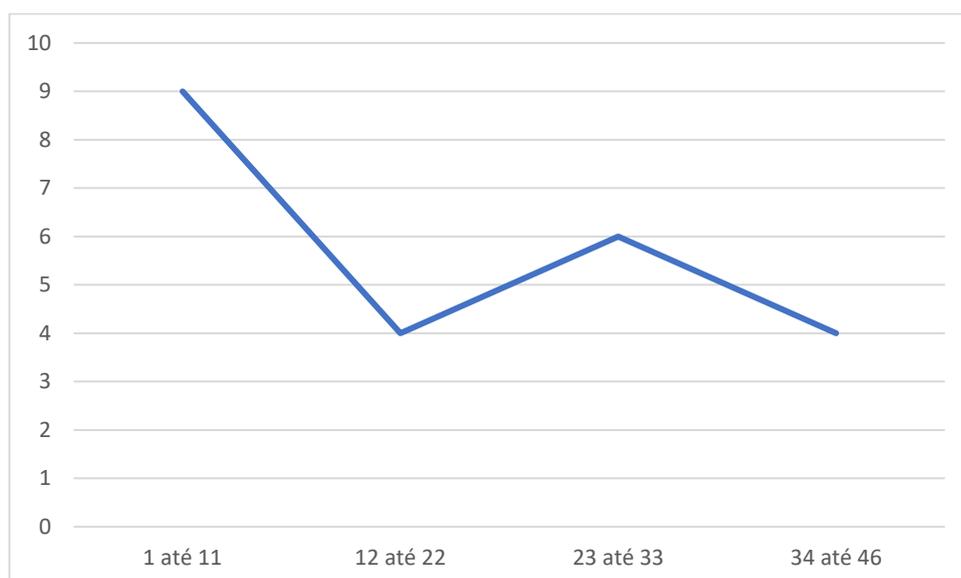
Fonte: a autora (2018).

O gráfico 13 apresenta a perspectiva cronológica do debate racial no jornal, sempre pensando a intersecção raça x sexualidade. Fica nítido, após análise da curva, que houve um crescente da presença da temática racial no jornal, sobretudo a partir de 2002. A queda, no final do gráfico, pode estar associada ao fato de que apenas duas edições circularam naquele período, pois a curva nos apresenta uma probabilidade de crescimento. Há indícios de que as políticas públicas principalmente do governo Lula tenham influenciado na presença do debate racial no periódico. Guardaremos esta reflexão para pesquisas futuras.

Gráfico 11 - Debate racial abordado em reportagens ao longo do tempo

Fonte: a autora (2018).

Dos três marcadores observados, quais sejam, lesbianidades, racialidade e transexualidades, este terceiro foi o que apresentou maior constância no jornal. Nos primeiros quatro anos, foram nove reportagens sobre transexualidades publicadas no *Jornal do nuances*, seguindo por uma diminuição para quatro reportagens no segundo período, um aumento para seis no terceiro, e novamente uma queda no último período. Não foram movimentações significativas para nossa análise.

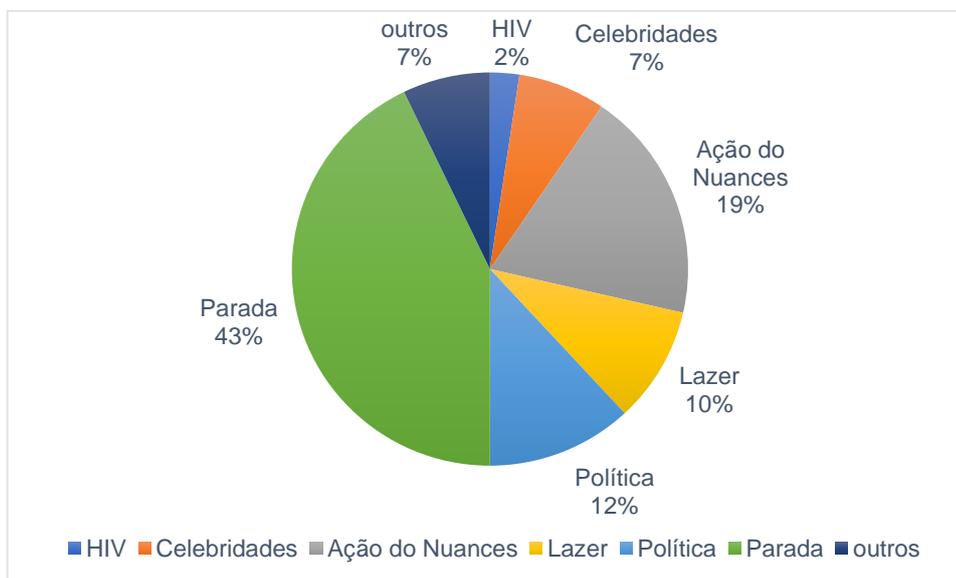
Gráfico 12 - Debate sobre transexualidade em reportagens ao longo do tempo

Fonte: a autora (2018).

Perguntamo-nos, também, a que o periódico dá destaque em cada edição e, para alcançar a resposta mais próxima à realidade desse questionamento, observamos a constituição das capas³⁴ do periódico. Elencamos cinco grandes temáticas que notamos que se repetiam ao longo do tempo, quais sejam, **Parada do Orgulho**³⁵ (ou, como classifica o jornal, *Parada Livre*, celebrada, na maioria das vezes, no mês de novembro e/ou no mês de junho); **Ações do Nuances** (nesta categoria, reunimos atividades em escolas, presídios, realização e participação de eventos, viagens e encontros realizados por outras ONG's, enfim); **Política** (entrevistas com candidatos, polêmicas envolvendo políticos, análises de conjuntura pela perspectiva da ONG, entre outros); **Lazer** (por vezes o jornal disponibilizou roteiros de viagens, de bares, de casas noturnas, motéis, restaurantes, ou seja, estabelecimentos considerados seguros e que respeitasse as orientações sexuais e identidades de gênero em suas diversidades); **Celebridades** (esta categoria relaciona as publicações que levam ao leitor, geralmente, uma entrevista com alguma celebridade do universo LGBT, como Nêga Lu e Rita Cadillac); e, agrupando outros temas, a categoria **Outros**. Ainda, para fins de comparação, escolhemos também mostrar no próximo gráfico a presença da **Aids** como principal elemento da capa do Jornal: apenas em uma delas (a saber, a terceira edição) a epidemia teve tal destaque:

³⁴ As capas estão disponíveis no anexo II.

³⁵ No Apêndice 1 há mais informações sobre as paradas do orgulho LGBT, surgimento, propósito, dentre outros dados a serem consultados por nossos leitores e nossas leitoras.

Gráfico 13 - Destaque de capa do *Jornal do nuances*

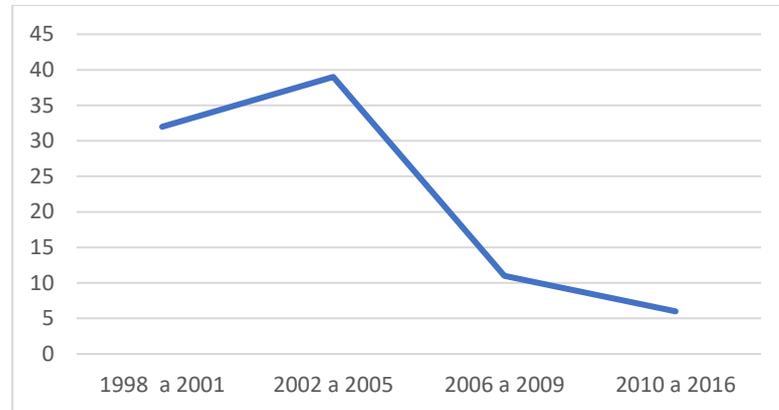
Fonte: a autora (2018).

Quase metade das publicações (43%) apresentaram a Parada Livre como o assunto mais importante daquelas edições. É importante lembrar que o Nuances faz parte do grupo de organização da Parada Livre. Ainda, percebemos que das 10 últimas edições, seis trouxeram o evento na capa, três trouxeram outras ações e uma capa apresentou um debate político como principal assunto a ser abordado no jornal. Pela perspectiva temporal, escolhemos não dividir de acordo com as políticas de governo da época, pois nos últimos oito anos, apenas três edições foram postas em circulação.

Ainda, em nossa leitura e reconhecimento do *Jornal do nuances*, percebemos que houve uma constância na publicação de denúncias de violências sofridas pela comunidade LGBT, sejam elas simbólicas (como definimos em nosso primeiro capítulo) ou físicas. Desta forma, buscamos mensurar quantas denúncias foram publicadas ao longo de sua existência: 99 denúncias de violência simbólica e 27 de violência física. Procuramos localizar nos anos, com o mesmo recorte temporal que demos às notas e às reportagens, as denúncias. Notamos que houve uma queda no número de denúncias de violências simbólicas. Também percebemos que houve apenas duas denúncias que estiveram relacionadas diretamente com a epidemia, pois

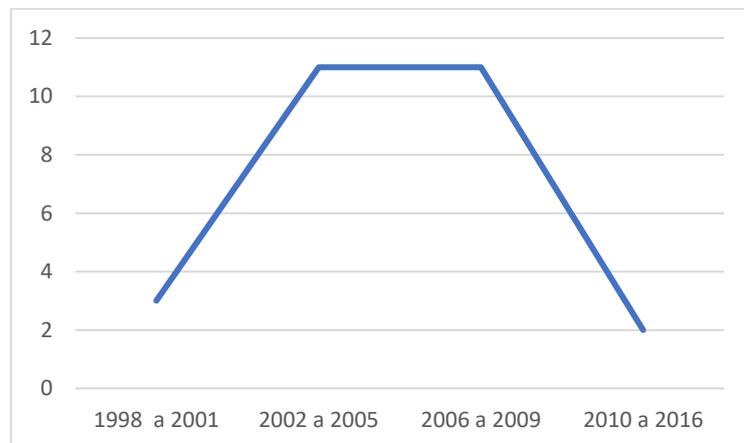
ocorreram ambas em bancos de sangue, como a reportagem *O sangue dos vampiros nos mostrou*.

Gráfico 14 - Denúncias de violência simbólica pela perspectiva cronológica



Fonte: a autora (2018).

Gráfico 15 - Denúncias de violência física pela perspectiva cronológica



Fonte: a autora (2018).

Desta forma, encerramos nossa análise. Acessamos, por meio das reportagens que constituíram nosso corpus, uma amostra das reivindicações do jornal pelas liberdades sexuais no contexto da Aids. Observar as poderosas metáforas enquanto elementos analisadores nos possibilitou pensar sobre a visibilidade das pautas das liberdades sexuais, afinal, os sentidos sobre culpa, morte, guerra, culpados, vítimas e punição estiveram em trânsito também, mas não da mesma forma que debatemos com nosso referencial teórico. O debate sobre a epidemia de significação esteve

presente ao longo de todo o jornal e, assim, não podemos dizer que a problemática da Aids foi negligenciada pelo periódico. Houve reflexão, levantamento de dados, tradução de informações, cobrança dos poderes públicos e dos governos de cada período estudado. Houve diálogo com a população, proximidade com diferentes esferas sociais: justiça, sistema carcerário, escolas, saúde e, no limite, turismo e transporte. Por isso, encerro esta reflexão assinalando que a comunicação presente no jornal, contra-hegemônica como exploramos, nos revela outras informações e demandas sociais sobre a doença. Pergunto ao nosso leitor, como uma reflexão crítica a nossa área de concentração, a comunicação: até quando as manifestações da sexualidade, as pautas referentes aos corpos e aos prazeres, estarão tangenciando os debates sobre elas mesmas? Como inserir essas vozes na comunicação ampla, uma vez que a saúde sexual faz parte das constituições de todos os corpos?

CONSIDERAÇÕES

*Me sinto preso a essa força paralisante,
mas que também pode ser mobilizadora.*

(Pai, Pai – João Silvério Trevisan)

Sempre estive acompanhada, na tecitura de todas essas ideias presentes nas páginas deste trabalho, por uma perspectiva apresentada a mim pela minha companheira de vida: um trabalho de pesquisa nunca encontra um fim, mas é preciso ser interrompido. É nesta etapa que interrompo uma pesquisa que, muito mais do que me revelar informações objetivas sobre um tema, um objeto e um contexto, me possibilitou o acesso a uma pesquisadora que desconhecia. Uma pesquisadora que, em meio a tantos medos, encontrou coragem para (re)começar um trabalho despida de qualquer certeza.

Por isso, não poderia começar estas considerações sem antes reafirmar a minha dificuldade em lidar com questões relativas à saúde, às mortes físicas e simbólicas. A morte física, a matéria cadavérica que, neste trabalho, se apresentou pela epidemia da Aids escancarada e explorada no primeiro capítulo, me transportou para um contexto onde eu ainda não existia, ainda não era viva. Fui surpreendida e senti, em cada centímetro da minha pele, as dores avassaladoras de uma doença que floresceu no seio dos prazeres sexuais. Uma doença que ainda hoje, em 2018, assassina anualmente milhões de pessoas em todo mundo. Ela assusta, ela é gatilho para o pânico moral. A Aids sempre é uma possibilidade que ronda aqueles e aquelas que ousam vivenciar os prazeres de suas sexualidades.

Mesmo antes de mergulhar no universo de sentidos despertados pela epidemia, sentia que sabia onde eu queria chegar. Busquei, por meio desta pesquisa, questionar todas as instituições que invisibilizam meus próprios relacionamentos, minhas formas de sentir afeto, meus jeitos de sentir prazer. Consegui fazer isso, mas me vi realizando coisas que não esperava: não questionei apenas as instituições normatizadoras, moralistas e hipócritas (para usar os termos empregados no *Jornal do nuances*), questionei também os movimentos pelas liberdades sexuais, os veículos de comunicação, questionei até o exercício de minha profissão de jornalista. Sinto-me confortável em anunciar as próximas páginas com essas linhas introdutórias e, em

certa medida, desabafadas. Esta pesquisa, no fim, não me trouxe respostas mas adaptou e refinou minhas perguntas.

A primeira delas foi comemorada tanto com euforia, quanto com indignação. Em nosso primeiro movimento de investigação, para contemplar o primeiro objetivo de pesquisa, revisitamos alguns boletins epidemiológicos e percebemos duas informações que, posteriormente, dialogariam diretamente com nossos resultados das análises do periódico: o Rio Grande do Sul é, de fato, o estado com mais diagnosticados soropositivos (proporcionalmente). Ainda, 73% da população soropositiva do Rio Grande do Sul se declara heterossexual. Percebemos, neste momento, a potência dessa informação, mas só conseguimos interpretá-la com a seriedade e profundidade necessárias com a ajuda de nosso estudo sobre algumas ações da ONG Nuances. O que, efetivamente, significa a *autodeclaração*? Nosso esforço está em compreender essa informação para além da *hipocrisia* (reafirmada pelo jornal ao longo de toda esta dissertação). Sugerimos que *autodeclaração* possibilita o exercício da sexualidade, do prazer do sexo sem moralismos. Uma vez que, socialmente declarado dentro da norma, a identidade, individualidade, a forma de manifestar prazer e sexualidade fica, literalmente, entre as paredes. Uma primeira pergunta, portanto, lançamos ao nosso leitor: qual é a diferença em manter a sexualidade entre as paredes simbólicas das palavras e manter a sexualidade dentro do armário, por assim dizer?

Foi também no primeiro capítulo que acessamos pela primeira vez as liberdades sexuais propagadas pelo *Jornal do Nuances* como uma missão, em nossa interpretação, da ONG pela *livre expressão sexual*. Reivindicar a sexualidade, segundo nosso estudo, foi (e ainda é) enfrentar um mecanismo de instituições articuladas para promover e dar manutenção a comportamentos normativos: monogamia, heterossexualidade, casamento, e outros que envolvem um conceito de família estruturado por gênero e por sexualidade. Por isso, as políticas públicas para a prevenção e diminuição dos índices alarmantes da epidemia foram pautadas por ideias que não contemplam as diversidades sexuais. A diminuição de parceiros sexuais, por exemplo, foi vista e divulgada como uma das principais e mais eficazes iniciativas para a proteção dos corpos, para a diminuição do número de infectados. O grupo Nuances não concorda com isso, e por isso elaborou ações, como o projeto *PoA Noite Homens* que, na contramão do discurso mais comum da época (e ainda de

hoje), permitia e provia as relações com diferentes parceiros sexuais. Compreendemos esta atitude como uma denúncia do moralismo das políticas públicas que, no limite, não seriam eficazes se não atingissem, de fato, aquela população com uma linguagem específica e propostas específicas. As políticas públicas não foram elaboradas para garantir as liberdades sexuais em um contexto de epidemia. Elas foram elaboradas com todo o caráter proibitivo, restritivo que se é comum encontrar. De que forma, portanto, as liberdades sexuais resistiriam a isso, uma vez que a doença é real, que os corpos estão definhando aos poucos, que as pessoas estão morrendo em um crescimento exponencial?

Caminhamos, portanto, para nosso segundo capítulo que explorou o processo de estigmatização da Aids. Como a Aids se tornou uma doença daqueles que vivem as suas liberdades sexuais? Por que ela se tornou essa doença, com essa carga de sentido, se temos 73% da população soropositiva, no estado com maior número de infectados, *autodeclarada* heterossexual? Inevitavelmente, pensar o processo de estigmatização da Aids é pensar complexas relações de poder de privilegiados, privilégios e desigualdade social.

Nosso referencial nos proporcionou uma sensível observação do processo de estigmatização pela perspectiva da história social da Aids. A bem da verdade, notícias sobre a epidemia chegaram anos antes do primeiro diagnóstico da doença no Brasil, o que proporcionou que a epidemia fosse uma epidemia de significação. Percebemos, durante nosso estudo, que a Aids configurou, na verdade, três diferentes epidemias: a primeira, a transmissão do vírus HIV; a segunda, sua evolução para a doença que acomete o sistema imunológico humano e a terceira, onde essa dissertação está debruçada, a epidemia de significação. A Aids era referida por metáforas poderosas que faziam transitar sentidos sobre ela mesma e sobre as pessoas a quem acometia: *morte, punição, vítimas, culpados, o outro...* uma epidemia de muitas faces anunciava a morte precoce. Aqui, uma primeira consideração sobre isso: de qual morte estamos falando? A doença deteriora o corpo, mata a carne, isso é sabido. Isso é temido. Mas, quando damos visibilidade a populações acometidas que não podem usufruir dos mesmos espaços de comunicação de outras pessoas, o que elas nos revelam? O que elas sentem morrer com a epidemia, além do corpo e da carne?

As próximas reflexões, exploradas neste capítulo, nos deram algumas pistas para essas perguntas. Se a Aids configura também uma epidemia de significação, que

se faz possível pela linguagem, pela existência de metáforas que acionam sentidos múltiplos sobre as pessoas e a própria doença, a quem ela atribui sentido? A quais populações? Segundo nossos estudos, a epidemia recupera alguns marcadores sociais e reforça, retoma, discriminações vividas por eles. A Aids já figurou como uma doença dos negros (marcador de raça), como uma doença das mulheres (gênero), uma doença dos pobres (classe) e, mais próximo do recorte deste trabalho, uma doença dos gays (sexualidade). Desta forma, a trama de sentidos sobre a epidemia é uma forma de dar manutenção a relações de poder, a relações hierárquicas de dominação de perpetuam desigualdades sociais históricas.

Ao final de nosso segundo capítulo e iluminadas por essas perspectivas das violências sociais causadas pela epidemia, introduzimos uma primeira leitura do *Jornal do nuances*, que teve sua primeira publicação no seio destes debates, além de ter sido financiado, dentre outros projetos, por políticas públicas de prevenção e instrução. Pela definição do próprio periódico, a comunicação feita por, e para a comunidade LGBT, é mais uma força de luta contra preconceitos, e é isso que ele se propõe ser: a voz, ou como preferimos dizer, a visibilidade dessas pessoas. Encontramos mais uma vez a hipocrisia como um elemento acionado neste debate sobre sexualidade, que percorreu nosso trabalho do primeiro capítulo ao final de nossa análise.

No terceiro capítulo, conhecemos mais um pouco da história das lutas pelas liberdades sexuais no Brasil. Percebemos que foram por meio dessas manifestações e organizações populares sociais que muitas conquistas, inclusive a distribuição de remédios gratuitos para o tratamento da doença, foram possíveis. Vimos que a epidemia enquanto doença que acometia os homossexuais foi absorvida pelo movimento homossexual que encontrou respaldo nas políticas públicas para que fosse possível uma comunicação de enfrentamento da epidemia. Foi por este estudo que percebemos que a epidemia da Aids configurou um segundo momento das lutas pelas liberdades sexuais: a primeira onda foi marcada pela conquista de visibilidade, pelo sentimento de liberdade das diversidades sexuais e de gênero. A segunda onda, pela epidemia da Aids que atingiu essas populações não só por meio da morte da carne, mas pela morte simbólica dessas liberdades conquistada desde os anos 1960 e 1970.

No quarto capítulo, portanto, chegamos à análise de nosso material. Em um primeiro momento, confesso que encontrei dificuldade em estabelecer uma metodologia que atendesse a dimensão da temática e daquilo que estaria diante dos olhos. Conseguimos acessar as liberdades sexuais, as reivindicações do jornal, as Aids da mesma forma que iniciamos este estudo: assumindo todo o poder excedente da doença, ou seja, voltamos nossos esforços para identificar a epidemia materializada no jornal. Adotamos as poderosas metáforas como elementos analisadores e as identificamos em nosso corpus, conforme nossa leitura interpretativa.

O que percebemos, por meio de nossa análise, mas também por meio de nossas consultas ao nosso referencial teórico, é que o discurso hegemônico e as políticas públicas para prevenção e instrução da Aids previam a contenção da primeira e da segunda epidemia. O que vimos acionada pelo jornal foi a epidemia de significação. Oferecia-se o remédio, entendia-se a liberdade. Oferecia-se o bem da carne em detrimento da possibilidade de se ter inúmeros parceiros. Reivindicava-se o direito ao sexo, ao gozo e ao prazer. Oferecia-se tratamento, cuidados médicos às crianças e adolescentes. Pautava-se a educação sexual nas escolas. Culpava-se uma população pela disseminação do vírus, culpava-se os poderes públicos pela violência sofrida. Afinal, o que é um corpo saudável? Por qual perspectiva compreendemos a saúde? É possível garantir a sobrevivência simbólica das sexualidades ao mesmo tempo em que cuidamos do corpo?

Estabeleço, neste momento, um diálogo com o campo de estudos em comunicação e sua responsabilidade e formar comunicadores. Compreendo que durante minha formação em jornalismo, pouco se viu ou se estudou meios de comunicação que não fossem hegemônicos. A forma de se fazer jornalismo, uma apuração sensível do que se é notícia, uma aproximação com realidades outras, uma compreensão sobre marginalidade enquanto constituinte da sociedade... afinal, para quê e para quem estamos comunicando? O que estamos ajudando a perpetuar e quais realidades estamos dispostas e dispostos a mudar?

Por fim, acredito que a pesquisa é, em sua essência, um espaço para se exercer uma força política. Essa força política esteve em vibração em todas as páginas desta dissertação e, por isso, finalizo a reflexão fazendo referência a uma fala do presidente eleito em 2018 com 57.797.847 de votos, Jair Bolsonaro, do PSL (Partido

Social Liberal). O presidente, capitão do exército brasileiro aposentado, em entrevista ao programa *Custe o que Custar* (CQC, exibido pelo canal Band entre 2008 e 2015), veiculada em 2010, afirma que "O Estado deve tratar de doentes infortúnios e não de vagabundos que se drogam ou adquirem Aids por *viadagem*". O então deputado federal versava sobre o fim da distribuição gratuita de alguns medicamentos para diagnosticados soropositivos.

Ainda, a campanha do presidente eleito foi guiada, dentre outros fatores, pela clara posição do candidato contra o direito de minorias e políticas afirmativas que atendem aos mesmos marcadores que mencionamos anteriormente (gênero, raça, classe e sexualidade). Completamente avesso às propostas de educação sexual, como o projeto *Escola sem homofobia* (de Fernando Haddad), o presidente demarca o início de um novo momento para o país, ou nem tão novo assim. Se encontramos nas páginas do *Jornal do nuances* indícios de que a comunicação dos poderes públicos não contempla a realidade da diversidade sexual e de gênero, o que diremos daqui alguns anos? Há vinte anos, o jornal já nos apontava novas estratégias de combate às violências principalmente pelo diálogo e pela educação que, em alguma medida, foram minimamente contempladas pelos governos anteriores. Qual seria nossa perspectiva de avanço, tendo em vista um presidente que insiste em negar a existência do *outro*? Qual é a *culpa* que este presidente carrega?

Por isso, registro aqui um compromisso enquanto mulher lésbica e sensível às fragilidades alheias, e às minhas também: tracei, a partir desta dissertação, um caminho sem volta. Escolho a pesquisa, a ciência e, em breve, a docência como frentes de trabalho por uma sociedade mais justa, mais diversa e mais amorosa. Que minhas próximas pesquisas tragam contribuições sobre comunicação, política e as diversidades sexuais. E, como um *berro* de esperança, vislumbro cursos capazes de formarem comunicadores sensíveis e prontos para compreender o que está para além da própria realidade.

REFERÊNCIAS

- AMBROSE, Tom. **Heróis e exílio: ícones gays através dos tempos**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2011.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.
- BARROSO, Fernando. **Jornal do nuances: prática midiática de uma ONG de Porto Alegre – RS para o confronto político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona”**. 2007. 310 f. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), São Leopoldo.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2004.
- _____. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.
- BERNARDET, Jean-Claud. Ser ou não ser não é a questão. In: PINSKY, Jaimes (Org.). **12 faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRITO A.; CASTILHO E.; SZWARCOWALD C. **AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada**. Rio de Janeiro: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v34n2/a10v34n2> Acesso em: 20 set. 2018
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CASTAÑEDA, Marina. **A Experiência Homossexual**. São Paulo: Girafa, 2007.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da homossexualidade**. Belo Horizonte: Bagoas, 2008.
- DURAND, Gilbert. **Estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall + 40 o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, cap. 1.
- FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Campinas, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2510/1920>. Acessado em: 08 mai. 2018.

_____. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa – estudos sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade v.1.:** A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins. Fontes, 1999.

FRANÇA, Vera. O Objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera. (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39 – 60.

GALVÃO, Jane. **A Aids no Brasil – A agenda de construção de uma epidemia**. São Paulo: Editora 34, 2000.

GIAMI, A. De Kinsey à Aids: a evolução da construção do comportamento sexual em pesquisas quantitativas. In: LOYOLA, Maria Andrea. (Org.). **Aids e sexualidade: o ponto de vista das Ciências Humanas**. Rio De Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOLIN, Célio. **Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: Nuances; grupo pela livre expressão sexual, 2017.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Voz da diversidade: os discursos da mídia brasileira especializada na temática gay**. São Paulo, v.2, n1, jul./dez/ 2011. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/alterior/article/download/124014/120189>. Acesso em: 05. Fev. 2018.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LIMA, Marcus Antônio Assis. **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. _____. 2011.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil de “abertura”. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MALDIDIER, Denise. **A inquietude do discurso, um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux**. Semen, Besançon, Presses Univ. de Franche-Comté, n. 8, 1993, p. 107 – 119. Disponível em: <https://semen.revues.org/4351> . Acesso em : 1 dez. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gêneses dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARSHALL, G. **Oxford Dictionary of Sociology**. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

MORAES, Diego. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, n.1, vol. 8, 2010, p. 54-77. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420%20/8298> Acesso em: 15/11/2018.

PAIVA, R. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PALÁCIOS, M. **O medo do vazio**: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (Org.). Idade mídia. Salvador: UFBA, 2001.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PARKER, R. AGLLETON, P. **Estigma, discriminação e Aids**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001.

PASSAMANI, Guilherme. **O Arco-Íris (des)coberto**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2009.

PECHENY, Mario. Secas y mojadas: de por qué leyes y políticas sexuales nunca dejan a nadie satisfecha. In: VIANA MACHADO, Frederico; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan. (Orgs.). **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Porto Alegre: RedeUNIDA/Nuances, 2017. (p.11 - 93)

PÉRET, Flávia. **Imprensa gaaaaaaay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

REZENDE, Marcelo Martins. **Homofobia para além das aparências**. Porto Alegre: Mediação, 2016.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário: a identidade gay nos programas de telejornais brasileiros**. São Paulo: GLS, 2010.

RIOS, Roger Raupp. (Org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto; FILHO, Aldo Victorio. **Os anúncios na imprensa gay do Brasil**. Salvador: _____. Bahia, 2008.

SANTOS, Joseylson e VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Corpo e sentimento – 46 anos de imprensa gay no Brasil**. In: Itercom, Curitiba. Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0286-1.pdf> Acesso em: 15 abr. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez./ 1990. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> . Acesso em: 14 mai. 2018.

SEFFNER, Fernando. Com vírus, sem vírus: Afeto, Amor, Amizade, Vida Sexual e Aids. In: PAULA, Cristiane; PADOIN, Stela; SCHAURICH, Diego (Org.). **Aids: o que ainda há para ser dito?** Santa Maria: Editora UFSM, 2007, cap. 1.

_____. Não há saber mais, nem saber menos: há saberes diferentes. In: GOLIN, Célio. **Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: s.n. 2017.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. **Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à Aids**. *Interface*, Porto Alegre, 2016, p. 293 – 304.

SILVA, Tereza Santos. **A subjetividade aparente dos operadores argumentativos na construção do texto jornalístico**. *Working Papers*, Florianópolis, vol. 2, n. 1, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/download/661/1628> . Acesso em: 12 out. 2017.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típicoideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

_____. Comunidade e sociedade: textos selecionados. In: MIRANDA, O. (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Editora da USP, 1995. p. 231-342.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. Comunicado apresentado no Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em Fevereiro de /2005, em Brasília/DF. Disponível em:
><http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/viewFile/504/337>< . Acessado em: 19 jun. 2017.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35 – 82.

APÊNDICE 1

As liberdades sexuais: um olhar para além da heterossexualidade

Neste apêndice, observaremos que a homossexualidade acompanhou a humanidade desde as primeiras sociedades. Retratada pelas artes e pela mitologia, podemos dizer que a naturalização da manifestação sexual na antiguidade configurou o que hoje é conhecido como paraíso gay. Contudo, como revelam os tristes números de violências físicas e simbólicas sofridas pela comunidade LGBT, em algum momento de nossa história as liberdades sexuais e de gênero passaram a ser moralmente inaceitáveis e socialmente condenadas.

Quando avançamos no tempo e na história que nos propusemos a contar, encontramos em nossa bibliografia indícios que nos permitem considerar a Idade Média e a fé cristã como o primeiro momento que carregou de significados a homossexualidade, que circulou discursos e começou a construir uma memória discursiva sobre homossexualidade que reverberaria até a atualidade. Encontramos que, em um extremo do que seria o moralismo disseminado pela Igreja, pela Escolástica e pela Inquisição, a humanidade viveu um genocídio dos homossexuais e começavam a aparecer as primeiras marcas que estigmatizariam a comunidade LGBT até os dias atuais: a ideia da promiscuidade e da vida desregrada, por exemplo. Além disso, com o surgimento da ciência cartesiana, da medicina e dos estudos biológicos, não só a fé (enquanto conhecimento, fonte de saber) serviu de subsídio para sustentar posições opressoras contra os homossexuais; alguns primeiros estudos também serviram de alicerce para concepções preconceituosas, por assim dizer

Embora tenha sido no final do século XIX o registro do termo, segundo nossa bibliografia, não foi nesse período o primeiro registro do comportamento na história da humanidade. Veremos, a seguir, esses e outros momentos do caminho percorrido pelo homem (enquanto espécie e não enquanto gênero) e sua sexualidade. Embora a designação “homossexualidade” seja consideravelmente jovem, refletindo aqui o que os estudos linguísticos assinalam sobre necessidade humana de - enquanto propósito de organização - categorizar e nomear as coisas ao seu redor, há registros da prática sexual entre pessoas do mesmo sexo nas civilizações mais antigas da

humanidade³⁶. Gregos e romanos, por exemplo, observavam as relações homoafetivas entre homens como forma de afirmação de poder e, segundo Tom Ambrose (2011), estes homens eram ícones³⁷ de respeito das sociedades antigas. Ainda hoje, a Grécia Antiga³⁸ (e sua forma de organização e aceitação da manifestação sexual) é conhecida como paraíso perdido da homossexualidade. Foi também de uma lenda da Grécia Antiga que o termo *lesbianismo* – utilizado para designar relações sexuais entre duas mulheres – originou-se. Safo, uma poetisa da ilha de Lesbos, incentivava as relações entre mulheres, dispensando os homens.

A homossexualidade naquela sociedade (por volta de 500 a.C.) estava presente, inclusive, nos mitos³⁹ que esculpam o corpo social e faziam parte da organização comum daquele povo. Ambrose (2011) relembra que a relação entre pessoas do mesmo sexo era favorecida pelas características dos deuses da época (Zeus, Afrodite e Dionísio). Um exemplo claro é o “Mito da alma gêmea” de Platão que, numa tentativa de explicar o amor, descreve o processo de separação de duas almas unidas em sua origem que foram separadas por Zeus, como forma de punição àqueles que o enfrentaram nos céus. Depois de serem separados, os indivíduos eram reenviados à Terra e, assim, permaneciam em busca de sua alma gêmea. As almas unidas (num primeiro momento) e separadas por castigo, podiam pertencer a corpos com a mesma configuração reprodutora⁴⁰.

³⁶ Neste trabalho, nos propusemos a recuperar uma breve história da homossexualidade observando a movimentação apenas das sociedades ocidentais.

³⁷ Utilizaremos o “ícone” não como conceito de análise, como seria um estudo semiótico pierciano, mas como termo usual, comum.

³⁸ Buscamos compreender como isso acontecia: Os gregos formavam casais constituídos por um homem adulto e um adolescente. Mas o adulto não devia se aproveitar do corpo do amante como um objeto sexual, era seu dever contribuir para a formação cultural e moral, incentivando nele a coragem e a honra. Quando o adolescente ficava adulto, a relação devia cessar, e o novo adulto então podia manter relações com um adolescente. Isso era, pelo menos, o comportamento social aprovado, o que não quer dizer que tudo ocorria sempre assim. Havia muita prostituição masculina e os prostitutas pagavam uma taxa ao Estado, bem como as prostitutas. (BERNARDET, 2011, p. 31 a 32)

³⁹ Encontramos em Gilbert Durand (2002) a compreensão de *mito* que adotamos para esta dissertação: “(...) é a narrativa que legitima esta ou aquela fé religiosa ou mágica, a lenda e as suas intimações explicativas” (p. 356).

⁴⁰ Pedimos permissão para usar sexo como forma de designação de aparelhos reprodutores. Relembramos também nossa inspiração e nosso respeito aos estudos que desvinculam as condições biofísicas às categorizações binárias de corpos masculinos e femininos enquanto sexo.

Ainda observando o comportamento dos deuses na mitologia, a cultura da Grécia Antiga também registra casos de relações homossexuais entre eles: “afinal Zeus, patrono dos deuses gregos, era bastante mulherengo, o que não o impediu de se apaixonar, loucamente, pelo belo Ganimedes e mandar uma águia raptá-lo. E até hoje, ele serve o néctar a Zeus, sob o olhar enciumado de Juno” (BERNARDET *in* PINSKY, 2011, p. 33). Na literatura grega, inclusive, casos de relações homoafetivas foram registrados. A “Ilíada”, de Homero, obra que narra em forma de poema um trecho da Guerra de Tróia, traz em suas páginas o personagem Aquiles, um dos protagonistas e o melhor guerreiro da história do livro, que manteve relações com Pátroclo, outro guerreiro e braço direito nas batalhas.

O Amor Grego, como ficou conhecido – e notamos aqui a força da linguagem ao despertar uma memória de mais de dois séculos e meio e transformá-la em discurso, em trama de sentidos e de significações -, era também uma forte ferramenta militar. Exércitos compostos por homossexuais eram os mais renomados da história grega, principalmente pelo elo emocional dos combatentes⁴¹. Embora a história de Epaminondas seja uma grande referência daquele amor, foram os heróis Aristogíton e Harmódio que foram os mais destacados para caracterizar a época. Os combatentes morreram defendendo a democracia ateniense do tirano Hiparco, em 514 a.C., e desta forma a homossexualidade também era representada nas artes gregas, como relembra Ambrose (2011):

O famoso escultor Antenor (540-500 a.C.) recebeu a primeira encomenda paga pelos fundos públicos para criar uma estátua de bronze em honra aos dois, conhecida como “Os tiranicidas”. Ela se tornou o símbolo da democracia ateniense, assim como a Estátua da Liberdade, em Nova Iorque, se tornaria mais tarde o símbolo da liberdade americana (p. 9).

Demos ênfase nas artes, na literatura, na mitologia e na frente militar primeiro por configurarem a forma, ou as formas de poder e de conhecimento apreciadas naquela sociedade. Segundo para, desta forma, ser possível apresentar um diálogo

⁴¹O amor grego também proporcionava o elo emocional para a força militar mais renomada da Grécia Antiga: o Bando Tebano, um regimento de elite de 300 guerreiros homossexuais, jurados para defenderem uns aos outros até a morte. Seu líder, Epaminondas (410-362 a.C.), era amplamente reconhecido como o maior guerreiro e estadista da época. De acordo com o historiador grego Diodorus Siculus (século 1 a.C.), ele tinha dois homens como amantes, Asophicus e Caphisodorus. Os três homens eram tão íntimos, que, quando Epaminondas e Caphisodorus foram mortos na batalha de Mantinea, em 362 a.C., seus companheiros os colocaram na mesma tumba, um costume normalmente reservado estritamente para marido e mulher (AMBROSE, 2011, p.8).

com outros momentos em nossa trajetória em que as homossexualidades também foram discutidas pelas ciências, por assim dizer, de cada época. Esta ação de cotejo nos permitirá não só refletir sobre as considerações consideradas legítimas sobre as manifestações da sexualidade, mas também pensaremos como isso também nos constitui enquanto sujeitos e como isso aparece, ou é revelado, em nossos discursos (nossos enquanto humanidade).

Continuaremos nossa reflexão revisitando a Roma Antiga: os escravizados e prisioneiros (além das prostitutas) serviam aos seus superiores, independentemente da idade. Dentre os imperadores romanos, inclusive, houve aqueles senhores que viveram relações homossexuais e, embora não tão libertária como a Grécia e não tão apoteótico como Amor Grego, em Roma o assunto também era tratado com certa naturalidade⁴². As manifestações literárias e artísticas da Antiguidade, ao retratarem a homossexualidade, só refletiam, a partir dos critérios estéticos, o que se vivia na sociedade.

Mas se na Antiguidade a prática era comum, nossa inquietação neste momento está no anseio de compreender em que momento a homossexualidade passou significar algo diferente da heterossexualidade. Quando a heterossexualidade passou a ocupar o lugar normativo, de legitimidade em detrimento da homossexualidade? Se nas sociedades que acabamos de visitar a manifestação homossexual não era, por assim dizer, condenada inclusive pela forma de conhecimento mais nobre daquele momento – qual seja, a mitologia -, houve alguma outra forma de conhecimento, em algum momento, que (re)significou o que seria a prática sexual de pessoas do mesmo sexo.

Encontramos em Marina Castañeda (2007) uma possibilidade de pensarmos o momento em que notamos a atualização de uma memória. A autora assinala a criação de uma relação entre moralidade e sexualidade pela Igreja Católica, a fé cristã. Criou-se, a partir disso, a tradição do sexo apenas para a procriação, logo, entre homem e mulher, proibindo qualquer “forma de relação sexual que não fosse com o objetivo da

⁴² O casamento masculino também se tornou popular: em 65 d.C., o Imperador Nero (37-68 d.C.) desposou Sporus, um lindo jovem. Esse não foi um evento isolado, porque o poeta Juvenal (55-127 d.C.) laconicamente registrou em seu diário um episódio semelhante, no ano seguinte, ao se juntar a um cortejo de celebração na rua: “nada especial, apenas um amigo se casando com outro homem, com a presença de um pequeno grupo” (AMBROSE, 2011, p. 10).

procriação, assim como Adão e Eva” (CASTAÑEDA, 2007, p.55). Essa relação entre homossexualidade e prática condenável surgiu a partir da Idade Média e do crescimento do poderio moral da Igreja Católica que, segundo os estudos de história, não só era parte do Estado como passou a ser o próprio Estado em situação de poder. Neste contexto, e aqui nos referimos já à metade do século XIV, a autocracia da diáde Igreja x Estado conformou essa mudança radical a partir da negação de uma sexualidade que não fosse para a reprodução. As mulheres⁴³ eram desconsideradas da divindade assumida pelo ato sexual para reprodução, ou seja, a sexualidade masculina passou a ser produto divino e qualquer ato sexual fora do casamento, em posições que não fossem a penetração vaginal⁴⁴ mais comum, era uma afronta ao divino, produto do demônio (SPENCER, 1999).

Permitimos um pequeno recuo em nossa história: com a conversão do imperador Constantino para o Cristianismo, a tolerância e o respeito às relações homossexuais foram perdidos. A fé da Igreja e a abominação do sexo entre dois homens ou duas mulheres se baseia em dois versículos da bíblia, ainda no Antigo Testamento, ambos retirados do livro do Levítico: “Com um homem não te deitarás, como se fosse com mulher, abominação é” (Lv 18,22), “Quando também um homem se deitar com outro homem, como com mulher, ambos fizeram abominação, certamente morrerão, e o seu sengue será sobre eles.” (Lv 20,13). Esses trechos fazem referência a uma série de leis que, nesse livro da Bíblia, serviam como um código de conduta do povo judeu. Há de se considerar, no entanto, que a leitura do Levítico prevê apenas algumas das normas e desconsidera a maior parte delas, assim como no período da Idade Média:

Como não existiam regras divinas que pudessem ser aplicadas ao homoerotismo, ele precisava ser abolido, e aqueles que desobedecessem ao comando da Igreja seriam perseguidos. Logo as relações sexuais entre homens foram proibidas, por serem contra a natureza, e a morte ou banimento tornaram-se penalidades padrão para tal crime. (AMBROSE, 2011, p.10)

⁴³ Mesmo assim, a existência de bordéis revelava uma certa hipocrisia velada da Igreja que, embora ciente da situação, preferia ignorar (SPENCER, 1999).

⁴⁴ A sodomia passou a figurar como prática condenável: em termos gerais, refere-se à prática do sexo anal entre homens. No entanto, como lembra Bernardet (2011), o termo sodomia, “em certas épocas e lugares, aplicava-se a qualquer forma de atividade sexual que não fosse a tradicional relação entre homens e mulheres” (p. 33).

A Idade das Trevas, como ficou conhecido o período mais obscuro da humanidade (Idade Média, que durou até meados de 1600), chegou ao extremo das penalidades dos homossexuais. A primeira foi a pena de morte para o sodomita que assumisse o papel passivo na relação de sexo anal. A segunda, por volta dos anos 485 d.C., a morte em fogueira passou a ser o destino dos gays⁴⁵. Essas penalidades, no entanto, não se estendiam aos imperadores:

Novos decretos promulgados por Teodósio, o Grande (347-395 d.C.) no ano de 390 d.C., especificamente prescreviam a morte para aqueles que assumissem o papel passivo na sodomia. A execução na fogueira se tornou, 50 anos depois, a penalidade padrão para a mesma ofensa, seguida, sob o reino do imperador Justiniano (483-565), pela legislação que tornava qualquer forma de atividade homossexual uma ofensa capital. Aparentemente, essas sanções, não se aplicavam a imperadores, porque uma cronista da época do imperador Constantino V (718-775) o acusa de ter uma “luxúria ímpia por homens”, e dizem que Miguel III (836-867) se apaixonou por um dos seus próprios cortesãos, Brasil, o macedônio (AMBROSE, 2011, p.11).

Foi nessa época que o ato de culpar e oprimir os homossexuais teve sua grande alavancada. Derrotas em batalhas, secas, fracassos em plantios, doenças, pragas, desastres naturais vinham a ser castigo para a humanidade pelas práticas homossexuais, dentre outras. A suposta culpa por todas as catástrofes dos impérios da Idade Média foi depositada em todos os sodomitas da época. Para isso, a Igreja usava como justificativa o acontecimento descrito no livro de Gênesis, da Bíblia, que objetivamente afirma que Deus teria destruído uma cidade (a saber, Sodoma) por comportar os homens e mulheres que mantinham relações com pessoas do mesmo sexo.

Líderes da Escolástica (escola de pensamento crítico na era medieval, por volta dos anos 1100 e 1500) como Santo Agostinho, por meio do discurso cristão, endossavam tal opressão e condenavam a humanidade enquanto houvesse homossexualidade e sodomia (AMBROSE, 2011). Por resultados gerais do massacre de homossexuais na Idade Média, o autor afirma que foram perseguidos e morreram quase tantos sodomitas quanto aqueles considerados hereges. Foi a era da desconsideração do fundo emocional das relações, do constrangimento dos

⁴⁵ O termo gay (ribeiro, 2010). Colocar

homoafetivos, da conformidade e da crueldade. A religião cristã, num discurso destoante, afirmava o amor universal e, em contrapartida, era brutal com aqueles que fugiam às severas regras de controle sexual.

É notório que a homossexualidade e a bissexualidade, embora violentamente combatidas durante toda a Alta e Baixa Idade Média pelo Estado e pela Igreja, não deixaram de existir. Podemos, portanto, refletir sobre a existência de grupos que resistiram à opressão e às interdições que tinham o propósito de erradicar qualquer manifestação sexual fora da norma. Além disso, como bem coloca Colin Spencer (1999), os homens precisavam garantir a validade da herança, então se casavam em média aos trinta anos, o que nos atenta para a oportunidade de expressão sexual com outros homens até que atingissem a idade e a independência para o casamento. Deixamos evidente nossa dificuldade em encontrar leituras que pudessem auxiliar na reflexão sobre a existência e o comportamento de mulheres lésbicas na Idade Média.

46

Até este momento, vimos que a homossexualidade foi um comportamento, por assim dizer, tão legítimo quanto a heterossexualidade. No entanto, a construção social de seu processo de significação sofreu transformações com o passar dos anos e o desenrolar da história. Vimos que as principais formas de conhecimento e de se fazer ciência, cartesiana ou não, reservaram reflexões acerca da sexualidade, seja para entendê-la com certa naturalidade, seja para condená-la como foi feito durante a Idade Média em que o conhecimento divino administrava as relações humanas, se confundindo com o poder do Estado. Na esteira deste raciocínio e continuando nossa reflexão, podemos considerar importante que voltemos nosso olhar às contribuições científico-sociais dos próximos períodos

Recuperamos, até o momento, a homossexualidade desde as sociedades mais antigas, passando pela Idade Média e pela adição de respaldos médico-biológicos que configuraram, pela força da legitimidade do discurso científico, uma sociedade heteronormativa e heterossexista. São inúmeros os estudos que recuperam a dinâmica sexual tanto nas primeiras sociedades indígenas do Brasil quanto em outras

⁴⁶ Em nossa busca por bibliografia, encontramos a obra de Sílvia Federici denominada “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”. Na obra, ela resgata a experiência da mulher e a capitalização de sua sexualidade sob uma perspectiva feminista com recorte de classe. Ao longo do livro, a autora nos apresenta reflexões sobre a politização da sexualidade, e a identidade feminina enquanto objeto de significação. A obra é de 2004 e apenas em 2017 foi traduzida para o português.

partes e épocas do mundo. É por este motivo que pesquisas do começo do século XX concordavam com uma premissa: “a homossexualidade sempre existiu ao longo da história, em todas as classes sociais e em todas as sociedades” (GREEN, p. 194). Deixemos aqui uma provocação: a prática sexual entre pessoas com o mesmo aparelho reprodutor sempre existiu, como vimos e como coloca James Green. Contudo, a partir de agora assumiremos a homossexualidade como uma identidade, um modo de vida, um comportamento e este sim não existiu ao longo do tempo. Esse estilo de vida “coberto e recoberto por muitas prerrogativas” (PASSAMANI, 2009, p. 66) só fez parte do cotidiano a partir do século XIX.

Apresentamos uma reflexão que muito nos inquieta: é curioso que o discurso científico das primeiras décadas do século XX, construídos pela forma de ciência cartesiana, por vezes fechavam os olhos aos resultados de outras áreas do conhecimento, a saber, a antropologia. James Green faz referência, por exemplo, à obra de Gilberto Freyre que, embora tenhamos críticas⁴⁷ à visão de Freyre, não podemos negar que em *Casa Grande e Senzala* o autor nos traz contribuições acerca da cultura africana e suas experiências positivas para a formação de nossa sociedade. Se olharmos com mais atenção ao contexto da época, sobretudo político, encontramos o movimento eugênico. Ou seja, foi muito oportuno para os cientistas, por assim dizer, assegurar uma distância entre seus trabalhos e outros estudos que repeliam ideias orientadoras de suas pesquisas que, no auge das propostas da eugenia, também estavam alicerçados em sugestões mergulhadas em preconceitos raciais, como as restrições na imigração com base na seleção racial.

Daremos sequência em nosso estudo sem perder de vista este cenário: a legitimidade de discursos científicos (como característica de uma herança positivista) das áreas da medicina e políticas públicas de saúde, apoiados por estudos filosóficos que serviram como uma “estrutura ideológica” (GREEN, 2000) encontravam suporte também na tradição da moral cristã e no papel do Estado⁴⁸ como controlador e mediador de problemas sociais. A partir de agora, nos deslocaremos em nossa

47

⁴⁸ É válido lembrar que em 1889, com a proclamação da República, essa relação Estado x Igreja perdeu força e a instituição religiosa passou por uma reconfiguração interna. Essa relação seria novamente retomada após o fim da Primeira Guerra Mundial, através de uma articulada campanha (lembramos da estátua do Cristo Redentor, muito emblemática, que em 1931 estava no alto do morro do Corcovado para abençoar a então capital brasileira Rio de Janeiro).

narrativa: construímos nosso texto até esta seção para apresentar ao nosso leitor estudos que revisitaram momentos da história em que as liberdades sexuais foram debatida. Este movimento nos permitirá pensar e tensionar a relação da comunidade LGBT que, indiscutivelmente, se mobilizou para destituir o que vimos até esta seção como normatividade.

APÊNDICE 2

A IMPRENSA GAY NO BRASIL: MAIS ALGUMAS INFORMAÇÕES

A imprensa gay no Brasil nasceu em meio a fortes movimentações políticas e mudanças sociais durante os conturbados anos de chumbo. As décadas de 1960 e 1970, embora marcadas pela Ditadura Militar e pelo controle, sobretudo das publicações da imprensa, também foi o momento em que movimentos que rebatiam essas hierarquias sociais (firmadas pelos modelos políticos) surgiam e davam novas esperanças às marginalidades. Essas publicações são 160 anos mais jovens do que o primeiro jornal brasileiro que se tem notícia: *O Correio Braziliense*, embora de circulação clandestina no Brasil (produzido em Londres por Hipólito da Costa), oferecia debates de cunho político em suas edições, desde seu surgimento em 1808.

Esse momento foi de restrições e censura daquilo que circularia pela sociedade, daquilo que era noticiado, ao mesmo tempo em que vieram à superfície necessidades comunicacionais daqueles que não eram representados pelo Estado e pelos veículos de comunicação de massa. A interpretação de Flávia Péret (2012) sobre a imprensa gay (que é como chamaremos esta arena de publicações voltadas às pautas LGBT) tangencia a ideia de insubordinação, de desprendimento do *modus operandi* tradicional observado na imprensa hegemônica. A despeito disso, muitos também tiveram seu fim devido às opressões vindas de um governo autoritário e ditatorial. Sobre o nascimento desses periódicos, Lima (2001) recupera que foi pelos movimentos, a saber, a contracultura principalmente, que se fizeram possíveis as primeiras ideias político-democráticas a desestabilizarem os alicerces da Ditadura:

Nesse contexto, surge uma imprensa alternativa, que tinha como fundamento comum a oposição intransigente ao regime militar. Nos primeiros quinze anos de ditadura, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que circulavam na periferia do subsistema editorial. Aliados da verba publicitária, apelavam para posições políticas radicais à época (LIMA, 2011, p.01).

Buscamos compreender, por meio de uma revisão, de que forma a imprensa hegemônica abordava pautas sobre homossexualidade como um norteador deste apêndice, uma vez que trabalharemos os mecanismos discursivos nos enunciados sobre Aids no *Jornal do Nuances* que, em alguma medida, auxiliaram na mobilização de sentidos outros que não aqueles que contribuíram para a estigmatização das

homossexualidades. Na verdade, o que encontramos não foi exatamente as homossexualidades enquanto pauta. Péret (2012) apresenta que as publicações abordavam o tema em duas chaves: pela ironia e sátira de figuras públicas (se valendo de charges, por exemplo); e pelos escândalos de cunho policial que traziam a comunidade LGBT como personagem. Arriscamos sugerir mais um fator componente da memória discursiva sobre homossexualidade: o sociólogo Carlos Figari, em sua obra *Outras cariocas*, trabalhou com o caso de Febrônio Índio do Brasil, ou melhor, com a repercussão do caso na imprensa. O ocorrido é de 1927 e, resumidamente, conta-se que Febrônio foi detido e classificado como “louco moral” por violentar sexualmente um menor de idade. De acordo com o estudo de Figari (2007), nota-se, a partir desta publicação, uma frequente veiculação de matérias que associam a homossexualidade com perversão. Podemos, então, assinalar o direcionamento de nosso estudo sobre a imprensa gay enquanto alternativa discursiva nesta seção: como a imprensa gay, enquanto imprensa alternativa, trabalharia nos anos seguintes a representação da homossexualidade?

A primeira publicação no Brasil sobre homossexuais foi registrada nas páginas de um livro de nome *Homossexualismo Masculino*, de Jorge Jaime, por volta dos anos 1950. Como de costume da época, a discussão sobre homossexualidade foi tratada como doença e recomendava, inclusive, formas de tratamento e/ou punição dos homossexuais. Já no jornalismo, as primeiras publicações tiveram um caráter de colonismo social se comparados aos produtos atuais. Registrado como o primeiro jornal segmentado ao público,

(...) em 1963⁴⁹, surge o que talvez possa ser chamado o primeiro jornal homossexual no Brasil: o *Snob*, criação de Agildo Guimarães. Mimeografado e distribuído entre amigos, era mais um colonismo social do que do que um veículo de discussão de ideias. Entre os anos 60 e o início dos anos 70, circularam no Rio de Janeiro mais 15 títulos: *Snob*, de Gilka Dantas, *Le Femme*, *Subúrbio à noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, *O Vlc*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazine*, *20 de Abril*, *O Centro* e *O Galo*. Em Niteroi surgem *Os Felinos*, *Opinião*, *O mito* e *Le Sofistique* (LIMA, 2011, p. 02).

Evidenciamos uma categoria de destaque deste capítulo: a linguagem. Segundo Péret (2012) a escrita de *O Snob* era instituída de ironias e expressões de

⁴⁹ Flávia Péret (2012) comenta em sua obra que a primeira edição de *Snob* é de 1963.

duplo sentido. Nosso interlocutor James Green observa o periódico como um pioneiro do modo de escrever para a comunidade LGBT e que tal linguagem pode ter o propósito de cifrar mensagens. Desta forma, passam a fazer parte do modo de se comunicar deste grupo. *Snob* teve um total de 99 edições e sua última publicação foi em junho de 1969, mesmo período em que ocorreu o importante marco no bar Stonewall, nos Estados Unidos. Foi também neste contexto, aliás, que o termo *gay* foi incorporado no vocabulário da comunidade, segundo Péret (2012).

Não podemos perder de vista algo que nos chamou a atenção durante nossas leituras: dois anos antes do final do *Snob*, Agildo Guimarães (que ajudara a fundar, em 1968, a Associação Brasileira de Imprensa Gay) lançava um boletim informativo chamado *Okeizinho* e *Os Felinos* (PÉRET, 2012). Este segundo trazia consigo um slogan que consideramos importante para pensarmos o caráter instrutivo, anos seguintes, das publicações LGBT, incluindo o *Jornal do nuances*. O slogan apresentava as palavras: “A cartilha do jornalismo gay. Um jornal que instrui divertindo e diverte ensinando”. É curioso que o jornal ficou conhecido como um periódico que fazia algo como uma “autoironia”, uma apropriação da linguagem e do escárnio que tinha como alvo, as homossexualidades.

Além disso, podemos inferir que a aproximação com a linguagem coloquial, ou melhor, o modo como o periódico se vale do vocabulário popular é um ato de subversão, de apropriação e ressignificação, lembrando o que comentamos no primeiro capítulo sobre a configuração de uma comunidade pela sua marginalidade, sobretudo o caráter transgressor dos indivíduos. Portanto, é algo para observarmos em nossa análise enquanto **objetivo específico do trabalho**, no quarto capítulo: quais são os sentidos conferidos e resgatados na utilização de gírias que compõem o vocabulário coloquial nos escritos do *Jornal do Nuances*? Assim como nos jornais dos anos 1960, como recupera Péret (2012), seria essa uma característica que revela “insubordinação às normas sociais”?⁵⁰

Continuando nosso trajeto pelas publicações na aurora da segunda metade do século XX, fora o estado do Rio de Janeiro, foi na Bahia que o jornalismo voltado para os debates sobre a homossexualidade teve também uma primeira expansão. O estado

⁵⁰ Observar a última seção deste capítulo, em que desenvolvemos de modo mais profundo essa reflexão, observando nosso objeto empírico.

é a terra natal do grupo organizado gay mais antigo do Brasil ainda em exercício, o Grupo Gay da Bahia (GGB), e nos anos 1960 e 1970 originou pelo menos sete periódicos publicados, de acordo com Lima (2011). Embora, em primeira instância, a discussão tenha beirado à ridicularização dos homossexuais (seja por livros, por novelas ou por peças teatrais), a imprensa homossexual surgia também para dar força aos movimentos e levar à população mais informações sobre as lutas homossexuais:

Em reação até agressiva ao dogmatismo dos grupos de esquerda e à sua moral conservadora, surgiram os alternativos pregadores da importância do prazer. O prazer pessoal, inclusive o corporal, e o sexual, como sendo tão importante quanto a necessidade de liberdade política e a necessidade de comer (KUCINSKI, 1991, p. 82).

Com a linha editorial voltada às temáticas acerca da homossexualidade, o jornal *O Beijo* (que teve um total de seis edições durante a década de 1970), colocou no mercado seus vinte mil exemplares para acentuar ainda mais o caráter de aceitação da orientação sexual no Rio de Janeiro que, segundo Kucinski (1991), foi a cidade da época com maior ascensão das discussões sobre a orientação sexual no mundo. Apesar dessa movimentação, foi o jornal *O Lampião da Esquina* o primeiro periódico segmentado para homossexuais. Diferente do *Snob*, esse novo veículo, criado por João Silvério Trevisan (jornalista) e Peter Fry (antropólogo) iniciou sua circulação em uma época em que a ditadura perdia forças de repressão e trazia em sua primeira edição também um forte apoio aos movimentos feministas da época:

Em sua primeira edição, de 25 de maio de 1978, o jornal deixa claro que a sua linha editorial seria voltada para a luta pelos direitos dos homossexuais. Aliado ao Movimento Feminista, que então surgia no Brasil, abriu o seu editorial, escrito por uma mulher, homenageando esse movimento. O texto chamava as mulheres para a luta pelos seus direitos e questionava a posição delas perante a sociedade brasileira (GREGORI, 1998, p. 27).

Se *O Lampião* assentou seu projeto nos propósitos políticos e sociais, outras publicações, já compreendendo a comunidade LGBT como uma potência consumidora, deslocaram as linhas editoriais para representações da homossexualidade pelo seu caráter erótico. Para Lima (2011), foi no período dos anos 1980 que a imprensa homossexual se distanciava do viés crítico-informativo e se aproximava das características eróticas, surgindo as publicações que exploravam o nu masculino como a revista *Naturismo*, periódico que abordava a temática de uma

vida saudável, fisiculturismo e textos sobre estilo de vida que maquiavam, segundo o autor, o principal viés da revista. Além desta, outros títulos também entraram em circulação nesta vasta arena que nascia, quais sejam: *Gato*, *Alone Gay* e *Young Pornogay*, dentre outros. É interessante pensarmos, e o faremos na seção seguinte deste capítulo, como o *Jornal do nuances* também se apropriou o subverteu essa ideia de exposição de corpo: deslocou o erótico como subversão para o erótico como um ato político.

Nesse mesmo ano, circulavam as primeiras publicações mensais de *O jornal Gay* que trazia os nus masculinos sem a genitália à mostra. O periódico de Antônio Kiriara seguia a linha do homoerotismo. Ainda nesse ano, as primeiras publicações destinadas às lésbicas apareceram com o tabloide *Chanacomchana*. Na década de 1980, com o avanço da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/Aids) no Brasil e no mundo, as publicações voltadas ao público gay praticamente dedicavam-se integralmente ao combate à doença e à prevenção. Nesse período, portanto, surgiram diversas publicações de caráter instrutivo:

Surgem assim, os boletins dos grupos ligados diretamente à Aids, como o *Boletim ABIA*, Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids, o *Boletim Pela Vidda*, do Grupo Pela Vidda, entre outros, chegando ao *Voz Positiva*, editado pela Organização Não-Governamental "Gestos", voltado exclusivamente para os infectados pelo vírus. Outra publicação, *Saber Viver*, surgida em 1999, também se destina às pessoas que vivem com o vírus HIV. Fora esses, surgem também jornais e revistas de cunho mais cultural e de lazer como *Ent&*, de 1994, distribuída apenas por assinaturas, *O Grito de Alerta*, e o *Nós por exemplo* (1992) (LIMA, 2011, p. 06).

Em 1992, surgia a revista *Nós por exemplo* criada pelo Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS) que, de início, teve o formato tabloide. Também voltada para o público feminino, a revista mesclava conteúdo de nudez e discussões relevantes para os homossexuais. Em sua quarta edição, o veículo trouxe na capa o nu masculino estampado pelas nádegas de um homem que estão parcialmente cobertas com sua roupa íntima e, logo abaixo, três chamadas de reportagens retratando a inserção de assuntos ligados às polêmicas homossexuais da época: "Triângulo Rosa", "Assumir-se? Por que?", e "Aids". O periódico encerrou os trabalhos com pouco mais de um ano de existência, e foi responsável pelos primeiros textos traduzidos de outros veículos internacionais que também veiculavam publicações ligadas às lutas sociais gays.

Com o propósito de reestabelecer no cenário da imprensa homossexual brasileira o caráter informativo e deixar o pornográfico para as produções estritamente eróticas, Nelson Feitosa dá origem à revista *Sui Generis* em janeiro de 1995, com circulação de trinta mil exemplares. O periódico se espelhou no formato de duas revistas estadunidenses, *Attitude* e *Out*, e isso foi o que deu as características mais marcantes da revista: publicações sobre cultura e orgulho gay, leveza de textos, escrita divertida e bem-humorada e, segundo seu primeiro editorial, “glamurosa”. *Sui Generis* durou até 2000 e, com poucos meses de circulação, tornou-se referência de mercado e de sucesso no segmento. Entre os nomes conhecidos que se tornaram colunistas está o cronista Caio Fernando Abreu (1948-1996) que colaborou para as primeiras edições, pouco antes de sua morte, vítima da Aids.

Out surgiu em junho 1992 no mercado estadunidense e atualmente é a maior revista homossexual do país. As revistas desse segmento fazem parte do que, nos Estados Unidos, é conhecido como *glossy gay magazine* – (em português: “revistas gays brilhosas”), e os veículos começaram a surgir nos anos 1990. Esses veículos “se caracterizam por mostrarem gays e lésbicas socialmente bem-sucedidos; uma visão parcial e glamourizada da cultura gay pós-Stonewall e pós-Aids. Estas revistas indicam uma notável mudança no perfil dos seus leitores. Trata-se, enfim, do nascimento de uma ‘cultura’ em sintonia com os gays jovens, belos e bem-sucedidos” (RODRIGUES e FILHO, 2008, p.11).

Ligada aos grandes anunciantes e enfatizando o poder mercadológico do segmento homossexual, a revista *Out* foi o primeiro veículo a captar anunciantes poderosos como Tommy Halfiger e Calvin Klein. Esses grandes anunciantes também aparecem na revista *Junior*, 7 anos depois do lançamento da revista *Sui Generis*. Entre eles estão nomes como *Diesel*, *Calvin Klein*, *Alexandre Herchovitch*, *Fnac*, *OLLA*, *Reebok* e *Foch*. Gonçalves (2011) reflete sobre o a imprensa homossexual na década de 1990, e o *boom* mercadológico (LIMA, 2011) do público homossexual:

Na década de 1990, foi possível assistir o reflorescimento do movimento homossexual com sua institucionalização, em muitos casos, e com uma aproximação do Estado e de organizações internacionais com o surgimento das epidemias de Aids. A mobilização de gays e lésbicas e a solidificação de uma cultura gay tiveram como desdobramento a segmentação de mercado para esse público (GONÇALVES, 2011, p. 09).

Sui Generis não trazia cenas erótico-pornográficas, tampouco fotos de nu frontal. Na década de 1990, no entanto, surgia nesta mesma segmentação a *G Magazine*, em 1997, cujo foco passou a ser o nu masculino frontal e com ereção. Segundo Monteiro (2000), a SG Press (editora da popular *Sui Generis*), publicou outra revista similar à *G Magazine*, com o mesmo grau apelativo: a revista *Homens* (de 1997). Apesar disso, *Sui Generis* (ocupando aqui o lugar de periódico gay mais vendido no Brasil) não enfatizou o desejo homoerótico como previa a necessidade mercadológica:

A SG Press trabalhava enfim com dois tipos de publicações diferentes. Enquanto a primeira - *Sui Generis* - valorizava a identidade gay construída através de outros aspectos, que não fossem vinculados ao sexo, a *Homens* trazia todo o apelo erótico predominante na imprensa homossexual do período, que manteve também edições como a revista *Lolitos*, *Duo* e *Porn*, que seguiam a mesma linha editorial da *Homens*. Com a dilatação dos veículos de comunicação seguindo para o conteúdo pornográfico, a *Sui Generis* começou a publicar, também, ensaios de nus masculinos em suas páginas, fator que incentivou o encerramento de suas atividades na metade do ano 2000. A revista *Homens* permaneceu até 2004 (SANTOS e VELOSO, 2009, p. 05).

Publicações atuais em revistas gays nacionais abordam, dentre outros temas, a vida de personalidades assumidas que acabam por se tornarem ícones. Essas publicações ganharam mais espaço nas revistas para homossexuais em 1997, com a *Bananaloca*, da editora Fractal Edições que, junto com a *G Magazine*, publicava com ousadia ensaios eróticos masculinos de famosos nacionais e internacionais. O nu masculino estava presente também nas revistas destinadas ao público lésbico. As revistas *Gold* e *Íntima e Pessoal*, ambas de 1999:

A primeira foi uma publicação que abordava assuntos da esfera feminina, como beleza, decoração, arte e cultura. Porém, o que predominava em *Gold* eram os ensaios de nudez masculina. A maioria das fotos era disposta em formatos de pôster nas páginas da revista, tornando-se esse o seu principal foco na linha editorial da publicação, que foi distribuída pela Editora Marfe. A revista *Íntima & Pessoal* também publicava ensaios de nudez frontal masculina, porém com menos apelo erótico. Os modelos e artistas dividiam espaço com matérias e reportagens mais elaboradas, voltadas para o público feminino como moda, família, cultura e cotidiano. Apesar de serem direcionadas para mulheres, essas publicações foram adotadas pelo público gay pela presença do nu masculino em suas páginas (SANTOS e VELOSO, 2009, p. 06).

O impasse entre publicações informativas e publicações eróticas persistira mesmo depois que *G Magazine* passara por mudanças em sua linha editorial, se aproximando à sua irmã mais velha *Sui Generis*. Todavia, a sutileza ficou mais fácil de ser encontrada na linguagem do que nos ensaios fotográficos, que até nos dias atuais continuam com grau apelativo, o que é um reflexo do fenômeno sexual contemporâneo (SANTOS e VELOSO, 2009). E foi nesse contexto e com essas características que surgiram outros veículos que abordavam temas como saúde, família, bem-estar, lutas, direitos e, sem fugir do convencional, homens total ou parcialmente nus:

Paralelamente, surgiram três novas publicações voltadas para o público gay: as revistas *Junior* (2007), *DOM – De Outro Modo* (2007) e *Aimé – Primus inter pares* (2008). A proposta dessas revistas era apresentar ao mercado consumidor homossexual uma nova linha editorial para as publicações de gênero. Essas revistas gays estabelecem novos padrões de representações do gay na imprensa nacional, passando a investir mais na estética e no comportamento do homossexual moderno. Os fenômenos de comportamento da contemporaneidade, mais centrados na figura do metrossexual – termo que define o homem urbano excessivamente preocupado com a aparência – e do neonarcisista – termo moderno aplicado ao indivíduo obcecado com a sua própria imagem – possibilitaram a atualização da imprensa alternativa homossexual para uma linha editorial mais voltada para a estética, já que esses fenômenos possuem a característica particular de serem indivíduos consumistas. As editoras descobriram, nesse público, um grande perfil consumidor (SANTOS e VELOSO, 2009, p. 07).

Com esses veículos, a imprensa gay do Brasil ganhou uma nova fisionomia. A revista *DOM - De outro modo* veio com o propósito de ser uma revista inclusiva, ou seja, voltado para o público gay, lésbico, transexual, travesti, simpatizantes ou, como aparece em seu primeiro editorial, seria voltada para o ser humano, pois gays “são parte natural da paisagem humana e não um ponto fora da curva” (DOM, 2007, p.08). O discurso produzido nessa nova etapa da imprensa sexual brasileira, segundo Santos e Veloso (2009), centra-se em gerar o sentido da naturalidade da homossexualidade, como forma de combater o discurso que caminha pela ideia da anormalidade sexual de alguns indivíduos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo:

A homossexualidade discursivamente produzida centra-se fundamentalmente no significado moral. (...) O discurso das revistas gays contemporâneas promove uma reflexão e uma mudança na representação que esse público possui perante a sociedade,

ressignificando o mito que as publicações voltadas para os homossexuais seriam essencialmente homoeróticas. Ao produzir um material com um conteúdo composto por temas voltados para uma gama de assuntos gerais e sem a presença de um homoerotismo explícito e desinibido, as revistas de gênero contemporâneas dedicadas ao público homossexual imprimem uma nova representação da identidade desse público na sociedade (SANTOS e VELOSO, 2009, p.07 - 08).

A revista *DOM* era destinada ao público gay moderno, portanto assume as características do jornalismo voltadas para esse grupo. *DOM* tem publicações para homens metrosssexuais, e é possível traçar uma constante gerada pelo discurso da revista: “a imagem do homossexual moderno bem relacionado e bem-sucedido, com poder alto aquisitivo e possuidor de uma identidade individual independente de qualquer estereótipo social” (SANTOS e VELOSO, 2009, p.08). Ambas as revistas já deixaram de existir.

Com sua primeira publicação em 2007, a revista *Junior* (pertencente à editora Mix Brasil) se diferenciava da *G Magazine*, principalmente, por não apresentar ensaios fotográficos de homens completamente nus, mas ensaios que se aproximam daqueles feitos em revistas de moda com nuances artísticas. Com as suas publicações voltadas para os interesses do homem gay moderno, as páginas visavam, de acordo com os editores, dar espaço para assuntos como beleza, moda, lutas, direitos, cultura e lazer:

Produzida pelo Grupo Mix Brasil, que detém o domínio do mesmo nome, no site UOL11, a revista *Junior* teve sua primeira edição publicada no final de 2007. A publicação traz opções variadas para o público gay, concentrando-se em matérias referentes à moda, cultura, comportamento, turismo e *fitness*. A revista apresenta uma linha editorial mais preocupada com a homoafetividade, sendo mais representada em crônicas poéticas que narram situações cotidianas de homossexuais e seus parceiros afetivos. O corpo masculino é explorado de maneira artística, apresentando-se nos editoriais de moda em insinuações de sensualidade. Assim, *Junior* apresenta o corpo masculino de forma sutil, onde não se constata o nu e, portanto, não possui apelo erótico (SANTOS E VELOSO, 2009, p. 07).

Assim como *Dom*, a revista *Junior*, segundo a auto definição, também foi lançada para transformar a visão tanto da imprensa homossexual nacional, quanto dos próprios indivíduos homossexuais. Por isso, foi possível notar fortes semelhanças nas duas linhas editoriais. A despeito disso, *Junior* trabalhava com uma peculiaridade em suas páginas, bem como em seu discurso: o uso constante de adjetivos torna sua

linguagem intimista, o que também permite novas marcas no tratamento do público homossexual (SANTOS e VELOSO, 2011), e o uso de expressões populares dentro do universo homossexual.

Para entender tanto a linha editorial da revista quanto o público e o propósito com que foi criada, é importante entender as condições de sua produção, bem como as diferenças entre o jornalismo impresso diário e a segmentação gay da revista. Para isso, Rodrigues e Filho (2008) explicam que a principal diferença ressaltada está relacionada ao sensacionalismo e à ligação da sexualidade e moral:

Atualmente o conceito de “mercado gay” ocupa espaços cada vez mais nobres da mídia. Surpreendentemente distante das matérias das primeiras páginas dos jornais que só abriam seus espaços para a exploração do sensacionalismo dos escândalos comportamentais, a radicalidade moral culturalmente hegemônica, tão bem representada nas mídias, parece ter definitivamente absolvido este grupo que, não coincidentemente, o maquinário capitalista reconheceu como fonte de promissoras possibilidades de lucros (RODRIGUES e FILHO, 2008. p. 7).

Junior, portanto, passa a fazer parte de um novo momento do jornalismo gay nacional. Assim, pode-se dizer que a imprensa homossexual passou por três etapas antes de chegar ao cenário atual: a primeira com o periódico *Snob* e o caráter de colunismo social, seguido por *O Lâmpião da Esquina* que trouxe uma primeira reflexão sobre sexualidade e imprensa homossexual e, por fim, a terceira fase representada pela revista *G Magazine* e o homoerotismo publicado em suas páginas. Esta nova etapa em que *Junior* está inserida, assim como os outros veículos, está ligada ao momento histórico também de luta homossexual. Sobre isso, Santos e Veloso afirmam que:

Através de um jornalismo mais culto o público gay experimenta outra visibilidade perante a sociedade. Busca-se a extinção de estereótipos que afirmam o homossexual como o sujeito fútil e fanático por pornografia, que dá lugar à imagem do gay moderno que entende sobre artes, cultura e finanças. As publicações desse gênero na contemporaneidade trabalham esses conceitos através de uma linha editorial que estimula a vaidade do leitor. Através de matérias e reportagens abordando questões estéticas e assuntos de interesse geral, essas revistas e sites provocam o despertar de uma identidade fundamentada na preocupação com a própria imagem, aproveitando-se do surgimento dos fenômenos de comportamento modernos que implicam na apreensão de um novo mundo orientado por padrões estéticos. Nessa linha de pensamento cabe ressaltar o quando o mercado editorial reconheceu a importância social e econômica que os gays conquistaram através de vários anos de buscas e batalhas em

busca de mais visibilidade na sociedade assim como representações e respeito para a sua comunidade (SANTOS e VELOSO, 2009, p. 10).

De acordo com a própria revista, *Junior* era voltada para o público composto por homens gays considerados ricos, e custava em média R\$ 14,00. A última publicação da ocorreu em 2015. A revista era encontrada em bancas, assinaturas ou por comprar online, o que deixava claro o caráter de suas publicações serem usadas inclusive para consultas, uma vez que os exemplares de meses passados estão sempre à disposição no site. Sobre isso, Ferreira (2011) discorre sobre o conteúdo da revista:

A revista se caracteriza por entremear ensaios fotográficos, portfólios de artistas, pequenas reportagens sobre celebridades e artigos que tratam de temas que em alguma medida se relacionam ao universo homossexual. Entre os artigos, são comumente encontrados textos que tratam de relacionamentos, falam de casos de intolerância contra homossexuais, dão dicas para se manter ou obter um corpo bonito, relatam o cotidiano de homossexuais que encontram algum tipo de dificuldade para serem aceitos pela sociedade e recomendam a compra de determinado produto (FERREIRA, 2011, p. 07).

Sobre as marcas do discurso de *Junior*, Ferreira afirma que títulos em primeira pessoa, mesmo que a reportagem não seja fruto de uma história contada por uma fonte, são frequentes em suas publicações, o que, para o autor, é um forte atrativo para que facilite a venda das revistas, em razão da identificação que essa estratégia pode gerar nos leitores. Esse artifício usado por *Junior* é um caráter da militância da revista. Ainda em sua análise, Ferreira capta ideias pré-estabelecidas no discurso da revista:

Ao caracterizar o universo homossexual masculino dessa forma, o autor parece recorrer à ideia bastante comum de que o mundo homossexual é fortemente permeado pela promiscuidade para então referendá-la. Estereótipos como esse funcionam como teses já previamente aprovadas pelo senso comum e pela sociedade de modo geral, para os quais é mais provável que se consiga assentimento. Ao lançar mão dessa ideia, portanto, o autor recorre a uma doxa que ele pressupõe existir, a qual corresponde o autor imagina que o público acolherá como expressão do bom-senso e do natural (FERREIRA, 2011, p. 08).

Estudar ou analisar todos esses periódicos que precederam *O Lampião* não nos pareceu necessário pois, diferente de *O Lampião* e do próprio *Jornal do nuances*, a segmentação fazia parte de um propósito maior, político e social, e não

mercadológico e econômico/financeiro. Entretanto, é inegável que a constituição do periódico em análise herdou características editoriais dos que o antecederam, uma vez que, como vimos em nosso primeiro capítulo, discursos são constituídos de interdiscursos, de outras vozes, de “regras anônimas” e precisamos dessa compreensão para olhar mais atentamente às escolhas, características e enunciados que foram veiculados pelo *Jornal do nuances*.

ANEXOS

Anexo I

Saindo do gueto

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um executivo menos rígido, fala-se na circulação de novos partidos de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, pra quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando – ao assumir – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento.

Nossa resposta, no entanto, é essa: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. **O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual, como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes [sic] e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele de desejaria ter.**

Para acabar com essa **imagem-padrão**, *Lampião* não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar as válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o **estigma da não-reprodutividade** numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma **minoría oprimida**. E uma minoría, é elementar nos dias de hoje, **precisa ter voz**.

A essa minoría não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema – do qual se tornam apenas “bobos da corte” - , declaram-se por ledor engano, livres de toda a discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que **o Lampião reivindica em nome dessa minoría não é a apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades**

construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.

Para isto, estaremos mensalmente em todas as bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: **abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.**

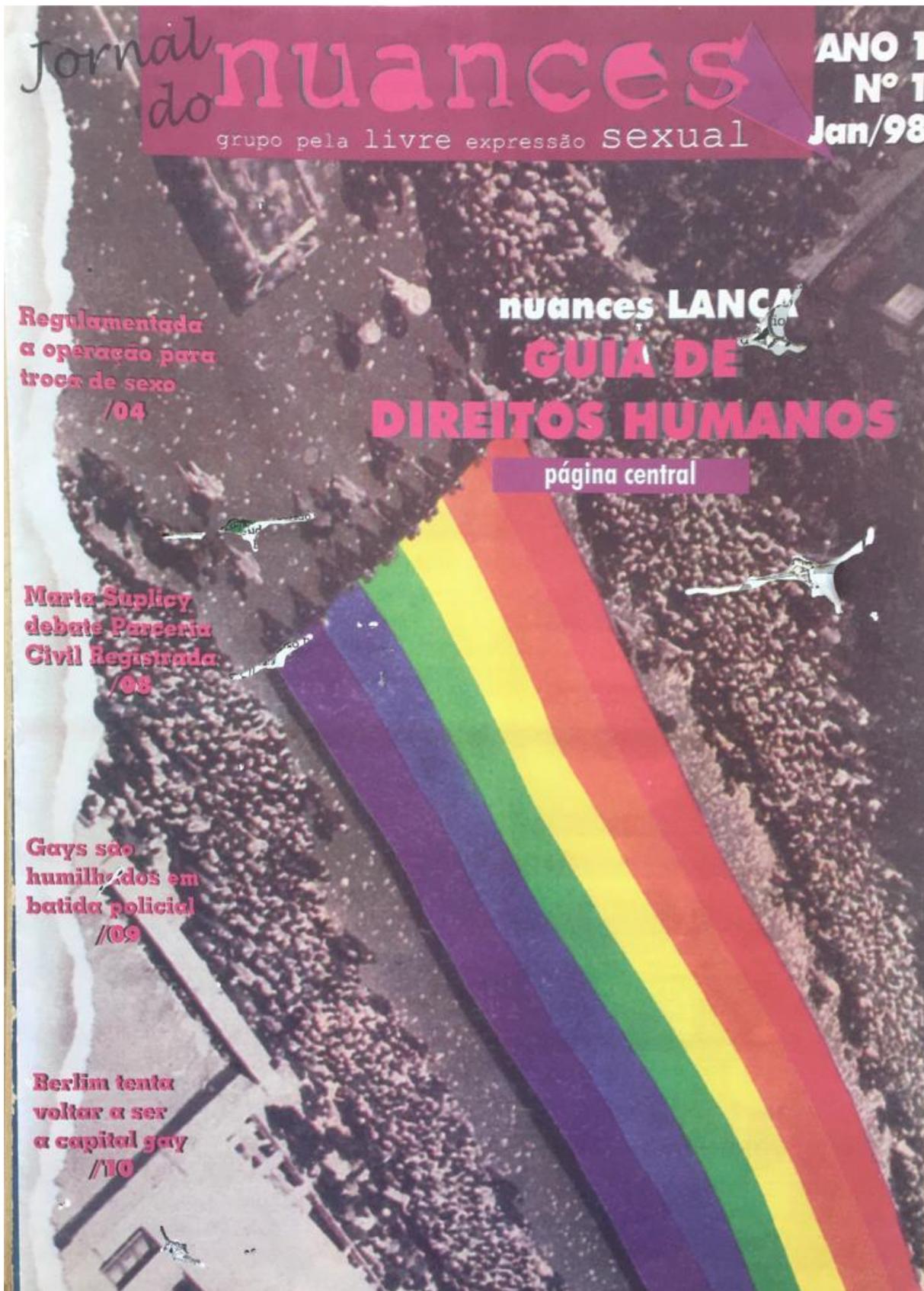
Falando em **discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio**, vamos também **soltar a fala da sexualidade** no que ela tem de positivo e criador, tentar aponta-la para questões que desembocam toda nesta realidade muito concreta: a vida de, possivelmente, milhões de pessoas.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais. **Que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito;** e que sua preferência sexual deve ser vista dentro de um contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, *Lampião* deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos a **desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor** – que nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.

O LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978 apud MACRAE, 1990, p.73.

ANEXO II

AS CAPAS DO JORNAL DO NUANCES



Jornal do

nuances

grupo pela livre expressão sexual

Os direitos das pessoas com HIV/AIDS

Discriminação nos bancos de sangue

Cinema: A vida de Oscar Wilde

REDENÇÃO espaço democrático

página central



Jornal do
nuances
grupo pela livre expressão sexual

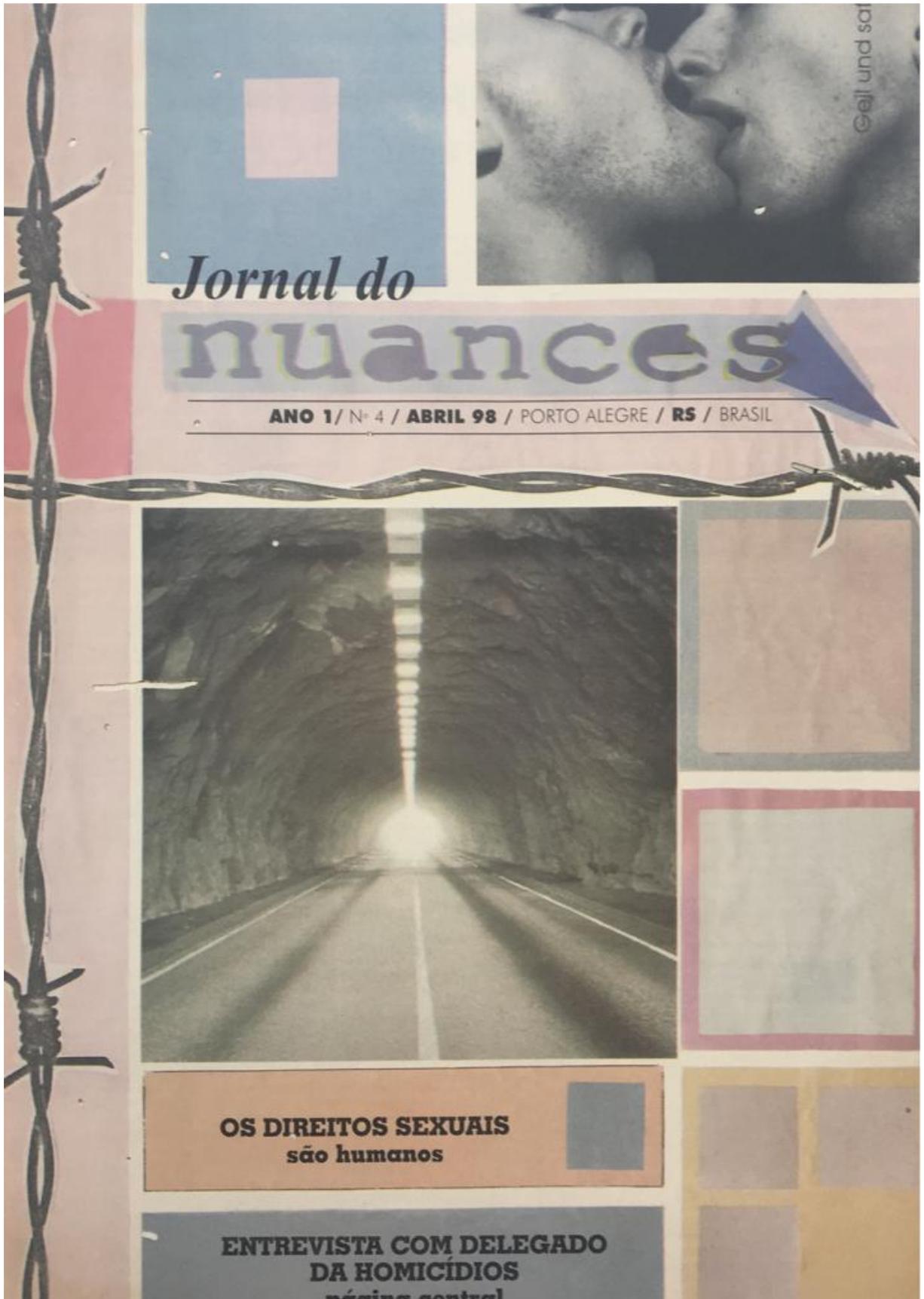
ANO 1 / Nº 3 / MARÇO 98 / PORTO ALEGRE / RS / BRASIL

AIDS
POLÍTICA MUNICIPAL
página central

STJ reconhece direitos de homossexuais /08

8 de março: Dia internacional da mulher /09

Cinema: Tuio Becker escreve sobre "Tudo ou Nada" /11



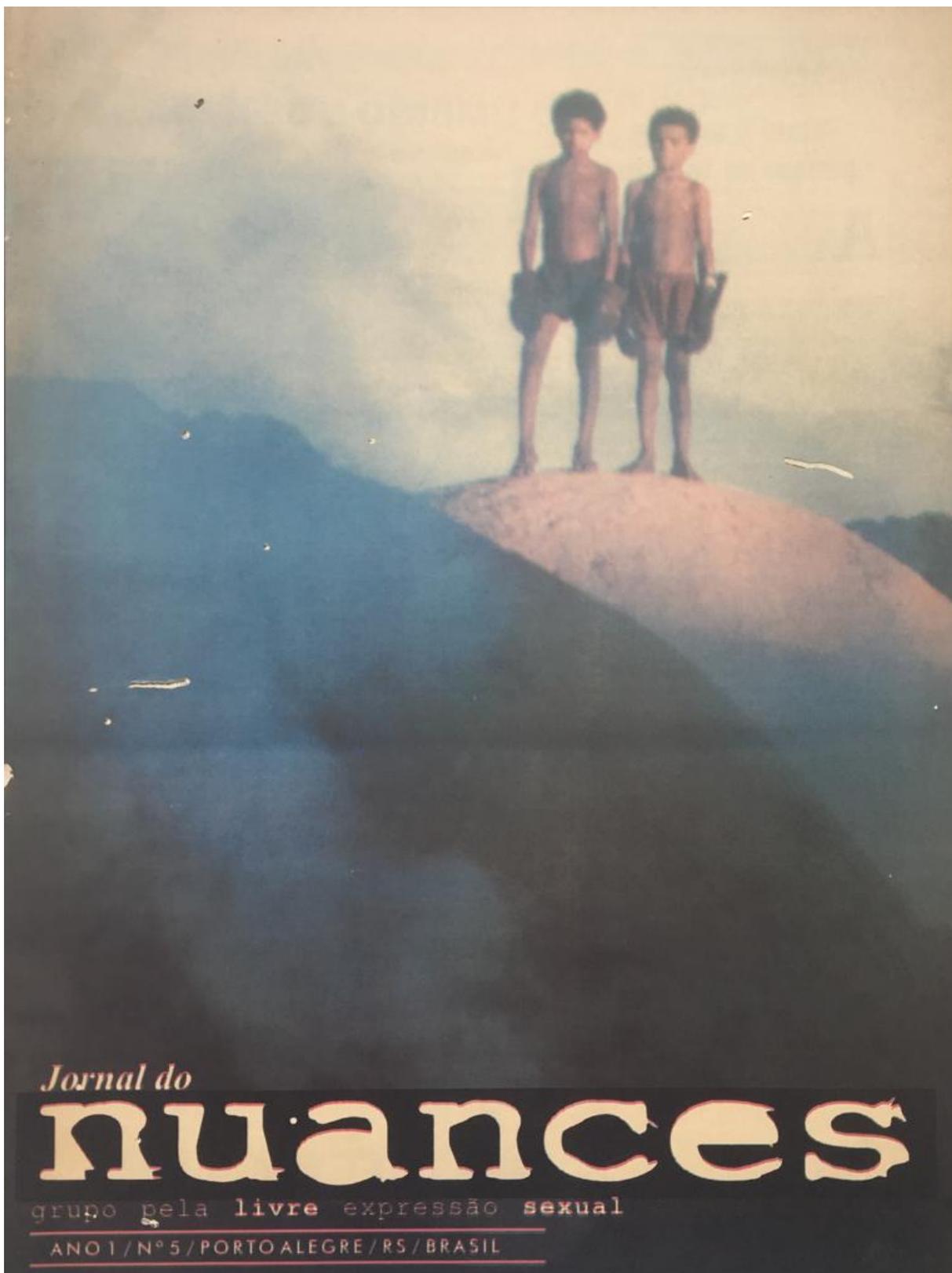
Jornal do

nuances

ANO 1 / N° 4 / ABRIL 98 / PORTO ALEGRE / RS / BRASIL

OS DIREITOS SEXUAIS
são humanos

ENTREVISTA COM DELEGADO
DA HOMICÍDIOS
néging central



Jornal do

nuances

grupo pela livre expressão sexual

ANO 1 / N° 5 / PORTO ALEGRE / RS / BRASIL

PORTO ALEGRE
USUBASSIM

MULHERES

grupo pela livre expressão sexual

ENTRE,
VISTA:

28 DE
JUNHO

NICOLE. Uma MULHER DE VERDADE. O Gay Pride gaúcho arrasou

Jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

ano 1 - nº 7 - Porto Alegre - RS - Brasil

Gay Games em Amsterdã.

A cidade conhecida por múltiplas características, entre elas seus canais, pubs, drogas e sex shops, se apresenta como uma vitrine para todos os gostos. Mas entre os dias 1º e 8 de agosto mostrou o predomínio do mundo gay. Hotéis, shopping centers, metrô, ônibus, lojas, tudo carregava a bandeira símbolo da olimpíada gay games: uma tulipa e um triângulo. A cidade toda estava envolvida no evento e ficou pequena para tanta gente. Os empresários não tiveram medo de ver suas marcas associadas às lésbicas e gays. O prefeito da cidade abriu os jogos no Arena Stadium, do conhecido time de futebol Ajax (os gremistas devem lembrar), com um discurso em defesa dos direitos dos homossexuais.

Um dos locais de maior fervor era o palácio da rainha, na praça Dam, onde estava montado um palco para shows. Era comum ver a bandeira com as cores do arco íris, não só nas casas frequentadas pelos gays e lésbicas, mas por toda a cidade. O momento mais importante foi, com certeza, o desfile de barcos pelos canais, onde o povo realmente mostrou o que tem de melhor (página 3). Eram centenas de embarcações que, com som próprio, davam um tom especial à festa. Toda a cidade parou para ver o bafão. Médicos, padres, comissários de bordo e policiais, estavam assumidamente desfilando. Estes últimos eram puro fetiche.

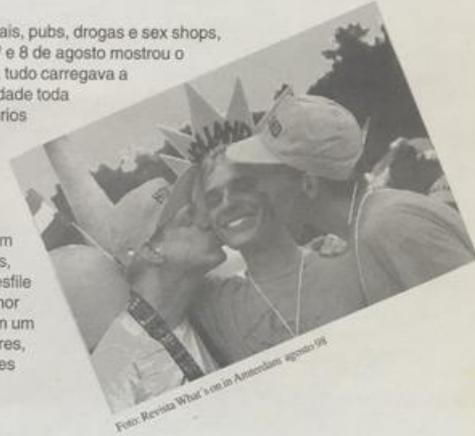


Foto: Revista What's on in Amsterdam agosto 99

ACONTECEU AQUI

A discriminação anda rolando solta por aí. Acontece bem perto das nossas casas, dos nossos pátios, e por vezes dentro deles mesmos. Não é que na própria Porto Alegre, cidade de ótimo nível de vida, modelo mundial em certos aspectos sociais e culturais também acontece dessas coisas!!! Pois sim. Contrariando a Constituição Federal, além de atentar, também, contra um

dispositivo, mais próximo e local, da Lei Orgânica de Porto Alegre, que é o artigo 150, o qual **proíbe a discriminação por orientação sexual**, temos vivenciado diversas ocorrências desse lamentável mal. Com os casos relatados nas páginas centrais, pretendemos estimular a discussão, buscando a consciência de que liberdade e respeito são valores imprescindíveis a todos, e se preciso, devemos lutar por eles fazendo com que se cumpra a Lei.



Imagem: P. Leenbeer - revista Anistia Internacional

GAYS EXIGEM MAIOR PENETRAÇÃO

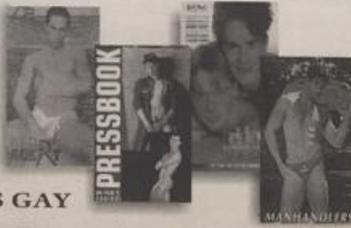


Foto: Sérgio Souza

Quase impossível imaginar alguém que não tenha sido atingido pelo clima das últimas eleições. De uma forma ou de outra, com mais ou menos envolvimento, todos participamos. Gays e lésbicas não são diferentes. Manifestaram suas posições e saíram às ruas para "rodar a baiana" e colocar suas discussões na ordem do dia. Apesar de verificarmos o atraso da maioria da população em relação a discussão das homossexualidades, acreditamos ter feito a nossa parte, espriando nossa bandeira. Restou renovada a esperança de um maior espaço para deliberarem sobre suas questões e buscar soluções, dentro de um governo participativo. **página 7**



ERÓTICOS VÍDEOS
OS MAIS RECENTES LANÇAMENTOS,
VOCÊ ENCONTRA AQUI



HORÁRIOS
2ª à 6ª FEIRA
11:00 às 20:00
sábado
12:00 às 19:00

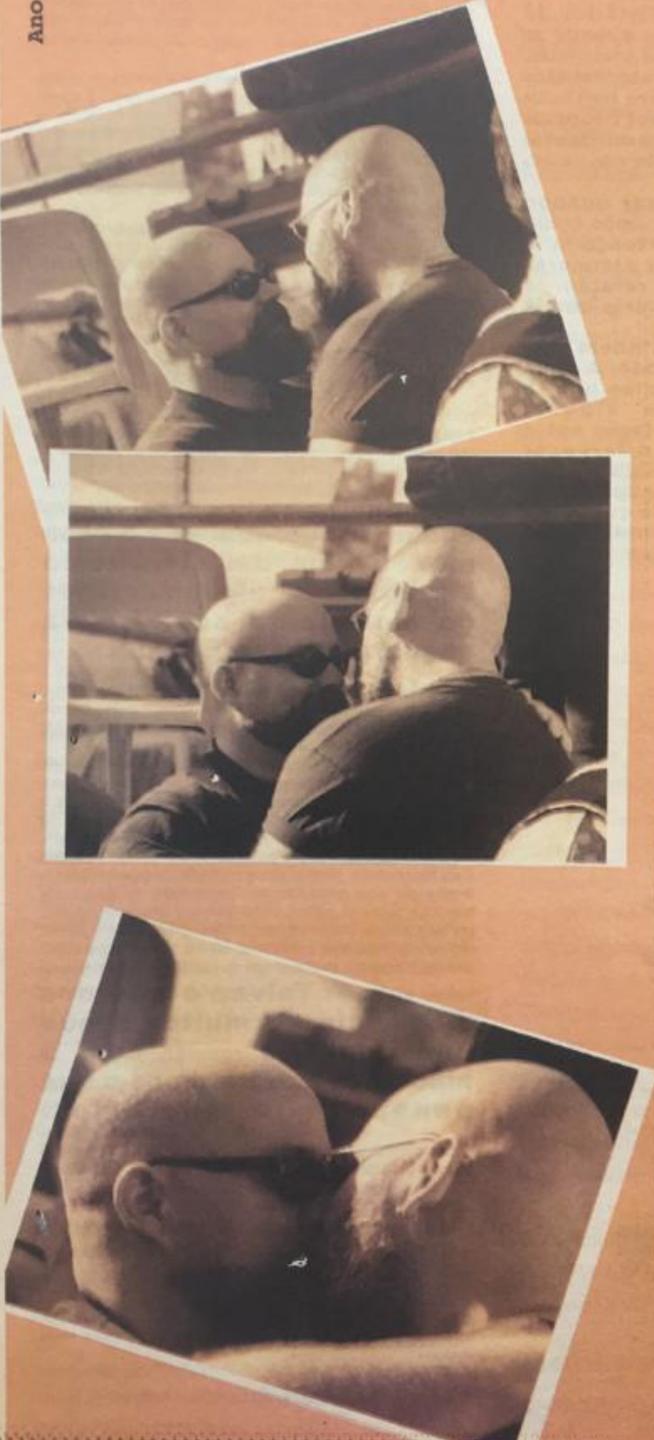
* LOCAÇÃO - VENDAS
* CABINES PRIVÊ C/ AR COND.
* SALA EXCLUSIVA C/ FILMES GAY

Av. Júlio de Castilhos, 648 - Fone: 987-1702

UM DOS ALUGUÉIS ACERTOS DEBENTOS ALLE DO SE. IMPALIS

Ano 02 nº 8

jornal do
nuances
 grupo pela livre expressão sexual



● P.2 SORTEIO DO BOFE: **O BAFÃO!**

P.4 **GRAVIDEZ, PARTO E MATERNIDADE PARA MÃES PORTADORAS DO HIV**
Uma luz vermelha dá o tom do cabaré dos tempos da lapa, e confirma o velho ditado: "LUZ VERMELHA NA PORTA, SACANAGEM ATRÁS..." MIL E UMA NOITES NO HOTEL DO PEPE NA
 PÁGINA 5

P.CENTRAL
TUDO SOBRE A PARADA LIVRE 99

● P.8 DENÚNCIA DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS TRAVESTIS EM PORTO ALEGRE

P.9 JUSTIÇA BRASILEIRA E OS DIREITOS DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSEXUAIS

P.10 "SOLTANDO A FRANGA" NO CEARÁ, *Encontro de Travestis e Liberados em Fortaleza*

jornal do
nuances
grupo pela livre expressão sexual

ano 2 nº9

3 Nêga Lú: Conheça um pouco da história desta personagem da bichice de Porto Alegre

central Eles gostam de se vestir de mulher. Tudo sobre as Cinderelas ao Avesso

10 Rua da Praia Shopping discrimina lésbicas



Jornal do
nuances 
grupo pela livre expressão sexual

nº 10
Porto Alegre, fevereiro de 2000.



Entrevista
com Lauro Ramalho
p.3

Roteirão
Os lugares quentes
de Porto Alegre
central



HIV e
Discriminação
no trabalho.
p.11



jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

nº 11/ano 2
Porto Alegre, março de 2000



Comitê Prêzias: carnavalesco, estilista e figuração da Sociedade Pelotense n.3



p. central

Conheça a doce fama de Pelotas

p.10

A Praça da República, a favela carioca e a Áustria: qual a diferença?

jornal do
nuances
 grupo pela livre expressão sexual
 ano 2 • n° 12



Prepare-se.

NUANCES

PROCESSA INSS

· AÇÃO INÉDITA PODE GARANTIR DIREITOS
 IGUAIS ENTRE HOMO E HETEROSSEXUAIS

PÁGINA 10

· ADOLESCENTES GAYS:
 A REALIDADE SE IMPÕE AO PRECONCEITO.
 P.CENTRAL



OS FUXICOS DE KÁTIA SUMAN

Porto Alegre • RS • Brasil

jornal do nuances

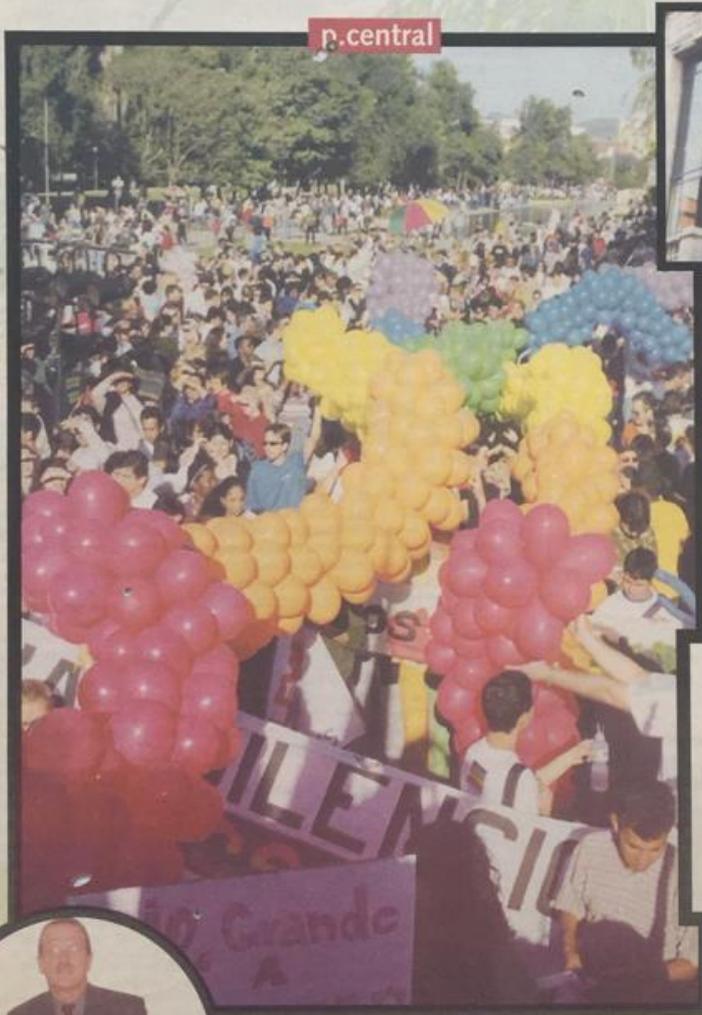
grupo pela livre expressão sexual

ano 2 • n°13 • julho 2000

parada livre 2000

10.000 pessoas comemoram o Gay Pride em Porto Alegre

500
anos
de 4



nuances INVADE O PALÁCIO PIRATINI

Pela primeira vez na história,
homossexuais gaúchos são
recebidos pelo Governador

INSS: JUSTIÇA MANTÉM LIMINAR

p.10



p.03

Entrevista
Candidato Tarso Genro estenderá direitos
previdenciários aos funcionários
homossexuais do município

(no detalhe: jornal do nuances)

jornal do
nuances
 grupo pela livre expressão sexual

ano 3 • n.º 14 • janeiro 2001 • Porto Alegre • RS • Brasil



AMEAÇA NEONAZISTA
O professor Paulo
Visentini mostra que o
perigo mora ao lado.

p. central



nuances promove
manifestação
na Feira do Livro
e fecha Banca da Editora
Revisão.

p. 11



Marcos Rolim propõe
inclusão do termo
"orientação sexual"
no texto
constitucional.

p. 03



O que pensamos
sobre a bichice
do Lula

editorial

ane 3 • nº 15 • maio 2001 • Porto Alegre • RS • Brasil

jornal do
nuances
grupo pela livre expressão sexual

PARADA LIVRE 2001
24 de junho
na Redenção

p.03

p.11

Moriconi e a Literatura Viada

O que pensamos sobre o Fórum Social Mundial

Confira a movimentação política do nuances na pág. central



jornal do
nuances
grupo pela livre expressão sexual

ano 3 - n.º 16 - agosto 2001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Central

Mas Bá, Quanta Bichice!

nuances entrega projeto de lei ao Prefeito de Porto Alegre no dia do Orgulho Guei.

4

Estudante denuncia escola
-discriminados rompem o silêncio-

10 e 11

Seminário do nuances
mistura homossexualidade, filosofia,
literatura e política

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

PENITENCIARIA FEMININA MADRE PELLETIER

001 Porto Alegre - RS - Brasil

ano 3 • nº 17 dezembro

nuances FAZ REVISTA ÍNTIMA NO MADRE PELLETIER

página central

p3



**CADA UM DESCE
COMO QUER**
Cláudio abre o zíper
e mostra tudo

p10

LANÇAMENTOS
"Rompa o Silêncio"
Novo Guia de DH
do nuances

p11

VITÓRIA
Justiça condena GM
por homofobia

foto: Luis da Silva

ano 4 nº 18 janeiro 2002 zero alegre no brasil

jornal do nuances

grupo ... livre expressão sexual

Adolescentes gueis, gurizada que faz barulho!

Páginas Centrais

Pelotas não é só fama: é história também.

Página 11

Página 4

nuances lança livro no Fórum Social Mundial

entrevista:

O Mal-Criado

Sérgio Etchichury



jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

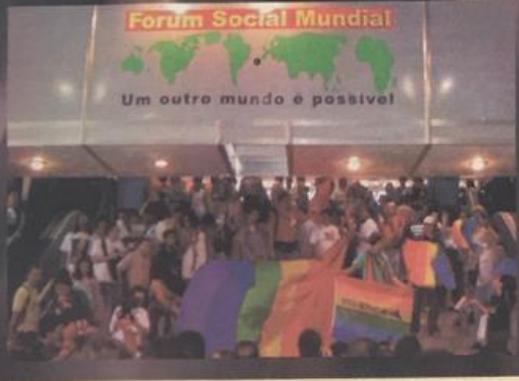
ano 4 n.º 19 abril 2002 Porto Alegre RS Brasil

FORUM SOCIAL MUNDIAL 2002

Sem bichice não tem mundo melhor

Página Central, 3 e 11

23 DE JUNHO



PARADIGMA

periódico extraordinário do
nuances, grupo pela livre expressão sexual - nº 01 junho 2002 Porto Alegre RS Brasil

a nuanceira

Teatro para animar piquete



A Cigana Heinz e sua Assistente Sandra previram que a união dos Funcionários Públicos Federais faz sua força. Dia 23 de abril, em frente ao Tribunal Regional do Trabalho, as duas artistas animaram os trabalhadores em greve. (foto)

Parada guei em Caxias

O dia 30 de junho promete agitar Caxias do Sul: enquanto a Parada Livre ocorre em POA há seis anos, as bibas e sapatas do interior começam a mostrar a cara na rua. O Orgulho Guei das caxienses vai acontecer na praça Dante Alighieri, a partir das 14 horas. Estaremos lá também, curtindo os gringos.

Ministério da Saúde faz campanha para gueis nas escolas

Dentro da megacampanha que deve invadir telas, rádios e publicações de todo o Brasil, o Ministério da Saúde não esqueceu as escolas, menos ainda os adolescentes. Dialogando com professores e estudantes, dá dicas do que fazer quando rolam situações de constrangimento por conta da sexualidade dos guris, gurias e mestres. E esclarece sobre aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. O Ministério da Educação fica só assistindo.

Atenção Ruivas!



As garotas vermelhas Patricia (cabelos compridos) e Leticia (curtinhos), da Ameixa Fúcsia Produções, montaram A Morte Ruiva de David, uma peça de teatro que conta como o amor de duas garotas, descobrindo-se lésbicas, pode ficar refém da culpa. Antenem-se garotas, porque vai rolar uma esquete no Veneziano (Joaquim Nabuco 397) no dia 27 de junho. (foto)

Morre Lutz

O nuances presta homenagem a José Lutzemberger, ecologista gaúcho que sempre soube que ecologia e livre expressão das sexualidades tem tudo a ver, morto dia 14/05/2002. A Lutz deu uma entrevista pro Lâmpio de Esquina nº 6, de novembro de 1978, que a gente publicou novamente no jornal do nuances, edição nº 9.

Plano Nacional de Direitos Humanos inclui homossexuais

Numa versão mais atualizada, o novo PNDH deve apoiar as uniões entre pessoas do mesmo sexo, mudança de registro civil para transexuais e apoio aos profissionais do sexo. A palavra pederastia deverá ser riscada do Código Militar. A orientação sexual será alvo de interesse do próximo censo brasileiro, em 2010.

Mídia na Mira

Número 1: No dia 7 de maio o nuances participou do "Debate sobre Mídia e Movimentos Sociais", juntamente com o Movimento dos Trabalhadores sem Moradia, Movimento Remanescentes dos Quilombo e Rádios Comunitárias. O convite foi do Centro de Mídia Independente.



Número 2: No dia 9 de maio, a gente foi conversar sobre o Big Brother e a Casa dos Artistas no debate "Um olhar sobre a Ética na TV", promovido pelo Deputado Federal Marcos Rolim. Além do Deputado, foram expositores o cineasta Jorge Furtado, o psicanalista Alfredo Jerusalinsky, e o coordenador do Fórum Nacional pela Democracia da Comunicação Daniel Herz. Kátia Summan mediou.

nuances propõe alteração na Constituição Estadual

Em Audiência Pública a realizar-se no dia 12 de junho na Assembleia Legislativa do RGS, o nuances estará entregando o projeto de lei no qual "o Estado, por sua administração direta e indireta reconhece o respeito à dignidade, especialmente toda forma de discriminação fundada na orientação, práticas, manifestação, identidade e preferência sexuais, exercidas dentro dos limites da liberdade de cada um e sem prejuízos de terceiros".

A iniciativa é do nuances, em parceria com a Comissão de DH da AL do RGS e com o Deputado Estadual Roque Grazziotin. Na ocasião, estarão presentes o Juiz Federal Roger Raupp Rios, o Procurador da República Paulo Leivas e todos os deputados estaduais, o Ministério Público Estadual, além de outras entidades.



Folheto da campanha

Bandeira Arco-Íris abre Banda da Saldanha



Pois é, vizinha! A Porta-Bandeira, biba amiga, agitou as seis cores da diversidade abrindo o desfile da Banda da Saldanha, pela Rua Saldanha Marinho e Getúlio Vargas no dia 1º de Maio. O nuances estava lá, bem viadinho, e recomenda: vá rebolar seu charme no dia 12 de outubro, data do próximo desfile.

nuances dá aulas para novos policiais no RS

A convite da Secretaria de Segurança Pública, o nuances, pelo terceiro ano consecutivo, ministra curso sobre homossexualidades e DH aos novos policiais gaúchos. As aulas fizeram parte da nova disciplina de Movimentos Sociais. Além do nuances, participaram do programa o NEP (Núcleo de Estudo da Prostituição), Igualdade, Movimento Negro e Promotoras Legais Populares. Nota 10 para a iniciativa!

Igualdade comemora aniversário

Na batalha há três anos, a Igualdade Associação de Travestis e Transexuais do RGS convida para sua festa de aniversário na Redenção, dia 26 de maio, domingo. A programação vai incluir shows, apresentação de bandas e atrações diversas, das 10 da manhã às 20 horas. Vamos lá comer uma fatia do bolo...



Madame Satã

A bicha marginal que reinava nas ruas da Lapa do Rio no início do século, terá sua história contada em filme (com cenas quentíssimas de sexo entre homens) que concorre na mostra paralela Un Certain Regard, do Festival de Cannes. O filme deve dar conta de como Madame Satã enfrentava até nove policiais ao mesmo tempo, aprontava pelos cabarês cariocas no início do século XX e acabou morrendo presa na Ilha Grande. A produção é franco-brasileira, dirigida pelo cearense Karim Aïrouz, e no papel principal está o ator Lázaro Ramos.

Vigília Mundial 2002 Foque seu olhar em um futuro melhor

O nuances participou do evento promovido em Porto Alegre pelo GAPA/RS, dia 19 de maio, no Teatro São Pedro. A programação contou com a participação de Cida Moreira, Tânia Carvalho entre outras, começando às 17 horas e terminando às 19h30min com uma caminhada noturna iluminada por velas.



ano 4 n° 20 agosto 2002 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

6ª Parada Livre 2002

Parada Livre Todos os Dias!

Página Central



Brigadiano assume homossexualidade

Página 3

Foto: Benedito Junge / Agência de Divulgação - Pressas 2002



jornal do nuances

grupo por livre expressão sexual

ano 4 nº 21 outubro 2002 Porto Alegre RS Brasil

Política e Cidadania

Uma homenagem a trajetória do Zezinho, um militante comprometido com a vida.
Página 11



Grito dos Excluídos

Dia 7 de setembro, depois dos militares desfilarem seu charme na avenida Perimetral, foi a vez dos excluídos darem o seu, com o lema "Soberania não se negocia". A concentração foi no largo Getúlio Vargas, com muitas faixas e bandeiras. Subimos pela Borges até a Perimetral, sob a "proteção" da tropa de choque. As nuanceiras não perderam a oportunidade de conferir os bofes fardados que eram tudo de bom. Os excluídos de alguma coisa mostraram que não estão passivos e querem conquistar melhores condições de vida. Formos recebidos pelo Governador Olívio Dutra, pela dona Jusé, primeira dama e pelo prefeito municipal João Verli. O nuanceiras estava lá para conquistar espaço político e dizer que sua proposta de sociedade não está apenas ligada à questão dos homossexuais. Vimos algumas amigas que foram para a avenida conferir os tralhas, e é claro, ai mentar o fetiche pela farda. Arrasou!!!



Putas e travas que gozam trabalhando

Travestis e prostitutas abrem o jogo e falam como usam o corpo para dar prazer ao peit. É um pouco do que rolou com este universo da sexualidade.
Páginas 3, 06, 7 e 12

Entrevista: Simone,

mais um monumento em Paris

Saiu de Cachoeirinha para brilhar na Cidade Luz. Ela conta um pouco do que rola no universo da prostituição em Roma e Paris.
Página 03



ano 4 n.º 23 maio 2003 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

jornal de livre expressão sexual

Santa polêmica!

Manifestação contra a Homofobia do Vaticano.

Protesto em frente a Catedral Metropolitana em Porto Alegre. Página 6

nuances ganha prêmio em São Paulo
 Página 4

VI PARVDA LIVRE 2003
29 Junho Domingo 10h
 Parque da Redenção POARS

Porto Alegre RS Brasil
ano 4 nº 24 julho 2003

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

Redenção Sem Cerca!

editorial

X ENTLAIDS É SUCESSO!

travas e liberados de todos os cantos aqüendam.os gaúchos



página 11

entrevista

Putas Assumidas



páginas 3 e 5



Parada Livre agita Porto Alegre

70 mil celebram o 28 de junho

Páginas Centrais

Brasil
Porto Alegre RS
setembro 2003
ano 4 n.º 25

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



Lésbicas vão as Ruas

29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Veja o que aconteceu em Porto Alegre. Páginas Centrais



nuances protesta contra os Neotrouxas e o Papa

Manifestação contra o vaticano e os neonazistas na Redenção
Página 11



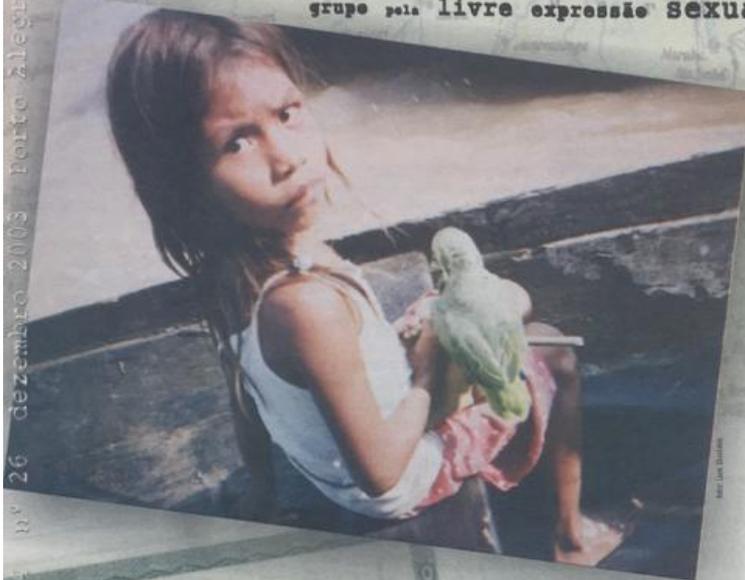
Abusadas, mas atinadas

Lançamento da campanha "Depois a Cantada Deixe Seu Telefone" congestionando linhas no Praia de Belas. Página 10

185
nº 26 dezembro 2005 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



nuanceiras tomam guaraná do amazonas

Confira a participação
das nuanceiras no
XI EBGLT em Manaus
Página 7



Rogéria mostra sua identidade

Ela fala sobre sua
carreira e solta
o verbo
Página 3



Vitórias
contra a
homofobia!
Página 11



Visibilidade Lésbica em alta

Veja o que aconteceu
no 1º Encontro da Liga
Brasileira de Lésbicas
Página 6

ano 5 n.º 28 maio 2004 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



nuances resgata o Flower's e lança Projeto Olhares para lésbicas
página 10

A Cidade Partida do Jornal Boca de Rua
páginas centrais



Boquinhas promovem seu jornal

8ª Parada Livre 2004



27 de Junho, Domingo, na Redenção

Programação

24 de Junho

A Rua Derruba o Armário

Fotografias das Paradas Livres 2002/2003, de Adriana Franciosi
Birra & Pasta: Shopping Praia de Belas, às 19 horas.

27 de Junho

8ª Parada Livre 2004

10 horas Bancas e Movimentação

14 horas Show de drags

16 horas Parada Livre Saída da pela Avenida Setembrina.

28 de Junho

Meio-dia **Manifestação na Esquina Democrática**

30 de Junho

A História fora da História

Seminário sobre a Homossexualidade em Porto Alegre no século XX
Palavraria Livraria - Café Rua Vasco da Gama, 165, às 19 horas

ano 5 n° 29 agosto 2004 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

Seminário resgata a história da bichice em Poa

página 3



Pará em Pelotas

Gay Pride é comemorado no interior gaúcho

página 12

Agosto, o mês da Visibilidade Lésbica

página 11

Parada Livre leva 100 mil às ruas

página Central



8º Parada Livre 2004

ano 5 nº 31 dezembro 2004 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



Gurizada é Festa!
página 10



Ocidente Bar completa 24 anos!
página 9

Albergue Municipal tem Quarto para Bonecas
páginas centrais

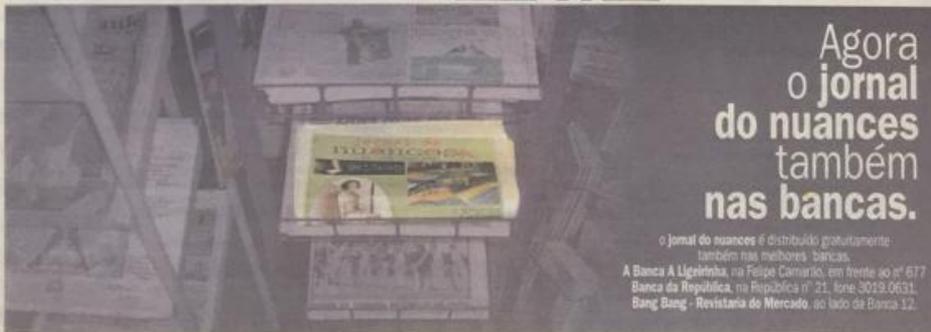
Veja a realidade das bitas e usuários neste espaço de convivência

Pais homossexuais. Hein?
página 11

Entrevista

Rita Cadillac dá para o nuances
Com muito prazer, a eterna chacrete concede entrevista, na página 3

Foto: nuances



Agora o jornal do nuances também nas bancas.

o jornal do nuances é distribuído gratuitamente também nas melhores bancas.
A Banca A Ugeirinha, na Felipe Camarão, em frente ao nº 677
Banca da República, na República nº 21, fone 3019.0631.
Bang Bang - Revistaria do Mercado, ao lado da Banca 12.

www.nuances.com.br



em janeiro
novo site
do nuances

ano 6 n° 32 março 2005 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



Como foi e para onde vai.

Página Central

5 de Junho 9ª PARADA LIVRE 2005



Em reunião realizada no dia 10 de março, onde todos os grupos foram convidados, foi deliberada a data da 9ª PARADA LIVRE para o domingo dia 05 de junho. A Parada Livre é hoje um dos maiores eventos da capital gaúcha e teve sua 1ª edição em 1997. O evento é hoje referência estadual e nacional, e tem na participação democrática da população e dos movimentos sociais o seu caráter plural, integrando toda sociedade na luta contra quaisquer formas de discriminação.

A Parada Livre faz parte do Calendário Oficial de Eventos da cidade de Porto Alegre.

Você que já faz parte dessa história venha celebrar mais um capítulo!

Todos na Redenção dia 05 de junho. Se chover fica pro dia 12 de junho.
Não a partidarização da Parada Livre.



a teoria queer como políticas de conhecimento.

O artigo da Professora **Guacira Lopes Louro**
Página 10

Vítimas do Desejo
Entrevista:
Sérgio Carrara
Página 3



Severino Cavalcante recebe projetos do movimento Guei

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante (PP-PE), garantiu no dia 16 de março que vai colocar em votação o projeto de lei que autoriza a união civil entre homossexuais e o projeto que criminaliza o preconceito contra orientação sexual. O presidente recebeu a frente parlamentar da livre expressão sexual e militantes do movimento guei brasileiro.

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

Edição nº 45 - Junho de 2015 - Ano 11 - Porto Alegre - RS - Distribuição Gratuita

ÉBA! VIADO
NA PISTA!



24 ANOS
NAS RUAS
nuances
GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL
1991/2015

EDIÇÃO
COMEMORATIVA

28 DE JUNHO - DOMINGO

3ª VIGÍLIA

CONCENTRAÇÃO ÀS 18H
MONUMENTO DO EXPEDICIONÁRIO

CONTRA A
HOMO/LESBO/TRANSFOBIA
E O CERCAMENTO DA REDENÇÃO
TRAGA A SUA VELA E A SUA BANDEIRA!

Ano 6 n° 33 maio 2005 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão SEXUAL



Gaty é cabra macho, sim senhor!

Páginas centrais trazem entrevista com um homem de verdade.

Página Central

Não perca o lançamento dos *Garotos do Calendário!*

Um bofe por mês.

Página 13

Varig discrimina funcionários gueis.

nuances faz denúncia no Ministério Público do Trabalho

Página 6

05 de Junho

Domingo P. Redenção

A função começa com som no palco ao meio dia, e o show das drags vai rolar às 13 horas, com Laurita Leão e Glória Crystal.

A 9ª Parada Livre 2005 de verdade, no duro, sai às 15 horas, com carros de som e escola de samba, pela Osvaldo, José Bonifácio e João Pessoa, retornando ao ponto de partida.

Programação

De 1° a 30 de Junho
Mostra "A rua derruba o armário" fotos de Adriana Franciosi, no Gasômetro

05 de Junho - Domingo
12h - som no palco
13h - show das drags
15h - Passeata - 9ª Parada Livre 2005, após Festa junto ao palco na Redenção

28 de Junho - Terça-feira
Manhã e tarde (local a confirmar)
Seminário e Lançamento da Pesquisa na Parada Livre 2004 (R.J/PoA)

29 de Junho - Quarta-feira 9h
Audiência Pública no 3º andar da Assembleia Legislativa do RS
Homofobia nos Espaços Institucionais
Lançamento do cartão "Diga Não ao Preconceito!"

Festa
9ª PARADA LIVRE - 2 de Junho
Quinta, 22 horas: Grupo - Show da Praiana
Local: Quadra da Praiana
(Pe. Cacique, 1261) Ingresso R\$ 5,00

Paradas no Interior
Santa Maria - 26 de Junho
Viamão - 2 de Julho
Pelotas - 10 de Julho
Alvorada - 17 de Julho

Saiba mais em www.nuances.com.br

Cartão "Diga não ao Preconceito!"

O **nuances** e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL do Rio Grande do Sul estão lançando um cartão "Diga Não ao Preconceito!" para divulgar o artigo 150 e a Lei Estadual 11.872/02. No verso do cartão há dicas de telefones úteis. Este cartão faz parte das atividades da 9ª Parada Livre, e vai ser distribuído gratuitamente. Passe no **nuances** e pegue o seu.

Skins voltam a agir em Porto Alegre

Na madrugada de domingo 08 de maio, oito skinheads neonazis atacaram três jovens judeus (usavam kipa) a socos e facadas, no bairro Cidade Baixa. Três agressores foram identificados e estão recolhidos no Presídio Central. Os outros cinco estão com prisão preventiva decretada.

Não é a primeira vez que agem: em 2003 foram condenados à prestação de serviços à comunidade por atacarem um estudante punk. E são os mesmos que colaram, em junho de 2003, cartazes com os dizeres "Faça seu dia feliz, acabe com o homossexualismo" pelos postes ao redor da Redenção, pouco antes da 7ª Parada Livre. O **nuances** denunciou e a polícia foi rápida na localização do seu QG, onde foram encontrados materiais neonazistas. O desbaratamento da quadrilha incluiu a investigação da banda Zurzil, que tinha letras racistas e homofóbicas, da qual os atacantes faziam parte.

A partir daquele acontecimento, o **nuances**, a Federação Israelita e o Movimento Negro assinaram um Termo de Compromisso junto ao Ministério Público Federal, Estadual e Polícia Federal para combater a violência neonazi inclusive na internet.

Desta vez o **nuances** contou o Delegado de Polícia Paulo Cesar Caldas Jardim e protocolizou ofício junto à Secretaria de Segurança Pública do RS pedindo medidas de segurança para a 9ª Parada Livre de Porto Alegre, que acontecerá 5 de Junho na Redenção.

Ano 6 nº 34 agosto 2005 Porto Alegre RS Brasil

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual



VITÓRIA! nuances denuncia e ficha da polícia muda!!
(página 15)
Violência em Shopping Center no centro de PoA!



9ª Parada Livre em PoA e se espraçando...

(páginas centrais)



PROJETO PRAZER TAMBÉM TEM PREÇO É POLÊMICO. (página 5)



Nuances das Terças
Revitalizadas, vitaminadas, poderosas, as reuniões temáticas iniciam em setembro, dias 13 e 27! Venha discutir coisas sérias de forma descontraída ou só bater papo às 19 horas, na sede (reformada e chique) do nuances. Veja detalhes na página 4.

Paradas pelo RS
Escancare seu armário na 4ª Parada Livre que acontece em Caxias do Sul dia 25 de setembro! Veja a programação na página central.

I Jogos Gay e Lésbicos de Porto Alegre



Éba, éba! O nuances e a Secretaria Municipal de Esporte de Porto Alegre convidam para a função que vai fazer bibas e sapatas botarem os bofes pra fora! Esportes individuais, coletivos, rústica e passeio ciclistico festivo de abertura, festa e até escolha da Rainha dos jogos. Imperdíveis! Interessados e interessadas em participar podem entrar em contato pelo fone 51 3286-3325 e pelo email nuances@nuances.com.br

jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 6 nº 36 julho 2006 · porto alegre rs brasil



nuances na rua!

Em ação anual ao dia 28 de junho, data internacional que marca os protestos ensejados pela discriminação contra homossexuais frequentadores do bar Stonewall In, em 1969, em NY, o nuances foi novamente para as ruas.

A mobilização pública sempre foi e será estratégia privilegiada para o nuances, que neste ano completa quinze

anos de atuação no combate às violações dos direitos humanos e para a promoção de uma cultura da diversidade.

Para nós, todos os dias são de luta. É preciso lembrar, ocupar a cidade, mostrar a cara contra a banalização da vida e as hegemonias estéticas, políticas e culturais que encerram vidas e comprometem a democracia.

O nuances denuncia

Sem camisinha, não dê. Sem compromisso do Estado não dá!



O nuances está denunciando o buraco aberto da política pública de prevenção. Há alguns meses viemos sentindo os efeitos da falta de responsabilidade dos governos Estadual e Municipal quanto à política de prevenção ao hiv/aids e outras dsts. Nesta semana, depois de muitos telefonemas às instâncias "competentes", e após muitos apelos, só encontramos respostas de empurrar-empurrar. Verdadeiro descaço e irresponsabilidade. O Estado está se furtando aos compromissos firmados com as organizações da sociedade civil para o andamento dos projetos: onde estão os preservativos pactuados? Que prevenção é possível?

Dez Anos sem Calo - Página 3

Acompanhe os projetos do nuances - Páginas Centrais

O Bafo no Nova Olaria - Página 10

jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 9 nº 37 setembro 2006 porto alegre rs brasil

Paradas históricas.

Conheça a história das Paradas Livres nas suas 10 edições. Páginas Centrais

Prazer, Desejo e Fetiches

Artigo sadomasô nas Páginas 10 e 11

29 de Agosto Lésbicas na luta

Página 3

...e muito mais!!!

Deposite na conta do nuancec Banco do Brasil Agência: 010-8 C.C. nº: 242424 - X



Contribua contigo mesma!



jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 9 nº 38 outubro 2006 porto alegre rs brasil



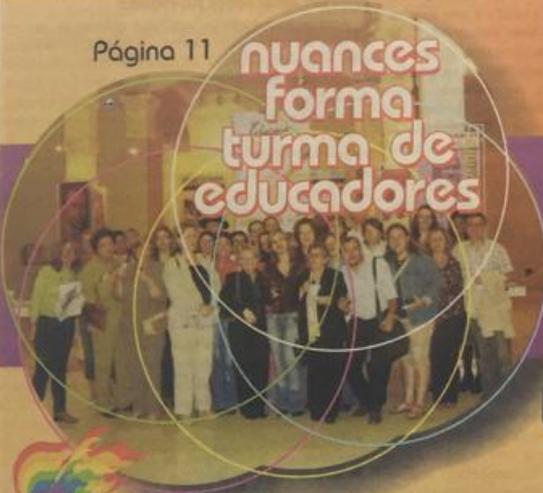
10º PARADA LIVRE PAROU A CIDADE!!!

Páginas Centrais



Página 11

**nuances
forma
turma de
educadores**

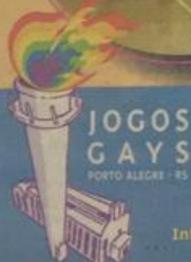


**Vitória do nuances junto
ao INSS ganha Instrução
Normativa** Página 4

**Seminário na Unisinos
promove a cultura de
Direitos Humanos**

Página 11

**Lésbicas indenizadas
por danos morais** Página 11



2º JOGOS GAYS VEM AÍ!!!

A Segunda Edição dos Jogos Gays/Lésbicos vai acontecer na primeira quinzena de Dezembro. Prepare sua equipe e participe!

Informações: nuances (51) 3286.3325 • www.nuances.com.br • e-mail: nuances@nuances.com.br
Secretaria Municipal de Esportes • 3233.6116 com Sílvia Capulo • srcapulo@sme.prefpoa.com.br

jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 10 nº 39 abril 2007 porto alegre rs brasil



Campanha de Rádio da Parada Livre ganha Ouro no Salão da Propaganda Gaúcha

Os jingles criados pela agência Paim Comunicação veiculados na Rádio Ipanema, chamando o povo para a 10ª Parada Livre 2006 foram premiados no 32º Salão da Propaganda realizado pela ARP - Associação Riograndense de Propaganda. Com um tom bem humorado os jingles são uma paródia das músicas I Will Survive e It's raining Men em versão nacional no ritmo gaúcheco. Cruzou fronteiras e foi comentado em todo o Brasil. Dê uma escutada no site da Ipanema Fm no link: <http://www2.udf.com.br/ipanema/downloads.shtml>

A Semana da Propaganda é o grande evento da publicidade do Rio Grande do Sul e que abrange os mais cobiçados prêmios deste mercado. Ela é composta pelo Salão da Propaganda, Salão da Comunicação, Salão Regional (focado nas agências do interior) e Salão de Internet AGADV/ARR. www.arpmet.com.br

Educadora transexual é reintegrada no trabalho. Página 10

Deixe a bicha trabalhar!

Conheça um pouco do trabalho do Centro de Referência Rompa o Silêncio do nuances, e veja alguns casos de discriminação no ambiente do trabalho que estamos acompanhando.

Página 10

8 de março: Mulheres na rua é na luta, e as bichas também.

Central

Entrevista com Judith Butler. Página 3

Bichas 'teen' vôôaaamm para a Europa!



Intercâmbio internacional leva Projeto Gurizada para Berlim e Roma. As bonitas vão passar 45 dias interagindo com jovens europeus e Argentinos. Vão trocar experiências sobre sexualidade, direitos e outros babados. O projeto de intercâmbio estabelecido

entre o nuances e as ONGs BABOP (The Berlin Working Group for Civic Education), MOSAICO (Itália), Vox Asociación (Argentina e Rosário) e Teatroca (Brasil), surgiu como um convite das organizações europeias, motivadas pela abordagem que o projeto Gurizada vem fazendo sobre juventudes, diversidade sexual e direitos humanos.



jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual - ano 10 nº 40 junho 2007 porto alegre rs brasil

A Papa é Uóó!

Veja manifestação.

Central

3ª Edição do Educando para a Diversidade já é sucesso!

Central

Gurizadas já estão no Velho Mundo.

Central



Moscú reprime Parada das Bichas.

Veja o que está acontecendo no mundo.

Página 11

nuances lança campanha com outdoor no mês de junho.

A partir do dia 23 estarão nas ruas.

Central

jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 10 n° 41 outubro 2007 porto alegre rs brasil

11ª Parada Livre 11 de Novembro



Todo mundo vai sair do armário!

- Transexuais garantem cirurgia pelo S.U.S. Página 11
- Coligay: 30 anos de História Página Central
- Entrevista com Bambolé: uma bicha mais fina que vocês! Página 3
- Mulheres ganhando as ruas Página Central

Homenagem a João Antônio Mascarenhas

Página 3

1ª Marcha Lésbica de POA / 11 de Nov.

Adquira produtos da Parada!

Informações: (51) 3286.3325
ou nuances@nuances.com.br



jornal do nuances



grupo pela livre expressão sexual · ano 10 nº 42 novembro 2007 porto alegre rs brasil

A Parada da cidade!

Num dia de celebração, a 11ª Edição da Parada Livre levou ao Parque Farroupilha milhares de pessoas que se divertiram e fizeram política com seus corpos e atitudes!

Mostrando que a cidade reconhece na Parada Livre um lugar legítimo de manifestação pelo direito a diversidade sexual.

Página Central

Edição Especial
11ª
Parada Livre



O 15º Festival Mix Brasil chega a Porto Alegre

De 23 a 29 de Novembro na Usina do Gasômetro.

Confira entrevista com Suzy Capó e Marcus Mello.

Página 03

Jornal do nuances



Grupo pela livre expressão sexual · ano 10 n° 44 dezembro 2008 porto alegre rs brasil



12^a Parada Livre 2008

Cultive seus Direitos!

Veja toda a função na Página Central

Medicina e homossexualidade em
Porto Alegre no início do SÉCULO XX

PÁGINA 4 e 5

Paradas do Interior
Contracapa

Justiça reconhece união estável

PÁGINA 11

jornal do nuances

grupo pela livre expressão sexual

Edição nº46 - Abril de 2016 - Ano 12 - Porto Alegre - RS - Distribuição Gratuita

Nuances: 25 anos de
histórias e conquistas!
Centrais

Somente as ruas
respondem ao
golpe
Página 02

5 anos fazendo a naja!

nuances
NUANCES GRUPO PELA LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL



Djalma do Alegrete: uma bicha
atrevida dos Pampas!
Páginas 08 e 09



Manifestação contra o impeachment da presidenta na Esquina Democrática - 31 de março de 2016



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br